

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

ALEXANDRE RIBEIRO DIAS

**BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS ÀS EXPORTAÇÕES DE
CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL SOB A ÓTICA
DO SISTEMA INTEGRADO AGRONEGOCIAL (SIAN)**

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Avila Pedrozo

Porto Alegre, 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

ALEXANDRE RIBEIRO DIAS

**BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS ÀS EXPORTAÇÕES DE
CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL SOB A ÓTICA
DO SISTEMA INTEGRADO AGRONEGOCIAL (SIAN)**

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Avila Pedrozo

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Porto Alegre, 2003.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D541b Dias, Alexandre Ribeiro

Barreiras não-tarifárias às exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul sob a ótica do sistema integrado agronegocial (SIAN) / Alexandre Ribeiro Dias. – Porto Alegre, 2003.
217 f.

Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Centro de Estudos em Agronegócios (CEPAN), 2003.

1. Agronegócios 2. Barreiras comerciais 3. Exportação – carne bovina 4. SIAN – Rio Grande do Sul. I. Título

CDU 338.43

Bibliotecário Responsável: Mônica Fonseca Soares
Número do Registro no CRB-10 / 957

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”.

TRABALHO APRESENTADO EM BANCA E APROVADO POR:

Presidente: Prof. Dr. Eugênio Avila Pedrozo

Examinadores: Profa. Dr^a. Gabriela Cadozo Ferreira (PUC/RS)

Prof. Dr. Orlando Martinelli Júnior (PPGR/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (PPGR/UFRGS)

À minha esposa, Lílian Mara, por sua dedicação, paciência e carinho. Aos nossos pais, irmãos, sobrinhos e cunhados.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível com o apoio de diversas instituições e pessoas, as quais se faz necessário agradecer:

Ao Governo do Estado do Tocantins, Secretaria da Agricultura do Estado do Tocantins, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC-TO), Fundação Educacional de Gurupi e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH);

A todas empresas e pessoas que responderam aos questionários e colaboram com a pesquisa, especificamente Renato Morgato, Liane e Otávio. Muito obrigado!!

Ao Programa de Pós-graduação em Agronegócios – Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios - CEPAN/UFRGS, pela estrutura disponibilizada durante o curso;

Ao professor-orientador Eugênio Avila Pedrozo, antes apenas um professor, hoje um amigo;

A todos os professores do CEPAN, que, de uma forma ou outra, contribuíram com seus ensinamentos para minha formação;

Aos servidores da UFRGS, especificamente ao Jair pela atenção e o carinho dispensado durante estes anos;

Aos colegas do CEPAN Ana Júlia, Carol, Daniela, Débora, Eulalie, Fátima, Fernando, Gisela, Isidro, Marcelo, Márcio, Tânia e Tanice, Gian e Valéria, cujo convívio foi fundamental durante esses anos;

Aos amigos Cleber, Eduardo, Francisco Cirilo, João Marcos (Johnny), José Eugênio, Julcemar, Juvenal Bianchi, Loreni, Luzinete, Morvan, Mônica e Valnir, pelo apoio e incentivo constante. Não poderia deixar de registrar o carinho especial dedicado a mim e esposa pelo casal Leonor e Paulo Heitor (Ph) “...*para sempre em nossas vidas*”.

A toda minha família, em especial aos meus pais, Cidinha e Jacir, por serem a figueira frondosa que abriga e renova o espírito do caminheiro para seguir a jornada.

RESUMO

O comércio internacional da carne bovina apresenta-se protegido por medidas restritivas como as barreiras tarifárias e não-tarifárias. A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina, sob a ótica dos frigoríficos do Rio Grande do Sul. Especificamente foi caracterizado o processo de exportação, identificados os mercados importadores e barreiras não-tarifárias que influenciam as exportações dos frigoríficos. Para subsidiar a análise, foram utilizados os conceitos de competitividade, barreiras comerciais, cadeia agroindustrial e o Modelo Integrado Agronegocial (SIAN). Para identificar e caracterizar as barreiras comerciais, os agentes, a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina, os mecanismos de atuação dos agentes exportadores e fatores de competitividade. Trata-se de uma pesquisa exploratória. Para identificar e classificar as barreiras comerciais foi utilizado um questionário com escala não comparativa de classificação por itens, graduada de sete pontos. Os resultados obtidos demonstraram que os principais compradores da carne bovina gaúcha são Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Espanha, EUA, Hong Kong, Itália, Países Baixos, Porto Rico, Portugal, Reino Unido e Uruguai. Quanto às barreiras não-tarifárias, especificamente as barreiras técnicas são as que mais afetam as exportações, na percepção dos frigoríficos, sendo as principais: requisitos de inspeção, registro do estabelecimento exportador-SIF, inspeção prévia, sanitárias, requisitos de etiquetas, registro do produto, regulamentações técnicas e padronização, requisitos ambientais (ISO 14000), normas e impostos indiretos e trâmites aduaneiros excessivos. As barreiras tarifárias são importantes, porém mereceu menos atenção no contexto deste estudo. O processo de exportação de carne bovina envolve três operações básicas, que são as comerciais, financeiras e burocráticas, além de envolver Órgãos Gestores (Secretaria da Receita Federal, Banco Central, Secretaria de Comércio Exterior), Órgãos Anuentes (Ministério da Agricultura – SIF e outros) e Agentes Especializados (Despachante Aduaneiro, Transportadoras Marítimas e Rodoviárias, Bancos, Corretores de Câmbio, Trading Agent, Embalagens e Seguradoras, entre outros).

ABSTRACT

The international beef trade has several restrictive measures, such as tariff barriers and non-tariff barriers. In this sense, the present research had as general objective to identify the commercial barriers, which affect the beef exportation, in the perception of slaughterhouses in Rio Grande do Sul (Southern Brazil). Specifically, it was tried to characterize the process of exportation, to identify the importer markets and the non-tariff barriers that influence the slaughterhouses' exportations. In order to subsidize the analysis, it was used the concepts of Competitiveness, Commercial Barriers, Agro industrial Chains and the Agronegocial Integrated Model (AIM-BRAZIL). To identify and characterize the commercial barriers, the agents, the beef exporter agro industrial chain, the mechanisms of action of the exporter agents and the competitiveness factors, the it was adopted an exploratory research. To identify and classify the commercial barriers, it was used a questionnaire with a non-comparative scale of classification per items, graduated in seven points. The obtained results demonstrated that the main buyers of Southern Brazil's beef are Germany, Saudi Arabia, Argentina, Canada, Chile, South Korea, Spain, United States, Hong Kong, Italy, Netherlands, Puerto Rico, Portugal, United Kingdom and Uruguay. Concerning the non-tariff barriers, specifically the technical barriers are the ones which most affect the exportations in the slaughterhouse perception, mainly: inspection requirements, register of the exporter establishment – SIF, previous inspection, sanitary, label requirements, product registration, technical rules and standardization, environmental requirements (ISO 14000), rules and indirect taxes and excessive customs proceedings. The tariff barriers are also important, nevertheless they deserved less attention in the context of this study. Besides involving Management Organs (*Secretaria da Receita Federal, Banco Central, Secretaria de Comércio Exterior*), Consenting Organs (*Ministério da Agricultura – SIF* and others) and Specialized Agents (Customs Brokers, Marine and Land Transporters, Banks, Exchange Agents, Trading Agents, packing and Insurance Companies, among others), the beef exportation process involves three basic operations: commercial, financial and bureaucratic operations.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	17
1.2 PROBLEMA	19
1.3 OBJETIVOS	23
1.3.1 Objetivo Geral	23
1.3.2 Objetivos Específicos	23
1.4 JUSTIFICATIVA.....	23
2 REVISÃO CONCEITUAL	25
2.1 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	25
2.1.1 Fatores determinantes da competitividade	28
2.2 BARREIRAS COMERCIAIS	32
2.2.1 Barreiras tarifárias	32
2.2.2 Barreiras não-tarifárias	33
2.2.3 Barreiras comerciais e exportações de carne bovina	38
2.2.3.1 Acesso a mercados	38
2.2.3.2 Barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias	40
2.2.3.3 Medidas de apoio interno e subsídios às exportações	43
2.3 CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE BOVINA	46
2.4 ABORDAGEM SISTÊMICA NA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE BOVINA	52
2.5 MODELO SISTÊMICO INTEGRADO AGRONEGOCIAL (SIAN).....	53
2.5.1 Orientação e a dinamicidade do modelo	56

2.5.2 Mapa de resultados - guia de pesquisa	58
3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	61
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	61
3.2 POPULAÇÃO PESQUISADA.....	65
3.3 COLETA DE DADOS.....	66
3.3.1 Instrumento de Coleta de Dados.....	69
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	72
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	73
4.1 A CARNE BOVINA NO MERCADO INTERNACIONAL	75
4.2 EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO BRASIL.....	91
4.3 EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL.....	95
4.4 A CADEIA AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL.....	103
4.5 A PERCEPÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS SOBRE O MERCADO MUNDIAL DA CARNE BOVINA	113
4.6 SISTEMATIZAÇÃO BUROCRÁTICA DA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL	120
4.7 FATORES QUE INTERFEREM NAS PRÁTICAS DE EXPORTAÇÃO DA CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL	132
4.8 A PERCEPÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A COMPETITIVIDADE	138
4.9 IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS BARREIRAS COMERCIAIS QUE AFETAM AS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL	143
4.10 ASPECTOS GERAIS DA CADEIA AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL	149
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153

5.1 CONCLUSÕES.....	153
5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	160
5.3. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	160
BIBLIOGRAFIA	161
APÊNDICE.....	174
ANEXOS	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceitos de competitividade, fatores determinantes de competitividade e autores.....	29
Figura 2 – Principais categorias de BTN e seus princípios de política.....	37
Figura 3 – Fatores limitadores do comércio internacional da carne bovina	38
Figura 4 – Fatores limitadores de acesso a mercados.....	39
Figura 5 – Diferenciação entre barreira e medida sanitária ou fitossanitária.....	42
Figura 6 – Tipos e caracterização de barreiras técnicas.....	43
Figura 7 – Acordo agrícola e suas medidas de apoio interno.....	44
Figura 8 - Caracterização da cadeia agroindustrial da carne bovina	49
Figura 9 – Comparativo dos fatores determinantes da competitividade e fatores que afetam o desempenho da cadeia agroindustrial da carne bovina.....	50
Figura 10 - Benefícios potenciais de alianças mercadológicas no âmbito dos programas de novilho precoce.....	51
Figura 11 – Modelo Sistêmico Integrado Agronegocial (SIAN) “Micro-Meso-Macro Analítico”	54
Figura 12 – Mapa de Resultados e guia de pesquisa.....	59
Figura 13 – Procedimentos metodológicos	64
Figura 14 – Relação das etapas da pesquisa com o SIAN	71
Figura 15 – SIAN – Guia de orientação para análise dos resultados	73
Figura 16 – Códigos e especificações dos produtos de origem bovina exportados..	78
Figura 17 – Fluxo Internacional das Exportações de Carne Bovina	84
Figura 18 – Evolução do preço da carne bovina, aves e suína no mercado mundial.	87
Figura 19 – Evolução do preço da carne bovina – países importadores e exportadores – 1997-2002	88
Figura 20 – Exportação de carne bovina por Estado – período 1999 –2001.	93
Figura 21 – Mesoregiões do Rio Grande do Sul – distribuição do rebanho bovino em milhares de cabeças, plantas frigoríficas e indústria de conservas credenciadas pelo SIF (por unidade).....	96
Figura 22 – Exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul – 1999-2001.....	99
Figura 23 - Fluxograma da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina sob a ótica das empresas entrevistadas (visão incompleta)	111
Figura 24 – Tendências do mercado mundial da carne bovina na percepção da agroindústria exportadora do Rio Grande do Sul.	116
Figura 25 – Caracterização dos mecanismos de comercialização da carne bovina do Rio Grande do Sul	125
Figura 26 – Fluxo burocrático para exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul.....	131
Figura 27 – Tipos de <i>incoterms</i> mais utilizados nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul	135
Figura 28 – Relação dos fatores que afetam as exportações de carne bovina <i>in natura</i> do Rio Grande do Sul	137

Figura 29 – Relação dos fatores que determinam a competitividade nas exportações de carne bovina sob a ótica das agroindústrias exportadoras do Rio Grande do Sul.....	140
Figura 30 – Informações relevantes para a inovação de produtos, processos e transferência de tecnologia sob a ótica das agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul.	141
Figura 31 – Estratégias preconizadas pelas agroindústrias exportadoras para alavancar as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.....	142
Figura 32 – Cadeia agroindustrial voltada para exportação de carne bovina sob a ótica do SIAN	159

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Compromissos assumidos no acordo sobre agricultura: reduções acordadas em tarifas e subsídios internos e externos.	45
Tabela 2 – Relação das seções do questionário e numeração das questões que as empresas devem ou não devem responder durante as entrevistas.	68
Tabela 3 – Rebanho bovino e produção mundial de carne bovina, 1997-2001.....	79
Tabela 4 – Exportações e importações de carne bovina, 1997 – 2001.....	82
Tabela 5 – Subsídios equivalente ao produtor (PSE) por commodity – carnes (em milhões de dólares) – Período de 1997-1998 – Países da OCDE.....	86
Tabela 6 – Consumo per capita mundial de carne bovina, frango e suína 1997–2001.	90
Tabela 7 – Balanço da bovinocultura brasileira – período de 1997-2001.	91
Tabela 8 – Número de plantas frigoríficas por região – período 1983-1996.....	94
Tabela 9 – Balanço da bovinocultura do Estado do Rio Grande do Sul - período de 1997/2001	95
Tabela 10 – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul – 1999-2001.....	101
Tabela 11 – Características dos frigoríficos e exportadores de carne bovina e indústria de conservas do Rio Grande do Sul (questionário – seção II e VI).	103
Tabela 12 – Respostas do questionário que subsidiam a caracterização da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.....	107
Tabela 13 – Respostas do questionário e numeração das perguntas que subsidiam a percepção da agroindústria exportadora sobre o mercado mundial da carne bovina.	113
Tabela 14 – Resposta do questionário e numeração das perguntas que subsidiam o fluxo burocrático voltado para exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul.....	121
Tabela 15 – Resposta do questionário – Seção IV – exportações da carne bovina do Rio Grande do Sul.....	133
Tabela 16 – Respostas do questionário – seção V – competitividade nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul	139
Tabela 17 – Resposta do questionário – Seção VI – identificação e classificação das barreiras comerciais que afetam as exportações da carne bovina do Rio Grande do Sul.	145
Tabela 18 – Resposta do questionário – Seção VII – aspectos gerais da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.....	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACC** – Adiantamento de Contrato de Câmbio
ACE – Adiantamento de Contrato de Câmbio após Embarque
AELC – Associação Européia de Livre Comércio
AI - Agroindústria
ALADI – Associação Latina Americana de Integração
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
Agregar/RS – Programa Estadual de Desenvolvimento e Qualidade do Sistema Agroindustrial da Carne Bovina, Ovina e Bubalina do Rio Grande do Sul
ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira
ANZCERTA – Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia
APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
ASEAN – Associação das Nações do Sudoeste Asiático
AV – Atacado e Varejo
BFP – *Good Manufacturing Practices* ou Boas Práticas de Fabricação (BPF)
B/L – Conhecimento de Embarque
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNTs – Barreiras Não-Tarifárias
CAC – Comissão Codex Alimentarius
CAN – Comunidade Andina
CC – Carta de Crédito
CARICOM – Comunidade e Mercado Comum do Caribe
CEI – Comunidade dos Estados Independentes
CF – Consumidor Final
CIF – *Cost Insurance and Freight* (Custo, Seguro e Frete)
CFR – *Cost and Freight* (Custo e Frete)
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CSA – *Commodity System Approach*
DA – Despachante Aduaneiro
DDE – Declaração de Despacho de Exportação
DECEX – Departamento de Operações de Comércio Exterior
DIPOA – Departamento de Inspeção Produtos de Origem Animal
EC – *European Commission* ou Comissão Européia (CE)
ECIB – Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira
EEB – **BSE** – Encefalopatia Espongiforme Bovina
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura da ONU

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FOB – *Free on Board* (Livre a Bordo)
FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GATT – *Agreement on Tariffs and Trade*
HACCP – *Hazard Analysis Critical Control Points*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II – Indústria de Insumos
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IPPC – Convenção Internacional para Proteção de Plantas
ISO – *International Organization for Standardization*
MAA – Medidas Agregadas de Apoio
MAARA – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
MCCA – Mercado Comum Centro Americano
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MSFs – Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
NVOCC – *Non-Vessel Operating Common Carrier*
OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIE – Organização Internacional de Epizootias
OMC – Organização Mundial do Comércio
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PR – Produtor Rural
PROEX – Programa de Financiamento à Exportações
PSE – *Producer Subsidy Equivalent*
RE – Registro de Exportação
REI – Registro de Exportadores e Importadores
SICADERGS – Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Rio Grande do Sul
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SBA – Subsistema Avaliativo
SBE – Subsistema Estrutural
SBR – Subsistema Referencial
SD – Solicitação de Despacho
SH – Sistema Harmonizado
SIAN – Sistema Integrado Agronegocial
SIF – Sistema de Inspeção Federal
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPS – *Sanitary and Phytosanitary*
TA – *Trading Agent*
TBT – *Technical Barriers to Trade*
TRQ – *Tariff-rate Quotas*
TSE – *Total Support Estimate*
UE – União Européia
UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*
USDA – *United States Department of Agriculture* (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)
WTO – *World Trade Organization*

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O mercado internacional da carne bovina apresenta regras restritivas de comercialização, geralmente de caráter protecionista. Essas regras podem ser praticadas na forma de barreiras tarifárias (tarifas de importação, outras taxas e valoração aduaneira) e barreiras não-tarifárias (restrições quantitativas, licenciamento de importações, procedimentos alfandegários, medidas *antidumping*, compensatórias e barreiras técnicas como normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e de saúde animal).

Outro aspecto importante, e que merece atenção especial, diz respeito aos consumidores que estão mais exigentes e preocupam-se, cada vez mais, com a segurança dos alimentos e com os problemas ambientais. Isso é resultado dos escândalos que ocorreram no setor, começando com o possível uso de hormônios de crescimento e antibióticos; maus tratos no transporte e abate de bovinos; da crise da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB-BSE) – “doença da vaca louca”; contaminação de rações por dioxina; e de focos de febre aftosa (*Foot and Mouth Disease*) em alguns países da Comunidade Européia e América do Sul.

Nesse contexto, o Brasil de uma maneira mais geral e o estado do Rio Grande do Sul, especificamente, buscam consolidar sua posição de exportador de carne bovina. Mas para enfrentar este cenário e conquistar novos mercados, faz-se necessário entender a lógica e as estratégias dos vários agentes sociais nas diferentes etapas da cadeia agroalimentar bovina e as relações que se estabelecem entre eles. Adicionalmente, existem problemas relacionados à produção, à logística, tributários, mercadológicos, tecnológicos e de informações, que são os agentes mais importantes no processo de exportação. Esses agentes contribuem para reduzir a competitividade dos frigoríficos gaúchos exportadores de carne bovina.

Esta pesquisa trata das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul e das barreiras comerciais a que estão submetidas, a partir da percepção dos frigoríficos exportadores deste produto e seus derivados. Para tanto, procura-se identificar os possíveis pontos de estrangulamentos nas exportações, que possibilitará a visualização de nova alternativa de inserção no mercado internacional de carne bovina gaúcha.

Além dessa introdução, em que se procura especificamente abordar o problema da pesquisa, assim como objetivos e justificativa, o estudo é composto de cinco capítulos.

No Capítulo 2, reúne-se a revisão conceitual, a qual aborda a competitividade internacional, as barreiras comerciais, a cadeia agroindustrial da carne bovina, abordagem sistêmica e o modelo SIAN – Sistema Integrado Agronegocial.

No Capítulo 3, caracteriza-se o método e procedimentos da pesquisa necessários para o cumprimento dos objetivos propostos, no presente trabalho optou-se pelo estudo exploratório. Acrescenta-se ainda o SIAN (Sistema Integrado Agronegocial), pela flexibilidade, capacidade de adaptar-se ao objeto de estudo e amplitude que pode oferecer a presente pesquisa.

No Capítulo 4, apresentam-se os resultados obtidos a partir da pesquisa, que por sua vez, foi dividida em dez seções distintas e complementares, a saber: a carne bovina no mercado internacional, as exportações de carne bovina do Brasil, as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina, a percepção das agroindústrias exportadoras sobre o mercado mundial da carne bovina, sistematização burocrática ou fluxo de informações da exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul, fatores que interferem nas práticas de exportação da carne bovina do Rio Grande do Sul, a percepção das agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul sobre a competitividade, identificação das barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul e por último, aspectos gerais da cadeia agroindustrial da carne bovina do Rio Grande do Sul.

No capítulo 5, apresentam-se as considerações finais, no apêndice, consta carta de apresentação, o instrumento de coleta de dados e tabelas das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, no período de 1999 – 2001. Em anexo,

descrição da capacidade dos contêineres e relação dos frigoríficos exportadores de carne bovina, indústria de conservas e dirigentes contatados, que contribuíram para o desempenho da pesquisa.

1.2 PROBLEMA

Após a celebração do *General Agreement On Tariffs and Trade* (GATT¹), cujo objetivo era o crescimento do comércio internacional com a redução das barreiras comerciais e qualquer tipo de protecionismo, os países-membros promulgam, em dezembro de 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC²) para reger o comércio internacional de bens, serviços e produtos agrícolas.

As seis primeiras rodadas³ de negociações ocuparam-se exclusivamente de reduções tarifárias, com resultados não muito expressivos. A rodada Tóquio (1973-1979), em Genebra, merece destaque devido à elaboração de códigos que visavam regular os procedimentos relativos às barreiras não-tarifárias: valorização aduaneira, licenciamento de importações, barreiras técnicas, compras governamentais, subsídios, comércio de aeronaves e ações *antidumping*. Nessa rodada de negociações, a área da agricultura não foi substancialmente contemplada, mas dois acordos merecem destaque, embora não tenham sido concluídos: Acordo sobre Carne Bovina e Acordo sobre Produtos Lácteos.

Na rodada Uruguai (1986-1994), especificamente para o setor agrícola, as negociações contemplaram assuntos extremamente importantes, como: a) introdução do setor nas normas e disciplinas do GATT; b) converteu barreiras não-tarifárias em tarifas equivalentes; c) consolidou todas as tarifas e reduziu-as; d) abriu acesso a quotas mínimas para produtos que antes estavam bloqueados através de

¹ GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. Adotado a partir de 1º de janeiro de 1948, o GATT estabelece as obrigações multilaterais referentes ao comércio de bens. Em 1985 o GATT foi incorporado às regras da Organização Mundial do Comércio – OMC, sendo a Secretaria Geral do GATT substituída pela Secretaria da OMC, nesse mesmo ano. (FUNCEX).

² OMC – Organização Mundial do Comércio. Estabelecida em janeiro de 1995 ao final da Rodada do Uruguai. Organização que supervisiona o sistema do comércio mundial. (FUNCEX, 1999).

³ As seis primeiras rodadas de negociações: 1947 – Genebra – Suíça; 1949 – Annecy – França; 1951 – Torquay – Reino Unido; 1956 – Genebra; 1960-61 – Rodada Dillon; e 1964-67 – Rodada Kennedy.

proteção; e) diminuição dos apoios domésticos; f) maior concorrência nas exportações, através da redução dos subsídios à exportação; g) acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, para que tais medidas não se convertessem em barreiras não-tarifárias. O acordo poderia ter avanços mais significativos, principalmente sobre o método utilizado para a transformação de medidas não-tarifárias em tarifas equivalentes, ou tarifação. Assim, na realidade ele acabou legalizando, em nível do GATT, as políticas protecionistas e subsidiadas dos países desenvolvidos (THORSTENSEN, 2001).

Além disso, somam-se ainda outros aspectos relativos ao mercado internacional da carne bovina, os fenômenos mundiais como: globalização, consolidação de blocos comerciais, conscientização ambiental, segurança alimentar, mercados mais fechados e concorrência mundial mais acirrada. Nesse mercado, os dez principais países exportadores de carne bovina (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO, 2000) são: Austrália (com 22,75% do volume comercializado), Estados Unidos da América (21,59%), Brasil (11,72%), Canadá (10,60%), Nova Zelândia (8,63%), Argentina (6,75%), Índia (5,43%), Uruguai (4,88%), Irlanda (4,83%) e Alemanha (2,82%). Embora ocupando a terceira posição neste *ranking*, o Brasil exporta aproximadamente 50% a menos do que o segundo colocado, mesmo tendo a seu favor o maior rebanho comercial do mundo. O ponto negativo diz respeito às questões sanitárias do rebanho nacional.

Neste sentido, o setor da pecuária de corte precisa consolidar o controle sanitário do rebanho nacional, principalmente sobre a febre aftosa, que ainda ameaça os estados do Brasil que fazem divisas com Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e outros países da América do Sul, onde os níveis de controle sanitários deixam a desejar. Quanto à doença da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) – “doença da vaca louca”, o risco de contaminação é mínimo, pois a principal vantagem do rebanho brasileiro é ser criado a pasto. Também, existe a necessidade de estabelecer vínculos de confiança com os países importadores de carne bovina e produtos derivados. Assim, para resolver esse problema e outros, deve-se utilizar, dentre outras possibilidades, a rastreabilidade dos produtos, certificação de origem, condições de produção e o uso de rótulo contendo as características do produto.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito aos tipos de carnes concorrentes, como a de frango e a suína. A exportação mundial de frango foi de 5.560 milhões de toneladas, sendo a avicultura nacional responsável por exportar cerca de 916,1 mil toneladas, com uma produção próxima de 5.980,6 mil toneladas. A segunda, a carne suína, conta com exportação mundial estimada em 3.227 milhões de toneladas. No entanto, as exportações brasileiras foram de 177,2 mil toneladas, de uma produção de 1.887,5 mil toneladas (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2001). Esses dois segmentos, frango e suíno, destacam-se pela tecnologia de produção, com predomínio de sistemas integrados e material genético de alta qualidade. Há de se registrar que avicultura nas últimas décadas tem apresentado significativo crescimento em termos de volume de produção, consumo e exportação.

Para enfrentar esta conjuntura e conquistar novos mercados, o Brasil precisa negociar acordos comerciais e sanitários, principalmente nos países declarados livre de febre aftosa (Estados Unidos, Japão e outros), onde é proibida a importação de carne bovina *in natura*. As quotas de acesso a mercado e outras, como a quota Hilton, que envolve cortes de carne bovina selecionada, funcionam como “uma compensação” dada pela União Européia (UE⁴) aos países exportadores de carne bovina. Existe ainda a necessidade de reestruturar a cadeia da pecuária de corte, de maneira a atender as exigências do mercado externo, tornando seus produtos e derivados mais competitivos.

No entanto, as exportações de carne bovina têm apresentado crescimentos significativos nos últimos anos. Segundo dados da FNP Consultoria e Comércio (2002), em 1997 o Brasil exportava cerca de 287 mil toneladas equivalente-carcaças. Em 1999, exportou 541 mil toneladas equivalente-carcaças. No ano de 2001, atingiu seu pico máximo, comercializou 789 mil toneladas equivalentes-carcaças. Neste cenário, os estados que se destacam nas exportações de carne bovina são: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio Grande do Sul.

⁴ União Européia: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

No Estado do Rio Grande do Sul, as exportações de carne bovina têm apresentado grandes oscilações. Assim, segundo levantamento efetuado junto ao Sistema Alice do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pode-se ilustrar tal situação. No ano de 2000, o Rio Grande do Sul chegou a exportar cerca de 33,8 mil toneladas. Em 2001 exportou aproximadamente 25,6 mil toneladas, ficando abaixo do ano de 1999 quando exportou algo em torno de 26,8 mil toneladas. Essa situação foi provocada pelo foco de febre aftosa que ocorreu no estado. Assim, até julho de 2002 o estado ainda era considerado como área infectada pela Organização Internacional de Epizootias (OIE). Em outubro, recebeu da OIE, o reconhecimento de região livre de aftosa com vacinação. Para o ano de 2003, os frigoríficos exportadores de carne bovina esperam retomar o ritmo normal das exportações e reconquistar mercados perdidos para os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Pressupõe-se que para os frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul voltarem a exportar, torna-se necessário conhecer as barreiras não-tarifárias e barreiras técnicas (nomas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e de saúde animal), que vêm afetando suas exportações. Além destes mecanismos de proteção emergem várias outras questões que supostamente podem estar inviabilizando as exportações, entre as quais cita-se:

- a) a ausência de parcerias entre as agroindústrias exportadoras e os vários elos que compõem a cadeia da carne bovina;
- b) o despreparo dos agentes que compõem a cadeia agroindustrial exportadora para atuarem no mercado internacional da carne bovina;
- c) a carência de mão-de-obra qualificada para trabalhar com produtos voltado para o mercado externo;
- d) a falta de padronização dos produtos oferecidos no mercado externo e/ou oferta descontínua de produtos;
- e) as plantas frigoríficas mal dimensionadas, níveis tecnológicos obsoletos e/ou sem modernização;
- f) a ausência de ações integradas de marketing e/ou estudos para desenvolver produtos voltados para o mercado externo;

- g) a falta de política pública setorial voltada para melhorar o desempenho da agroindústria exportadora de carne bovina; e
- h) a ausência de ações proativas que incrementem a competitividade, segurança e qualidade dos produtos voltados para o mercado externo.

Diante desta situação requer-se um modo diferente de pensar, entender e interpretar estímulos (sociais, políticos e econômicos), surge assim a questão que norteará a presente pesquisa: **como os frigoríficos percebem as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina, na ótica dos frigoríficos do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) caracterizar o processo de exportação de carne bovina no Rio Grande do Sul;
- b) identificar os mercados que importam carne bovina do Rio Grande do Sul;
- c) identificar e classificar as barreiras não-tarifárias que afetam as exportações dos frigoríficos de carne bovina, no Rio Grande do Sul.

1.4 JUSTIFICATIVA

O setor da bovinocultura gaúcha detém vantagens comparativas, pois possui animais de raça européia e continental e grande produção de grãos a preços

competitivos, além de clima favorável. Também apresenta o quinto maior rebanho bovino do Brasil e o primeiro da região sul em produção de carne bovina. Essa produção é responsável por geração de renda, empregos e impostos, movimentando milhões de reais ao ano.

O Estado do Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 31 plantas frigoríficas homologadas pela Inspeção Federal, sendo cerca de 12 aptas à exportação. Possui ainda o Programa Estadual de Desenvolvimento e Qualidade do Sistema Agroindustrial Carne Bovina, Ovina Bubalina – Agregar/RS Carnes (substitui o Programa Carne de Qualidade), que além de contemplar o mercado interno, também traz em seu âmbito a possibilidade de desenvolver projetos de consórcios de exportação, corredor de exportação e várias outras medidas para assegurar a posição de Estado exportador. Para assegurar a participação no mercado internacional, é necessário que se atenda a três requisitos básicos: qualidade, preço e tradição (COUTINHO; FERRAZ, 1993).

Neste sentido, a agroindústria exportadora precisa atuar, dentre outras ações, como agente catalisador do processo de mudança e de reestruturação da cadeia exportadora de carne bovina gaúcha, onde alianças verticais devem ser desenvolvidas; implementar ações integradas de marketing para firmar suas marcas no mercado internacional; qualificar mão-de-obra para trabalhar com exportação, que atualmente é deficitária; redimensionar suas plantas; conhecer todo processo de exportação, em todas as suas fases e atuar junto a órgãos de fomento para captação de recursos financeiros (capital de giro).

No entanto, as barreiras ao comércio de carne bovina, de natureza tarifária e não-tarifária, na forma de quotas, requisitos técnicos ou exigências sanitárias, ainda são os maiores obstáculos a serem superados. Assim, o Estado do Rio Grande do Sul deve trabalhar estrategicamente na busca de informações e alternativas que venham a reduzir as barreiras comerciais que afetam as exportações, e ao mesmo tempo, consolidar a posição de exportador de carne bovina.

O trabalho proposto procura contribuir neste momento de crise pelo qual passa as agroindústrias exportadoras de carne bovina, além de auxiliar o setor na formulação de estratégias ligadas ao comércio internacional. Espera-se, também, que este sirva de ponto de partida para outros estudos.

2 REVISÃO CONCEITUAL

Neste capítulo são apresentados os referenciais teóricos para a realização da pesquisa. Recorreu-se a diferentes conceitos e definições sobre competitividade internacional, barreiras comerciais, cadeias agroindustriais, abordagem sistêmica e sistema integrado agronegocial (SIAN).

2.1 COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Apesar de ser amplamente estudado e debatido no meio acadêmico, empresarial e governamental, o tema competitividade ainda apresenta pontos de divergência, ou seja, não existe consenso quanto a sua definição. Essa situação cria um ambiente desfavorável para o desenvolvimento de metodologias que se propõem a analisar o assunto. Também, deve-se ressaltar que existem dificuldades em identificar os fatores que influenciam a competitividade. Neste sentido, Pinheiro e Horta (1992) sinaliza para essa possibilidade ao afirmar que a multiplicidade e a diversidade de variáveis que influenciam a competitividade fazem com que este conceito, ainda que aparentemente simples, admita diferentes definições na literatura econômica.

Outro aspecto importante a ser abordado no estudo da competitividade diz respeito ao conceito que melhor se encaixe ao ambiente a ser estudado – firma, setor ou nação. Neste sentido, competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda de seus cidadãos. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais (COUTINHO; FERRAZ, 1994).

Para Porter (1993), uma nação é competitiva em setores nos quais as empresas se tornam aptas a inovar rapidamente na tecnologia e nos métodos, dada a existência de atributos e características nacionais que promovem dita aptidão e forjam a capacidade de concorrer no mercado mundial. Ou seja, países obtêm êxito em determinadas indústrias porque o ambiente nacional é o mais dinâmico e o mais desafiador, que estimula e pressiona as firmas para que aperfeiçoem e ampliem suas vantagens, no decorrer do tempo.

Neste sentido, Porter (1993) apresenta quatro atributos e características que contribuem para a vantagem competitiva nacional. Estes atributos são:

- a) **condições de fatores**, que pode ser entendida como a capacidade de combinar fatores de produção, tais como mão de obra habilitada ou estrutura necessárias para competir em um setor;
- b) **condições de demanda**, que está vinculada à natureza do mercado interno para os produtos, serviços do setor, e principalmente, a sofisticação dos consumidores domésticos dos produtos do ramo em questão;
- c) **setores industriais correlatos e de apoio**, que caracteriza a presença ou ausência no país de indústrias de fornecedores e outros setores correlatos que sejam internacionalmente competitivos;
- d) **estratégia, estrutura e rivalidades firmes**, que estabelecem a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e gerenciadas, bem como a natureza da rivalidade interna.

Outro aspecto a ser mencionado diz respeito ao papel do governo, o qual deve encorajar mudanças, promover rivalidade doméstica e estimular a inovação (PORTER, 1993). Algumas políticas podem conduzir as nações que buscam vantagem competitiva, entre as quais incluem focalizar na criação de fatores especializados, evitar intervir nos mercados de fatores e cambial, exigir padrões rígidos em relação ao produto, à segurança e ao meio ambiente, entre outras.

No entanto, quando a competitividade internacional é trabalhada sob a ótica do comércio internacional, os conceitos podem ser mais específicos, objetivos e mensuráveis. Nesse sentido, a competitividade é habilidade de uma firma ou país

em produzir uma *commodity* a um custo variável médio abaixo do seu preço (FAFCHAMPS; JANVRY; SADOULETT, 1994). Para Feenstra (1989), a competitividade é a capacidade de um país, setor ou empresa particular de participar dos mercados externos.

Neste sentido, para Pinheiro e Horta (1992) a competitividade nas exportações depende, dentre outros, de uma diversidade de fatores: da tecnologia disponível e da eficiência com que é utilizada, dos preços domésticos dos insumos de produção, da taxa de câmbio e das taxas de paridade entre os parceiros comerciais, da distância aos mercados de exportação, dos custos portuários e de transporte, da estrutura de incentivos e subsídios no país e nos países competidores, das barreiras tarifárias e não-tarifárias no país importador, da qualidade e da imagem do produto, do tipo de financiamento à produção e à comercialização e do gosto do consumidor.

Por outro lado, os setores são considerados como sistemas que envolvem múltiplos atores e instituições privadas e públicas, os quais se complementam, mas diferem de setor para setor. Assim, a competitividade de um setor pode ser entendida como a capacidade que revelam ter os produtores para conquistar e/ou manter mercados externos ou domésticos, através de padrões de eficiência pelo menos iguais aqueles vigentes internacionalmente quanto à utilização de recursos e à qualidade dos produtos (LEIVA, 1994).

Para Helleiner (1989) não faz sentido falar da competitividade de um país, porque, de direito quem compete são as empresas e os setores econômicos. Assim, Fajnzylber (1998, p. 22-23) ratifica e completa essa idéia ao afirmar que:

[...] no mercado internacional não competem apenas às empresas. Confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, nos quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrado a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infra-estrutura tecnológica, as relações gerenciais/trabalhistas, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, entre outros.

A competitividade das firmas ou empresas¹, que também não apresenta consenso quanto à sua definição. No entanto, Van Duren, Martin e Westgren (1991) definem a competitividade como a habilidade contínua para obter e manter *market share* nos mercados internos e externos. Para Coutinho e Ferraz (1994, p.18), competitividade é “a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”. Esta definição de competitividade será adotada nesta pesquisa para auxiliar na identificação dos fatores que afetam as exportações da agroindústria exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.

2.1.1 Fatores determinantes da competitividade

Fatores determinantes da competitividade podem ser entendidos como um conjunto de fatores que, além de serem em grande número, transcendem o nível da firma, sendo também relacionados à estrutura da indústria e do mercado e ainda ao sistema produtivo como um todo. Do ponto de vista analítico, torna-se conveniente organizá-los conforme o grau em que se apresentam como *externalidades*² para as empresas (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1995). Esses fatores serão obtidos por meio da revisão dos trabalhos de Coutinho e Ferraz (1994); Harrison e Kennedy (1997) e Van Duren, Martin e Westgren (1991), ver figura 1.

¹ No presente estudo, essas empresas são representadas pelas agroindústrias exportadoras de carne bovina.

² Externalidades – efeito da ação de um produtor ou de um consumidor em outros produtores ou consumidores não contabilizada no preço de mercado (PINDYCK; RUBINFELD, 1999).

AUTORES	DEFINIÇÃO DE COMPETITIVIDADE	FATORES DETERMINANTES DA COMPETITIVIDADE
Coutinho e Ferraz (1994)	Capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores Internos à Empresa; • Fatores Estruturais e • Fatores Sistêmicos.
Harrison e Kennedy (1997)	Habilidade para criar e agregar valor a preços iguais ou menores que outros vendedores em um mercado específico.	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia; • Custos e Condições de obtenção de insumos; • Grau de diferenciação; • Economias (escala e escopo) e • Fatores Externos.
Van Duren, Martin e Westgren (1991)	Competitividade é a habilidade de obter lucros e manter market-share nos mercados interno e externo.	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores Controláveis pela Firma; • Fatores Controláveis pelo Governo; • Fatores Quase-Controláveis • Fatores Não Controláveis.

Figura 1 – Conceitos de competitividade, fatores determinantes de competitividade e autores.
Fonte: adaptada de PIGATTO, 2001. p.23.

Para Coutinho e Ferraz (1994), os fatores determinantes estão concentrados em três grupos (ver figura 1), sendo:

- a) **fatores internos à empresa** “são aqueles que estão sob a sua esfera de decisão e através dos quais procura se distinguir de seus competidores. Incluem os estoques de recursos acumulados pela empresa, as vantagens competitivas que possuem e a capacidade de ampliá-las” (COUTINHO; FERRAZ, 1994, 1993, p.19). No entanto, Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1995) definem com maiores detalhes as áreas de competência da empresa:
- gestão (marketing, serviços pós-venda, finanças, administração e planejamento) – a eficácia da gestão em termos de posicionamento estratégico da empresa de acordo com fatores de sucesso no mercado e da capacidade de integrar estratégias, capacitação e desempenho;
 - inovação (produto, processo e transferência de tecnologia) – a capacitação tecnológica em processos e produtos;
 - produção (atualização de equipamentos, técnicas organizacionais e qualidade) – a capacitação produtiva principalmente em termos do grau de

atualização dos equipamentos e instalações assim como métodos de organização da produção e controle da qualidade; e

- recursos humanos (produtividade, qualificação e flexibilidade) – a produtividade dos recursos humanos;

b) **fatores estruturais** (referentes à indústria/complexo industrial) “são aqueles que, mesmo não sendo internamente controlados pela firma, estão parcialmente sob a sua área de influência e caracterizam o ambiente competitivo que ela enfrenta diretamente” (COUTINHO; FERRAZ, 1994, 1994, p.20). Para Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1995) as diferenças entre os fatores empresariais e estruturais encontram-se nas especificidades setoriais mais nítidas em que têm sua importância diretamente relacionada ao padrão de concorrência³ dominante. Dizem respeito a esse grupo:

- mercado – característica dos mercados consumidores em termos de sua distribuição geográfica e em faixas de renda; grau de sofisticação e outros requisitos impostos ao produto; oportunidade de acesso a mercados internacionais, entre outros;
- configuração da indústria – refere-se às tendências do progresso técnico, em particular dos insumos, articulação na cadeia (alianças com fornecedores, usuários e concorrentes) entre outros;
- regime de incentivos e regulação da concorrência – caracteriza, entre outros, o grau de rivalidade entre os concorrentes; o grau de exposição ao comércio internacional; a ocorrência de barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações; a estrutura de incentivos e tributos à produção e comércio exterior (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1995).

c) **fatores sistêmicos da competitividade** “constituem-se em externalidades *stricto sensus* para a empresa. Também afetam as características do ambiente competitivo e podem ter importância nas vantagens competitivas que firmas de um país têm ou deixam de ter ante

³ Segundo Ferraz, Kupfer e Haguenaer (1995), um padrão de concorrência corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso (preço, esforço de venda ou diferenciação de produtos qualidade, inovação, entre outros) em um mercado específico. Deve-se, destacar que as características estruturais e comportamentais do ambiente competitivo das empresas são influenciadas pelos padrões de concorrência.

as suas rivais no mercado internacional” (COUTINHO; FERRAZ, 1994, 1994, p.20). Podem ser:

- macroeconômicos – taxas de câmbio, taxas de juros entre outros;
- político-institucional – políticas tributária e tarifária, as regras que definem o uso do poder de compra do Estado e os esquemas de apoio tecnológico;
- legais-regulatórios – os principais instrumentos regulatórios que afetam a criação e o fortalecimento do ambiente competitivo são a defesa da concorrência e do consumidor, a defesa do meio ambiente, o regime de proteção à propriedade intelectual e de controle do capital estrangeiro. Esses, agregados às políticas tarifárias e de comércio exterior, incluindo os mecanismos não-tarifários, a aplicação das leis *antidumping* e anti-subsídios e do código de salvaguardas comerciais, formam o arcabouço que define o regime de concorrência prevalecente (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1995);
- infra-estruturais – disponibilidade, qualidade e custo de energia, transportes, telecomunicações e serviços tecnológicos;
- sociais – qualificação da mão-de-obra (educação profissionalizante e treinamento), políticas de educação e formação de recursos humanos, trabalhistas e de seguridade social, grau de exigência dos consumidores;
- dimensão regional – relativos à distribuição espacial da produção;
- internacionais – tendências do comércio mundial, os fluxos internacionais de capital, de investimento de risco e de tecnologia, relações com organismos multilaterais, acordos internacionais e políticas de comércio exterior.

De um modo geral, a competitividade exige mudança de postura para atuar em um ambiente dinâmico e complexo. Esse ambiente conduz a busca de novas abordagens que permitam compreender as ligações e articulações dos vários atores e agentes que atuam no agronegócio ou *agribusiness*. No entanto, para manter-se competitivo no mercado internacional é importante conhecer as barreiras comerciais

que afetam as exportações de carne bovina no Rio Grande do Sul. Essas barreiras serão discutidas na seção seguinte.

2.2 BARREIRAS COMERCIAIS

O comércio internacional tem demonstrado uma redução das tarifas nominais aduaneiras de importação. Mesmo assim, os governos continuam a proteger em menor ou maior escala. Neste sentido, essa seção propõe examinar as barreiras comerciais que afetam o comércio internacional, as quais podem ser divididas em dois grupos: tarifárias e não-tarifárias.

2.2.1 Barreiras tarifárias

As tarifas ainda podem ser consideradas um dos mais importantes obstáculos ao comércio internacional. Colocado desta forma, a tarifa pode ser definida como um imposto cobrado quando um bem é importado, sendo classificadas em específicas e *ad valorem*. As **tarifas específicas** “são fixas e cobradas por unidade do bem importado”. As **tarifas *ad valorem*** “são impostos cobrados como uma fração do valor dos bens importados” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001, p.193). Neste sentido, para Castilho (1994), imposto de importação ou tarifa consiste em tributo incidente sobre as importações efetuadas por um país, podendo ser um valor previamente fixado (tarifa específica), um percentual do valor importado (tarifa *ad valorem*) ou uma tarifa mista (incidência simultânea de ambas).

O principal objetivo da tarifa é proteger os produtores locais dos preços praticados pela concorrência nas importações (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001). Assim, uma tarifa eleva o preço de um produto no país que importa e diminui o preço do produto no país que exporta. “O resultado dessas mudanças nos preços é a perda dos consumidores do país importador e ganho dos consumidores do país exportador. Além disso, o governo que impõe a tarifa, ganha na forma de receita” (KRUGMAN; OBSTFELD 2001, p. 199).

Outro aspecto importante diz respeito ao escalonamento tarifário (*tariff scalation*), aumento progressivo da tarifa de importação ao longo da cadeia produtiva, resultando na imposição de tarifas mais elevadas sobre os produtos com maior grau de elaboração, dentro da mesma cadeia produtiva. Desse modo, os produtos mais elaborados recebem maior proteção efetiva (FUNCEX, 1999). Mediante o exposto, deve-se registrar que no mercado internacional a carne bovina *in natura* é mais valorizada do que a processada. Por esse motivo pode sofrer uma proteção tarifária maior.

2.2.2 Barreiras não-tarifárias

Definir barreiras não-tarifárias (BNTs) é extremamente complexo, pois elas podem ser definidas pelo que não aparentam ser. Isto é, BNTs compõem-se de todas as barreiras comerciais que não são barreiras tarifárias. Neste sentido, as BNTs podem ser definidas como toda restrição que distorce o comércio internacional, exceto as tarifas alfandegárias tradicionais. Precisamente, BNT é qualquer prática ou dispositivo governamental que impede diretamente o ingresso de produtos importados de um país, exceto uma tarifa, que discrimina e opõe-se à importação, mas que não aplica-se com igual intensidade na produção ou distribuição doméstica (HILLMAN, 1991).

Para Guimarães, Carvalho Jr. e D'Atouguia (1987) BNT pode ser entendida como qualquer medida de política econômica de cunho não-tarifário que possa contribuir para alterar os efeitos dos preços, da renda e da quantidade vigente em livre comércio, dificultando as importações. No entanto, Baldwin (1970) e posteriormente Mahé (1997), chamam atenção para as normas de restrições comerciais que têm efeito positivo no bem-estar social. Essas não poderiam ser consideradas como BNTs.

Neste sentido, estudos e trabalhos desenvolvidos pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX, 1999), se encaixam dentro dessas categorias de definições. Para o propósito da presente pesquisa adotar-se-á a seguinte definição para barreiras não-tarifárias:

Barreiras não-tarifárias (BNTs) toda medida de caráter administrativo, financeiro, cambial ou de qualquer natureza que, por meio de leis, regulamentos, políticas ou práticas de um país, visam a impedir ou a dificultar, por decisão unilateral, o acesso de produtos importados em seu mercado. Também, incorpora-se à definição, aquelas medidas que estimulam o comércio, a saber, o conjunto de subsídios recebidos pelos produtores ou exportadores de um dado mercado, com o objetivo de facilitar sua participação no mercado internacional (BRASIL, 2001, p.1).

Segundo Deardorff e Stern (1985), barreiras não-tarifárias podem ser formais no sentido de que são explicitamente declaradas na legislação oficial ou por meio de ato governamental. Mas existem as BNTs informais que podem surgir de procedimentos administrativos e políticas governamentais não publicadas, de estrutura de mercado e de instituições políticas, sociais e culturais. Neste sentido, a figura 2 apresenta as barreiras não-tarifárias classificadas em cinco grupos, a saber: A) restrições quantitativas e limitações específicas similares, B) restrições não-tarifárias valorativas de preço que afetam as importações, C) participação governamental no comércio e práticas restritivas mais gerais da política governamental, D) procedimentos alfandegários e práticas administrativas e E) barreiras técnicas. Também expõe uma breve descrição sobre seus mecanismos e atos normativos.

Esses mecanismos dificultam ou até mesmo impedem que os países em desenvolvimento tenham maior acesso ao mercado internacional. Segundo Gonçalves, Baumann e Canuto (1998), no período entre 1980 e 1990, as BNTs cresceram continuamente, sendo que, em 1990, 17,5% do comércio mundial de todas as origens eram cobertos por medidas não-tarifárias. Para os países em desenvolvimento, essa porcentagem era muito maior, representando cerca de 23% do comércio em 1990.

Resta ao país trabalhar estrategicamente na busca de informações, alternativas e acordos internacionais, que venham a reduzir as barreiras comerciais e ao mesmo tempo consolidar a posição de exportador de carne bovina. Neste sentido, na próxima seção serão abordadas a questão das barreiras comerciais e as exportações de carne bovina.

A. Restrições Quantitativas e Limitações Específicas Similares:

- a.1) Importação Por Cotas Restrição de quantidades e/ou de valor das importações de determinada mercadoria por um determinado período; administrado global, seletiva ou bilateralmente.
- a.2) Limitação de Exportações (Quotas de Exportação) O mesmo que o anterior, apenas referindo-se às exportações.
- a.3) Licenciamento Alguns sistemas de licenciamento são exigidos pelo governo para administrar previamente as restrições ao comércio. O licenciamento pode ser discriminatório ou de caráter geral.
- a.4) Acordo de Restrições Voluntárias de Exportação (VERs) Restrições impostas por país importador, mas administrado pelo exportador; administrado bilateral ou multilateralmente; requer sistema de licenciamento; basicamente similar ao Acordo de Ordenação de Mercados (OMAS).
- a.5) Controle Financeiro e Cambial Restrições aos pagamentos e/ou recebimentos de divisas visando o controle cambial no comércio internacional e/ou de fluxos de capitais; requer sistema de licenciamento; pode envolver sistemas de câmbio para diferentes tipos de transação.
- a.6) Proibições Seletivas em função de mercadorias e países de origem/destino; incluindo interdição à entrada ou saída de navios; também abrange sanções legais (autorização e aprovação).
- a.7) Capacidade Doméstica e Condição Essencial de Combinação (Conteúdo Doméstico) Conduz a indústria a usar certa proporção de componentes de produção doméstica e/ou materiais para produção de produtos finais (exportáveis ou não).
- a.8) Acordos Bilaterais Discriminatórios Acordo preferencial de comércio que pode ser seletivo por mercadoria ou país; incluindo acordo de origem preferencial.
- a.9) *Countertrade* Acordos envolvendo trocas diretas de mercadorias (*counterpurchasing*) e pagamentos em espécie.

B. Restrições Não-Tarifárias Valorativas de Preço que Afetam as Importações

- b.1) Taxas Variáveis (Variables Levies) Baseado em um preço limite para importações, uma taxa é imposta de modo que o preço dos importados atinja o preço limite independentemente dos custos de importação.
- b.2) Taxas Variáveis (Variables Levies) Baseado em um preço limite para importações, uma taxa é imposta de modo que o preço dos importados atinja o preço limite independentemente dos custos de importação.

Continua...

b.3) Depósito Prévio à Importação	Participações ou totais dos valores das importações que são depositadas em órgãos governamentais competentes, antes do pagamento da importação efetivada. O tempo de retenção dos depósitos pode ser variável.
b.4) Ações Anti-dumping	Imposição de uma obrigação adicional de importação quando o preço do produto importado é acusado de estar abaixo de alguma medida referente aos custos de produção; preços mínimos podem ser estabelecidos para evitar ações e investigações <i>antidumping</i> .
b.5) Ajustamento Compensatório (Direitos Compensatórios)	Quando indiretamente taxas são arrecadadas ou atenuadas para compensar efeito nas vendas ou nos valores adicionais por conta de existência de outros tributos no comércio exterior.
b.6) <i>Bordex tax adjustment</i>	Quando impostos indiretos (e.g. vendas e valor agregado) são cobrados com base no princípio do destino, taxam apenas importações, sendo as exportações isentas; os efeitos sobre o comércio serão neutros se feitos alguns ajustes.
C. Participação Governamental no Comércio e Práticas Restritivas mais Gerais da Política Governamental	
c.1) Subsídios e Outras Ajudas	Subsídios diretos e indiretos à exportação e produtos industriais substituidores de importação. Incluem isenção de taxas concessões de crédito preferencial.
c.2) Política de Indução da Procura Governamental (Política de Compras do Governo)	É dada preferência pelo Governo nas suas compras às empresas nacionais em detrimento de empresas estrangeiras, através de contratos de concorrência pública. Fixa limite de importação das empresas públicas.
c.3) Estatização do Comércio (Comércio Estatal, Monopólios Públicos ou <i>Franchises Excluídas</i>)	Ações governamentais que podem resultar em distorções do comércio. Ex: estocagem de certos produtos, sanções punitivas que discriminem o transporte internacional.
c.4) Política Industrial e Medidas de Desenvolvimento Regional	Ações governamentais destinadas a auxiliar determinadas firmas, setores industriais ou regiões para ajustar as condições de determinados mercados.
c.5) Financiamento de P&D e Outras Políticas Tecnológicas	Ações governamentais destinadas a corrigir distorções no mercado e auxiliar firmas privadas. Visa desenvolver o esforço tecnológico nos programas governamentais como educação, defesa e saúde pública.
c.6) Sistema Nacional de Tributação Previdência Social	Política de renda, segurança social e outras políticas que possam direta ou indiretamente ter impacto sobre o comércio.

c.7) Política Macroeconômica		Monetária, fiscal, de balanço de pagamentos e de administração da taxa de câmbio, as quais podem ter impacto no produto nacional, no mercado externo e no movimento de capitais.
c.8) Política de Concorrência		Políticas antitruste e correlatas (e.g. normas de propriedade intelectual) que podem inibir ou restringir a concorrência e que têm impacto sobre o comércio e investimento.
c.9) Política de Investimentos Externos		Alocação dos investimentos externos com contratos específicos de comércio exterior, incluindo performance que afeta a produção e o comércio.
c.10) Políticas Contra Corrupção Externa		Políticas voltadas para proibir ou restringir suborno e prática relacionada com investimentos e comércio.
c.11) Políticas de Imigração		Políticas seletivas ou gerais voltadas para limitar ou encorajar movimentos internacionais de mão-de-obra, com impacto sobre o comércio e investimento.
D. Procedimentos Alfandegários e Práticas Administrativas		
d.1) Procedimentos para Arrecadação de Impostos (Procedimentos de Alfandegária)	Classificação	Construção de preços para efeito de arrecadação tarifária.
d.2) Procedimentos (Procedimentos de Alfandegários)	Classificatórios de Classificação	Uso de métodos para classificar impostos compatíveis com métodos internacionais.
d.3) Procedimentos (Procedimentos de Alfandegários)	Administrativos de Desembaraço	Documentação, inspeção e práticas relativas que podem impedir o comércio.
E. Barreiras Técnicas		
e.1) Normas Sanitárias, de Saúde e Padrões de Qualidade		Ações destinadas a objetivos domésticos previamente definidos que podem discriminar importações.
e.2) Padrões e Normas Industriais e de Segurança		Veja acima.
e.3) Normas para Embalagens e Marcas		Veja acima.
e.4) Normas Ambientais		Veja acima.
e.5) Regras de Anúncio e Mídia		Veja acima.

Figura 2 – Principais categorias de BTN e seus princípios de política.

Fonte: baseado em de Deardorff e Stern (1985), Guimarães, Carvalho e D'Almeida (1987); e Castilho (1994).

2.2.3 Barreiras comerciais e exportações de carne bovina

O Acordo Internacional sobre Carne Bovina assinado pelos países-membros da OMC tem como objetivo promover a expansão, a liberalização e a estabilidade do mercado de carne bovina, mediante a supressão progressiva de obstáculos e restrições ao comércio de carne bovina. Também visa a expansão em bases competitivas, mas o que se observa é justamente o contrário, pois o mercado apresenta-se extremamente protegido por medidas que restringem e impedem a competitividade do setor.

Com base na figura 2 torna-se possível elaborar a Figura 3, a qual ilustra os principais fatores que limitam a comercialização da carne bovina. Esses fatores podem ser divididos em três níveis: acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios às exportações.

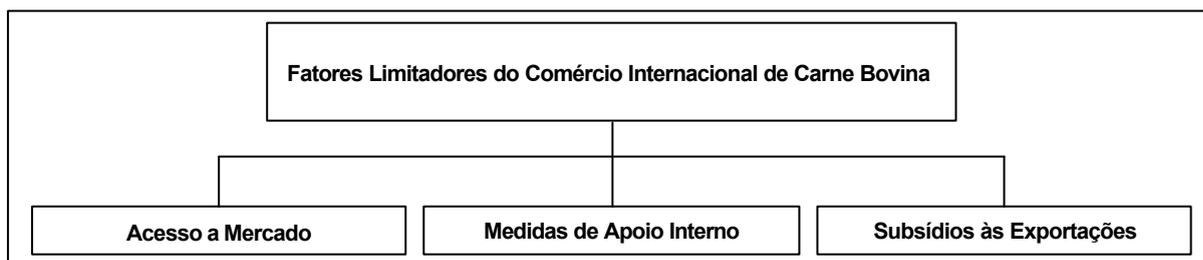


Figura 3 – Fatores limitadores do comércio internacional da carne bovina

Fonte: elaborado pelo autor.

Os fatores que limitam o comércio internacional da carne bovina apresentados na Figura 3 serão abordados com objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os mesmos, e como esses mecanismos afetam as exportações de carne bovina do Brasil e também do Rio Grande do Sul.

2.2.3.1 Acesso a mercados

O acesso a mercados compreende o nível de restrição estabelecido por lei dentro da política comercial de um país, referente ao ingresso de produtos

importados (SIMÕES; FERREIRA, 2000). Neste sentido, a Figura 4 caracteriza os principais fatores que podem atuar como limitadores do acesso a mercados.

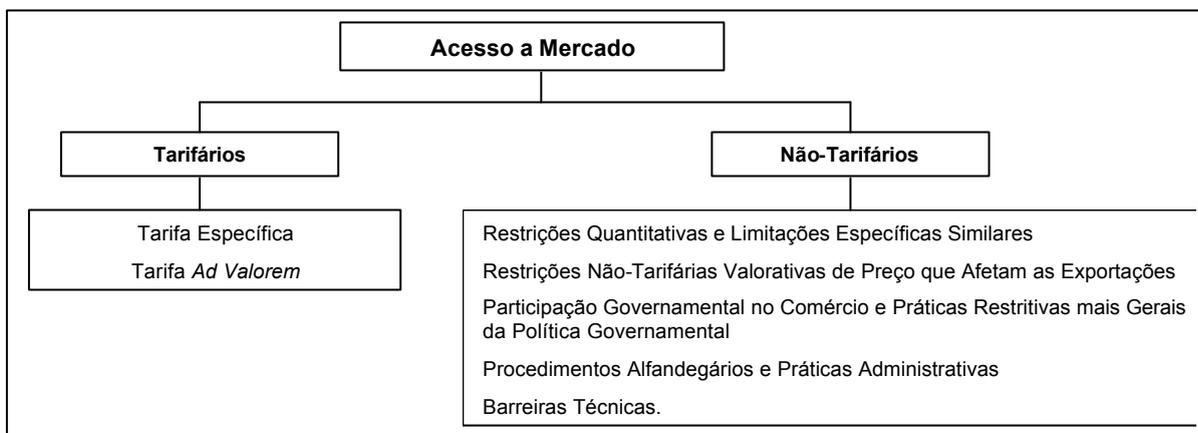


Figura 4 – Fatores limitadores de acesso a mercados.
Fonte: elaborada pelo autor.

Para garantir o acesso dos produtos agrícolas foram criadas as quotas tarifárias (TRQs – *tariff-rate quotas*). A TRQ de acesso mínimo garante ao país exportador uma tarifa baixa dentro da cota estabelecida (*“in quota”*), sendo as quantidades fixadas em pelo menos 3% do consumo interno, podendo chegar até atingir 5% (acesso corrente). Além disso, deve-se ressaltar que sobre produto importado acima da quota pode ser aplicada uma tarifa alta, denominada extraquota.

Estudos realizados por Simões e Ferreira (2000) revelam que o imposto de importação de carne fresca ou congelada para União Européia apresenta uma tarifa específica de 3.040 Euros por tonelada, mais a tarifa *ad valorem* de 12,8% sobre o valor Custo & Frete (C&F). Já a carne industrializada enlatada (*corned beef*) está sujeita a uma tarifa *ad valorem* de 22,9%. Para os Estados Unidos da América (EUA), a mesma *corned beef*, recolhe um imposto de 3,7%. No Japão, o exportador brasileiro deverá recolher um imposto de 25,8%. A Quota Hilton é uma exceção neste cenário, pois permite o pagamento de 20% sobre o preço C&F do produto importado, ficando ainda a cargo do exportador a administração da quota. O Brasil detém apenas cinco mil toneladas do total de 56 mil toneladas concedidas pela União Européia.

Com relação aos mecanismos de atuação das BNTs prevalecem os apresentados na seção 2.2.2, figura 2. Porém, as barreiras técnicas merecem uma

atenção especial, que será dada na seção seguinte. Essa preocupação é ratificada a partir dos estudos realizados por Ferraz Filho (1997) em nível nacional. Esse estudo procurou avaliar de que maneira as barreiras técnicas (incluindo as fitossanitárias) vêm afetando o desempenho exportador do país. Neste sentido, o setor de abate de animal no Brasil ficou com a segunda posição, perdendo apenas para o setor siderúrgico e na terceira colocação ficou o setor material elétrico.

2.2.3.2 Barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias

Os países signatários da OMC estão sujeitos a inúmeros acordos comerciais. Entre estes, constam o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (*Agreement on Technical Barriers to Trade – TBT Agreement*) e o Acordo sobre as Medidas Fitossanitárias (*Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary – SPS Agreement*). Esse último, edificado sobre as regras, normas, guias e recomendações elaboradas pelas seguintes organizações internacionais: a Comissão do *Codex Alimentarius* (CAC), o Escritório Internacional de Epizootias (*Office International Epizooties – OIE*) e a Convenção Internacional para a Proteção de Plantas (IPPC).

Neste sentido, considerando o estipulado pela OMC, barreiras técnicas são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas⁴ ou regulamentos técnicos⁵ não transparentes ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação de conformidade⁶ não-

⁴ **Norma Técnica** é um documento aprovado por uma instituição reconhecida, que prevê, para um uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para os produtos ou processos e métodos de produção conexos, e cuja observância não é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas (INMETRO, 2003).

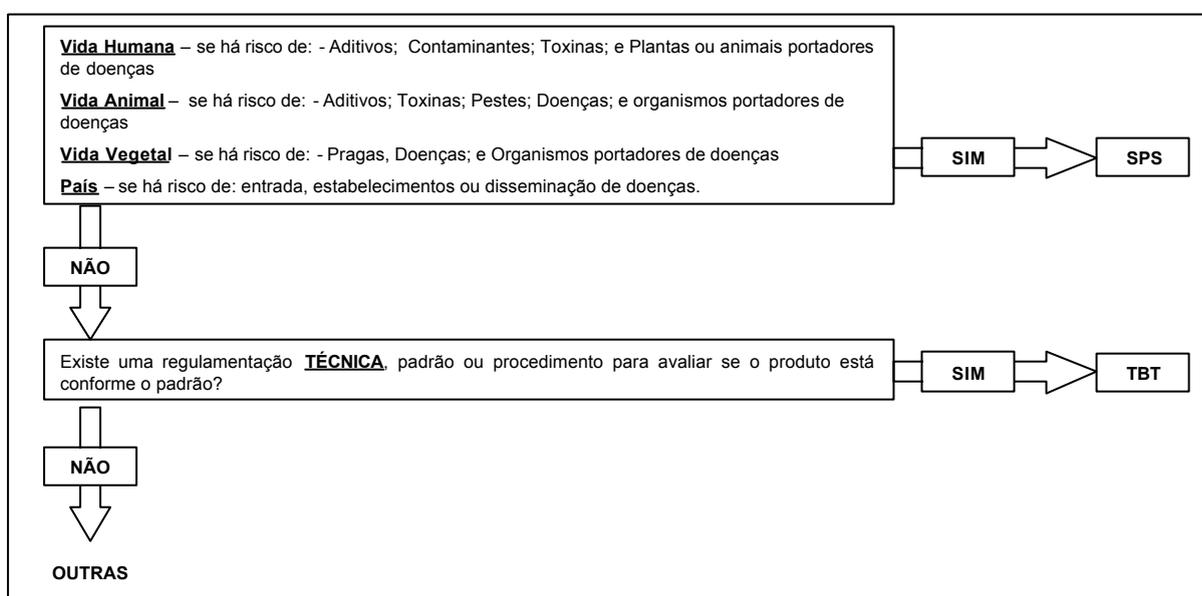
⁵ **Regulamento Técnico** é um documento aprovado por órgãos governamentais em que se estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas (INMETRO, 2003).

⁶ **avaliação da Conformidade** é todo procedimento utilizado, direta ou indiretamente, para determinar que se cumpram as prescrições pertinentes dos regulamentos técnicos ou normas. Os procedimentos para avaliação da conformidade compreendem, entre outros, os de amostragem, prova e inspeção, verificação e garantia da conformidade; registro, acreditação e aprovação, separadamente ou em distintas combinações (INMETRO, 2003).

transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.

Por outro lado, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (MSFs) podem ser entendidas como medidas aplicadas para proteger a vida, a saúde animal ou vegetal, dentro do território de um membro da OMC, de risco ligado à entrada de pragas ou doenças, de aditivos, contaminação, toxinas e organismos nos alimentos, ou carregados por outros animais e vegetais, e prevenir e limitar o seu dano dentro do território de um membro (THORSTENSEN, 2001).

Diante do exposto, a Figura 5 auxilia a diferenciar quando trata-se de uma barreira técnica ou de medidas fitossanitárias.



Legenda: SPS – *Sanitary and Phytosanitary* (Medidas Sanitárias e Fitossanitárias)
TBT – *Technical Barriers to Trade* (Barreiras Técnicas ao Comércio)

Figura 5 – Diferenciação entre barreira técnica e medida sanitária ou fitossanitária
Fonte: adaptada de World Trade Organization (1998, p.15).

Conforme apresentado na Figura 5 torna-se possível elaborar a Figura 6, que destaca algumas barreiras técnicas a que as agroindústrias exportadoras de carne bovina estão sujeitas.

Outro aspecto importante sobre as SPS refere-se ao princípio da regionalização, ou seja, reconhecimento do status “livre de doenças e pragas” em âmbito regional e não nacional. Este princípio permite que um país possa demonstrar que uma área de seu território é, e provavelmente se manterá, livre de

doenças, e os importadores não deveriam impor restrições sobre produtos originados dessa região (MIRANDA, 2001). Esse princípio foi aplicado ao Rio Grande do Sul após ter seu rebanho contaminado pela febre aftosa em 2001, e ter obtido novamente o status “livre de febre aftosa com vacinação” em 2002.

Além disso, existe a preocupação com as medidas de apoio interno e os subsídios que limitam a concorrência nas exportações de carne bovina. Neste sentido, atenções voltam-se para esses mecanismos, os quais serão caracterizados na seção seguinte.

Tipos de Barreiras Técnicas	Características
Registro do Estabelecimento Exportador	Para registrar o estabelecimento junto ao Ministério da Agricultura se faz necessário cumprir uma série de normas para elaboração de um processo no qual constarão todas as etapas de aprovação do estabelecimento: aprovação do terreno, localização, instalações e projetos e instalações do SIF-Registro Definitivo (BRASIL, 1997). O registro do estabelecimento é condição essencial para exportar.
Registro do Produto	- A numeração do registro dos produtos será dada por cada estabelecimento solicitante, com numeração crescente e seqüenciada, de quatro dígitos, seguidos do número do SIF (Ex. 0001/322, onde 0001 corresponde ao número de registro do produto, e 322 ao SIF). Fica igualmente modificada a expressão, que passa a ser “REGISTRO NO SIF/MARA SOB Nº.../...” (BRASIL, 1997).
Requisitos de Etiquetas	Entende-se por etiqueta como sendo a marca, imagem ou outra matéria gráfica descritiva, escrita, impressa, estampada, marcada, gravada em relevo ou espaços vagos ou colada na embalagem (CODEX STAN 1-1985). Também é o principal meio de comunicação entre os produtores e vendedores de alimentos, por uma parte, e por outra os seus compradores e consumidores. As etiquetas basicamente devem conter: o nome do alimento; lista de ingredientes; conteúdo claro e peso líquido; nome e destino (comprador, distribuidor, etc); país de origem; identificação do lote; data de fabricação e validade; instruções para conservação; instrução de uso; gramatura da quantidade de ingredientes; indicações de qualidade; idioma (etiqueta complementar, quando solicitada pelo importador) entre outras.
Requisitos de Inspeções	São todas as atividades que permitem verificar as instalações e equipamentos, serviços laboratoriais e procedimentos de análise com o objetivo de aplicar práticas e programas de controle no estabelecimento ou matadouro, a saber: estrutura, instalações e serviços, equipamentos e materiais, veículos de transporte, combate às pragas, controle do processo de produção (operações de abate e desossa, produto final, entre outros), fornecimento de água, entre outros.

Continua...

...continuação

Inspeção Prévia	Entende-se como sendo o exame dos produtos alimentícios ou dos sistemas de controle das matérias primas alimentícias, sua elaboração e distribuição, em que incluem ensaios durante o processo e provas do produto terminado, com objetivo de comprovar se os produtos se ajustam aos requisitos estabelecidos (CODEX ALIMENTARIUS, 2000).
Regulamentações Técnicas e Padronização	“Documento aprovado por órgãos governamentais em que se estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas” (INMETRO, 2003).
Certificação Técnica	- “Procedimento pelo quais órgãos oficiais encarregados da certificação ou de entidades reconhecidas que garantam por escrito ou de modo equivalente, que os alimentos ou os sistemas de controle dos alimentos cumprem com os requisitos pré-estabelecidos. As certificações dos alimentos podem apoiar-se, conforme sua situação, em uma série de atividades de inspeção, que podem incluir a inspeção contínua e direta, a verificação dos sistemas de garantia e qualidade e do exame dos produtos acabados” (Comissão do Codex Alimentarius - CAC/GL-20/1995).
Regulamentações do Transporte	- A Comissão do Codex Alimentarius (CAC/RCP 11-1976), diz que os veículos e contêineres para transporte marítimo que transportam carnes devem ser desenhados, construídos e equipados de maneira que possam manter a temperatura requerida; que sejam fáceis de limpar e desinfetar; não permitam a contaminação por insetos e outros organismos; e que evitem contato como o solo durante a sua movimentação.
Requisitos Ambientais	São padrões internacionais e diretrizes que especificam as exigências de um Sistema de Gestão Ambiental (EMS – <i>Environmental Management System</i>). Neste sentido, o gerenciamento ambiental tem como objetivo: capacitar a organização para obter e medir melhorias ambientais; reduzir as barreiras impostas pelo comércio internacional; aumentar a credibilidade da organização com a questão ambiental; gerar na organização compromissos com a legislação ambiental, entre outros.

Figura 6 – Tipos e caracterização de barreiras técnicas

Fonte: elaborado pelo autor.

2.2.3.3 Medidas de apoio interno e subsídios às exportações

Apesar do Acordo Agrícola obter resultados positivos, não foi capaz de criar condições para o livre comércio. Essa situação pode ser associada ao volume de recursos gastos com as medidas de apoio interno e subsídios às exportações. Assim, com relação à transferência de subsídios internos, existe um acordo sobre os

programas de apoios domésticos, que foram divididos em três grupos (figura 7), ou caixas, ambos classificados de acordo com o grau de distorção do comércio:

- a) as medidas consideradas de pouco ou nenhum impacto sobre o comércio (caixa verde);
- b) as medidas que afetam o comércio (caixa laranja), Medidas Agregadas de Apoio (MAA);
- c) as medidas que foram criadas para compensar as políticas restritivas à produção (caixa azul).

Medidas	Definição	Compromisso com a OMC
Caixa Verde ⁽¹⁾	Políticas financiadas com recursos públicos que implicam em distorções reduzidas ou nulas, ao comércio e aos preços	Nenhum
Caixa Azul ⁽²⁾	Políticas que implicam em distorções ao comércio e instrumentos que reduzam artificialmente os custos de produção, como políticas de pagamentos diretos aos agricultores em troca de imposição de limite de produção.	Nenhum
Caixa Laranja	Políticas que implicam em distorções ao comércio, como política de preços mínimos com compras governamentais e ajudas subvencionadas diretas à produção.	Países desenvolvidos: calculado o valor do apoio concedido e, caso for constatado que este esteja a 5% do valor da produção, ele deverá ser reduzido em 20% durante o período de implantação. Países em desenvolvimento: a constatação deverá ser superior a 10%, para que o país sofra a imposição da redução de 13,3% em dez anos.

Figura 7 – Acordo agrícola e suas medidas de apoio interno.

Fonte: Simões e Ferreira (2000, p. 26).

(1) Não deverá ter como objetivo a sustentação de preços. Deverá ser proveniente de programa governamental, tais como defesa e inspeção sanitária, infra-estrutura pública e educação rural, não implicando transferência direta de renda para produtores.

(2) Pagamentos diretos a produtores, devido a programas de limitação de produção e subsídios ao crédito.

Conforme exposto no quadro acima, Thorstensen (2001) destaca alguns dos compromissos firmados pelos países-membros da OMC sobre a redução dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas, que na realidade pouco se cumpriu. Mesmo assim, os principais itens do acordo foram:

- a) os apoios do governo ou de suas agências através de subsídios diretos;
- b) pagamentos sobre exportações de produtos agrícolas financiados por ações do governo;
- c) subsídios para reduzir os custos de comercialização de exportação de produtos agrícolas incluindo carregamento, custo de processamento, custos de transporte e fretes;
- d) tarifas de cargas e transporte interno sobre exportações estabelecidas pelo governo em termos mais favoráveis do que em relação ao transporte doméstico;
- e) subsídios a produtos que serão vinculados a produtos exportados.

Na Tabela 1 caracterizam-se os compromissos assumidos pelos países-membros na rodada Uruguai, em termos quantitativos, ou seja, quanto à redução de tarifas e subsídios interno e externo.

Tabela 1 – Compromissos assumidos no acordo sobre agricultura: reduções acordadas em tarifas e subsídios internos e externos.

Compromissos Assumidos	Países Desenvolvidos (6 anos: 1995-2000)	Países em Desenvolvimento (10 anos: 1995-2004)
Tarifas:		
Corte médio para todos os produtos	36%	24%
Corte médio por produto	15%	10%
Apoio Interno (base 86-88):		
Corte da MAA – Medida Agregada de Apoio por setor	20%	13%
Subsídios à Exportação (base 86-90):		
Corte no valor do subsídio	36%	24%
Corte na quantidade subsidiada	21%	14%

Fonte: World Trade Organization, 1998 apud Thorstensen (2001, p.75).

Assim sendo, é extremamente importante que o setor exportador de carne bovina do país, especificamente do Rio Grande Sul, se envolva nas discussões sobre como tratar e estudar assuntos tão conflitantes como as barreiras comerciais e suas implicações na liberalização do comércio internacional agrícola. Desta maneira, na próxima seção, abordar-se-á a cadeia agroindustrial da carne bovina.

2.3 CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE BOVINA

Estudos iniciais sobre o *agribusiness* foram desenvolvidos por Davis e Goldberg (1957) e posteriormente aprofundados por Goldberg (1968), que introduz a abordagem sistêmica para compreender as relações intersetoriais inerentes às atividades da agropecuária. Assim, *agribusiness* pode ser caracterizado por:

[...] todos os atores envolvidos com a produção, processamento e distribuição de um produto. Tal sistema incluem mercado de insumos agrícolas, a produção agrícola, operações de estocagem, processamento, atacado e varejo, demarcando um fluxo que vai dos insumos até o consumidor final. Inclui todas as instituições que afetam a coordenação dos estágios sucessivos do fluxo de produtos, tais como as instituições governamentais, mercados futuros e associações de comércio (GOLDBERG 1968, *apud* ZYLBERSZTAJN, 2000 p.5).

Essa visão de seqüência de transformação e dependência intersetorial utilizada por Goldberg (1968) para estudar o comportamento de alguns sistemas agroalimentares, pode ser compreendido como *Commodity System Approach* (CSA).

O outro conceito que propõe trabalhar com a visão sistêmica na agropecuária tem sua origem na escola francesa de *filière*. Neste sentido, Montigaud (1991) define *filière* como sendo um conjunto de atividades verticalmente imbricadas (produção, expedição, transporte, atacado e varejo) relacionadas a um mesmo produto ou produtos similares.

Colocado desta forma, observa-se que ambos os conceitos partem de situações semelhantes quanto ao seqüenciamento das operações e principalmente por utilizarem a noção de sistema. Neste sentido, Batalha (1997) ratifica esta situação ao afirmar que os dois conceitos utilizam a noção de sucessão de etapas produtivas, desde a produção de insumos até o produto acabado. Ambos os conceitos destacam o aspecto dinâmico do sistema e tentam assumir um caráter prospectivo.

Além disso, existe outra diferenciação entre as duas abordagens, a importância dada ao consumidor final. Assim, a cadeia agroindustrial sob a ótica da escola francesa, parte sempre do mercado final (por exemplo, carne bovina), em

direção a matéria-prima de base que lhe originou. Por outro lado, o *Commodity System Approach* (CSA) costuma eleger uma matéria-prima como ponto de partida, como por exemplo, a carne bovina (BATALHA, 1997).

Desta forma, pode-se dizer que a análise de cadeias produtivas apresenta-se como uma ferramenta útil na compreensão do processo de produção. Além disso, no campo das idéias, vem se mostrando um instrumento capaz de auxiliar na elaboração de políticas setoriais públicas e privadas.

Bliska e Gonçalves (1998, p.164) definem a cadeia produtiva de carne bovina da seguinte maneira:

Um conjunto de componentes interativos, tais como diferentes sistemas produtivos, fornecedores de serviços e insumos, indústrias de processamento e transformação, distribuição e comercialização de produtos e subprodutos, e seus respectivos consumidores finais.

Assim colocado, pode-se definir os principais elos que compõem a cadeia agroindustrial da carne bovina, a saber:

1. **indústria de insumos:** entende-se como sendo as empresas que fornecem os fatores de produção (defensivos, herbicidas, máquinas, combustíveis, lubrificantes, sementes, alimentação animal, suplementação mineral, concentrados, medicamentos e material genético, etc.), que entram na produção de determinada quantidade de bens ou serviços;
2. **propriedade rural:** segundo Pedrozo (2001), a propriedade rural é constituída de espaços onde se elaboram produções e é uma organização de parcelas, de rebanhos (cria, cria e engorda), de instalações e de equipamentos que constituem a ferramenta do produtor e de seus colaboradores;
3. **agroindústria (frigorífico):** segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 1997), “matadouro-frigorífico” é o estabelecimento dotado de instalações completas e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, preparo e conservação das espécies de açougue sob variadas formas, com aproveitamento completo, racional e perfeito de subprodutos não comestíveis; possuirá instalações de frio industrial. Nesta pesquisa, esse

conceito assume a denominação de Frigorífico e/ou Agroindústria Exportadora de Carne Bovina credenciado ou habilitado pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF) para exportar;

4. **trading**: para Luna (2000) é uma empresa comercial especializada em comércio exterior e que goza de certos privilégios fiscais, no Brasil. Outro aspecto a ser mencionado refere-se ao *trading agent* ou *trader* que pode ser definido como pessoa ou empresa investida de poderes formais ou informais para exercer, por conta de terceiros, intermediação de compra e venda, para fins de exportação ou importação (LUNA, 2000);
5. **mercado externo**: são mercados estrangeiros nos quais países ou empresas neles sediadas realizam operações de importação e exportação de bens ou serviços (LUNA, 2000);
6. **atacado**: compreende todas as atividades envolvidas na venda de bens ou serviços para aqueles que comprem para revenda ou para uso industrial (KOTLER; ARMSTRONG, 1998);
7. **varejo**: são todas as atividades envolvidas na venda de bens ou serviços diretamente para clientes finais, para seu uso pessoal e não-organizacional, por exemplo, supermercados, açougues e boutiques (KOTLER; ARMSTRONG, 1998);
8. **consumidor final**: entende-se por consumidor final o último usuário que adquire bens e serviços para o consumo pessoal e familiar (KOTLER; ARMSTRONG, 1998);
9. **ambiente institucional**: segundo Farina (2000) abrange o sistema legal, as tradições e os costumes, os sistemas políticos, as regulamentações, a política macroeconômica e as políticas setoriais e governamentais. Para Davis e North (1971), é o conjunto fundamental de regras legais, econômicas e políticas que estabelecem a base para a produção, troca e distribuição;
10. **ambiente organizacional**: refere-se às organizações corporativistas, *bureaus* públicos e privados, sindicatos, instituições de pesquisa e as políticas setoriais privadas (FARINA, 2000).

Após definir os principais elos da cadeia agroindustrial da carne bovina torna-se possível delinear seu fluxograma, o qual está representado na Figura 8.

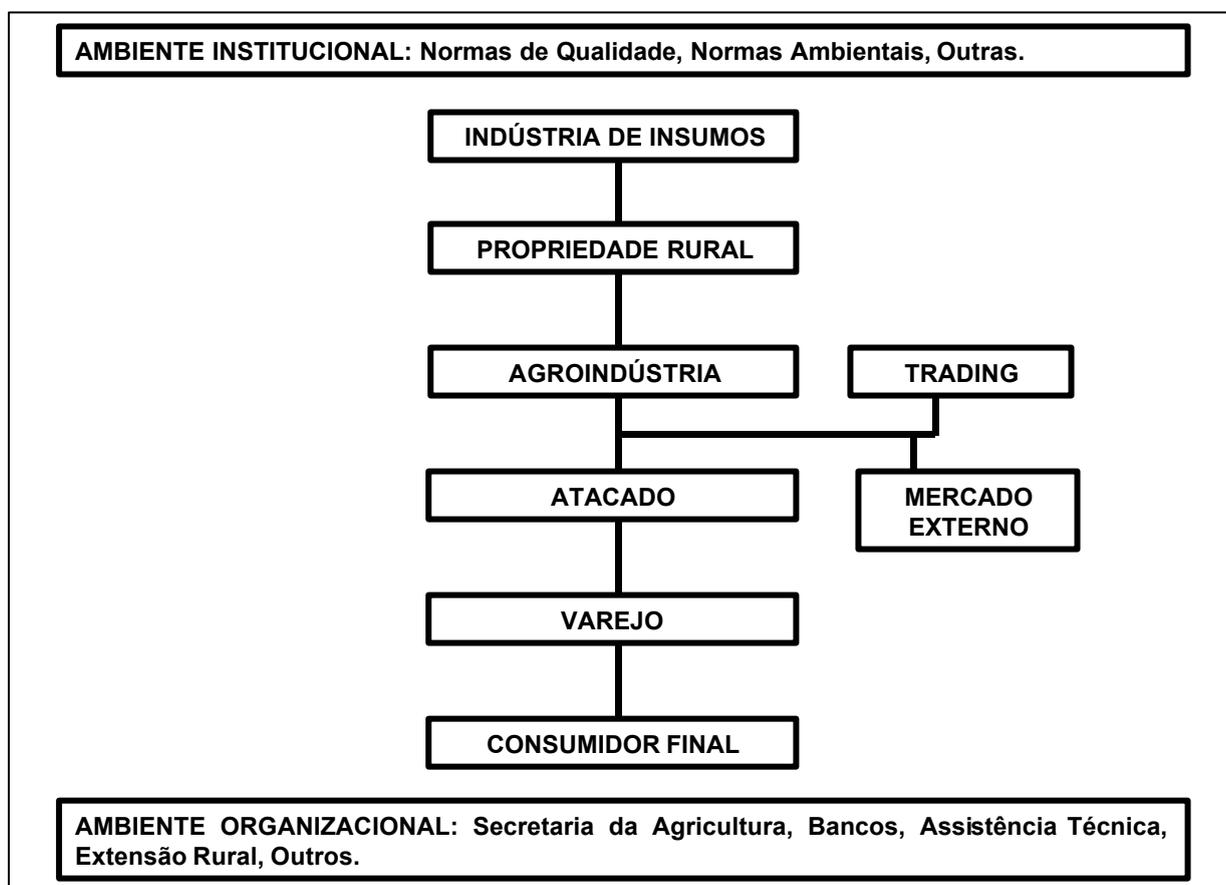


Figura 8 - Caracterização da cadeia agroindustrial da carne bovina
Fonte: adaptada de BLISKA e GONÇALVES (1998. p. 165-166).

No entanto, estudos realizados por Bliska e Gonçalves (1998) apontam vários fatores (ver Figura 9) que afetam o desempenho da cadeia produtiva de carne bovina no Brasil. Esses pontos de estrangulamento quando confrontados com os fatores determinantes da competitividade apontados por Coutinho e Ferraz (1994) revelam a fragilidade da agroindústria exportadora de carne bovina (frigorífico) na coordenação da cadeia, nas negociações internacionais e outros. Também, deve-se considerar que os pontos de estrangulamento apontados por Bliska e Gonçalves (1998) não são específicos de um único segmento, mas de toda a cadeia agroindustrial de carne bovina gaúcha.

Fatores Determinantes da Competitividade segundo Coutinho e Ferraz (1994)	Fatores que Afetam o Desempenho da Cadeia Agroindustrial da Carne Bovina (Bliska e Gonçalves, 1998)
<p>Fatores Internos à Empresa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitação tecnológica e produtividade; 2. Conhecimento do mercado e a capacidade de se adequar às suas especificidades; 3. Qualidade e amplitude de serviços pós-vendas; 4. Vantagens competitivas que possuem e sua capacidade de ampliá-las, entre outras. <p>Fatores Estruturais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Características dos mercados consumidores; 2. Oportunidades de acesso a mercados internacionais; 3. Formas e custos de comercialização predominantes; 4. Potencialidades de alianças com fornecedores, usuários e concorrentes; 5. Grau de verticalização, entre outros. <p>Fatores Sistêmicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de câmbio, taxa de juros e oferta de crédito; 2. Políticas tributárias, tarifárias e não-tarifárias; 3. Políticas de comércio exterior; 4. Infra-estruturas; 5. Sociais e 6. Internacionais: tendências do comércio mundial, investimento de risco e de tecnologia, relações com organismos multilaterais, acordos internacionais, entre outros. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alta carga tributária incidente sobre a cadeia; 2. Baixo controle sobre o progresso técnico; 3. Barreiras sanitárias no mercado internacional; 4. Idade de abate elevada; 5. Ausência de classificação dos animais e tipificação de carcaças e carne ofertadas; 6. Barreiras tarifárias e não-tarifárias; 7. Barreiras ecológicas; 8. Alterações nas taxas de câmbio podem alterar a competitividade das exportações; 9. A sobrevivência dos frigoríficos está cada vez mais condicionada à busca de economia de tamanho e/ou adição de valores aos produtos; 10. Ausências de organização e coordenação da cadeia como um todo; 11. Mão-de-obra pouco especializada; 12. Baixa regularidade de oferta na entressafra (sazonalidade); 13. Relacionamento se dá via mercado de spot; 14. Ausências de políticas públicas específicas para o setor.

Figura 9 – Comparativo dos fatores determinantes da competitividade e fatores que afetam o desempenho da cadeia agroindustrial da carne bovina.

Fonte: elaborado pelo autor.

As alianças mercadológicas ou parcerias verticais podem ajudar as agroindústrias exportadoras de carne bovina a tornarem-se mais competitivas. Para Perosa (1998), alianças mercadológicas podem ser entendidas como um compromisso estabelecido entre os segmentos de produção, abate/processamento e distribuição de carne bovina, que tem como objetivo ofertar um produto com atributos de qualidade que diferencie da carne-*commodity* disponível no varejo.

Outro aspecto importante na realização de alianças e parcerias diz respeito à coordenação. Para Farina e Zylbersztjan (1994) coordenação pode ser entendida como a habilidade de transmitir informação, estímulo e controles ao longo das etapas seqüenciais que integram o conjunto de atividades necessárias para atender

o mercado. Assim, segundo Perosa (1998), para que se estabeleça essa coordenação, três questões devem se definidas, a saber:

- a) o que e para quem se quer produzir;
- b) as regras básicas para participar de um processo integrado de produção e
- c) quais os benefícios a curto, médio e longo prazo advindos da iniciativa, para a cadeia como um todo e para cada segmento.

Neste sentido, Pigatto, Silva e Souza Filho (2000) elaboram uma lista de benefícios que podem (e devem) ser considerados elo a elo na cadeia, dependendo do porte das empresas envolvidas e das regras estabelecidas. Tais benefícios foram elaborados a partir de estudos desenvolvidos junto ao Programa de Novilho Precoce do Estado de São Paulo, coordenado pelo Fundo de Desenvolvimento da Pecuária de São Paulo (FUNDEPEC-SP), conforme mostrado na figura 10.

Elos Envolvidos	Benefícios
Pecuarista	<ul style="list-style-type: none"> a) Aumento da rentabilidade, com abate precoce; b) Absorção e utilização de técnicas de manejo mais modernas, que podem propiciar ganhos de produtividade no médio e no longo prazo; c) Garantia de venda do boi, para frigoríficos que valorizem o produto dentro de certas especificações e d) A longo prazo, ganhos em termos de diferenciação do produto commodity e dos produtores que podem abrir novos mercados (via agregação de valor) interna e externamente ao Brasil.
Frigoríficos	<ul style="list-style-type: none"> a) Garantia de regularidade de abastecimento, com produtos dentro de uma especificidade superior de qualidade; b) Garantia de venda do produto à distribuição e c) Diferenciação do frigorífico, que pode, no médio prazo, tornar-se um exportador, dentro das normas internacionais.
Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> a) Garantia de regularidade de abastecimento, com produtos dentro de uma especificação superior de qualidade e b) Disponibilização ao consumidor final de um produto com garantia de origem e qualidade demonstradas através de um selo ou marca que o torna diferenciado.
Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> a) Recebe informações sobre os produtos (sua origem, características organolépticas e formas de cozimento mais adequadas), incluindo possibilidade de rastreabilidade; b) Dispõe de carne de qualidade superior e c) Obtém garantias em termos de saúde do produto adquirido.

Figura 10 - Benefícios potenciais de alianças mercadológicas no âmbito dos programas de novilho precoce

Fonte: Pigatto, Silva e Souza Filho (2000, p. 7).

Conforme caracterizado, as alianças mercadológicas que estão surgindo entre supermercados, frigoríficos e produtores rurais podem auxiliar na solução dos problemas que ocorrem na cadeia agroindustrial da carne bovina, principalmente quanto à falta de padronização dos produtos, sazonalidade na produção, oportunismo nas negociações, falta de entrosamento entre os elos da cadeia e outros. Essas iniciativas emergem como importantes alternativas para a organização e coordenação do setor. No entanto, as transformações estão ocorrendo de maneira lenta, talvez o principal motivo seja a fragilidade dos frigoríficos.

A seção seguinte trata a abordagem sistêmica na cadeia agroindustrial da carne bovina, no sentido de buscar o entendimento das complexas relações que ocorrem no setor.

2.4 ABORDAGEM SISTÊMICA NA CADEIA AGROINDUSTRIAL DA CARNE BOVINA

A abordagem sistêmica tem sua origem na filosofia, especificamente no estruturalismo, um método que propunha estudar o todo por meios de suas partes (MOTTA, 1974). Na Biologia com o funcionalismo, estendeu-se para outros campos do saber, mas o termo sistema não tem o mesmo significado nos diversos campos onde pode ser empregado (BERNARDES, 1993).

Um sistema pode ser entendido conforme a especialidade do pesquisador, a sua formação e principalmente quanto ao seu interesse. Para Bertalanffy (1973) é um conjunto de elementos inter-relacionados e para Churchman (1972) é um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades. Porém, para esta pesquisa, o conceito utilizado é o apresentado por Morin (1987, p.100), que diz: *“um sistema pode ser concebido como unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos”*.

Diante do exposto, o sistema não se constitui na mera soma das partes de um todo. Assume-se que o sistema expressa uma totalidade composta de elementos constituintes, tais como indústria de insumos, produtores rurais, agroindústria, varejo, atacado, consumidor final, etc. Entretanto, a noção de sistema é maior do

que a soma das partes, ou seja, deve-se demonstrar que o sistema se caracteriza pelos padrões de interações das partes e não apenas pela agregação das mesmas (SILVA e BATALHA, 1999).

Neste sentido, a interdependência dos componentes da cadeia agroindustrial da carne bovina possibilita ao pesquisador estudar as várias articulações existentes entre os agentes econômicos privados, o poder público e os desejos e necessidades dos consumidores finais da cadeia.

Dentro desta ótica, a abordagem sistêmica oferece a estrutura necessária para o estudo da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul. Neste sentido, é proposta do presente estudo trabalhar com o Sistema Integrado Agronegocial (SIAN), o qual será abordado na próxima seção.

2.5 MODELO SISTÊMICO INTEGRADO AGRONEGOCIAL (SIAN)

A complexidade que envolve o agronegócio revela cada vez mais a necessidade de permear por diversas áreas do conhecimento para melhor compreender a realidade que o cerca. Essa interação produz um pensar diferente, ou seja, produz diferentes formas de investigação científica. Partindo desta premissa, diferentes teorias podem ser utilizadas para entender as partes ou a totalidade dos fenômenos estudados.

Neste sentido, modelos teóricos mais amplos e com diferentes níveis de consolidação são empregados para estudar o agronegócio. Assim, dentro dessa heterogeneidade de abordagem, pode-se recorrer aos estudos de Zylberstajn e Farina (1997), que buscam, na Nova Economia Institucional, enfatizar os custos de transação e o ambiente institucional. Esses autores vêem o “agrosistema” como um conjunto de contratos governados por diferentes modos (modo de governança), características das transações e do ambiente institucional (PEDROZO *et al.* 1999).

Para a presente pesquisa, utiliza-se o Sistema Integrado Agronegocial (SIAN), pois essa nova abordagem pode facilitar a compreensão, as ligações e articulações dos vários atores/agentes e ambiente que estão presentes no agronegócio ou *agribusiness*. Assim, por definição, o SIAN é composto por três subsistemas

principais: o referencial, o estrutural e o avaliativo, ambos representados na Figura 11.

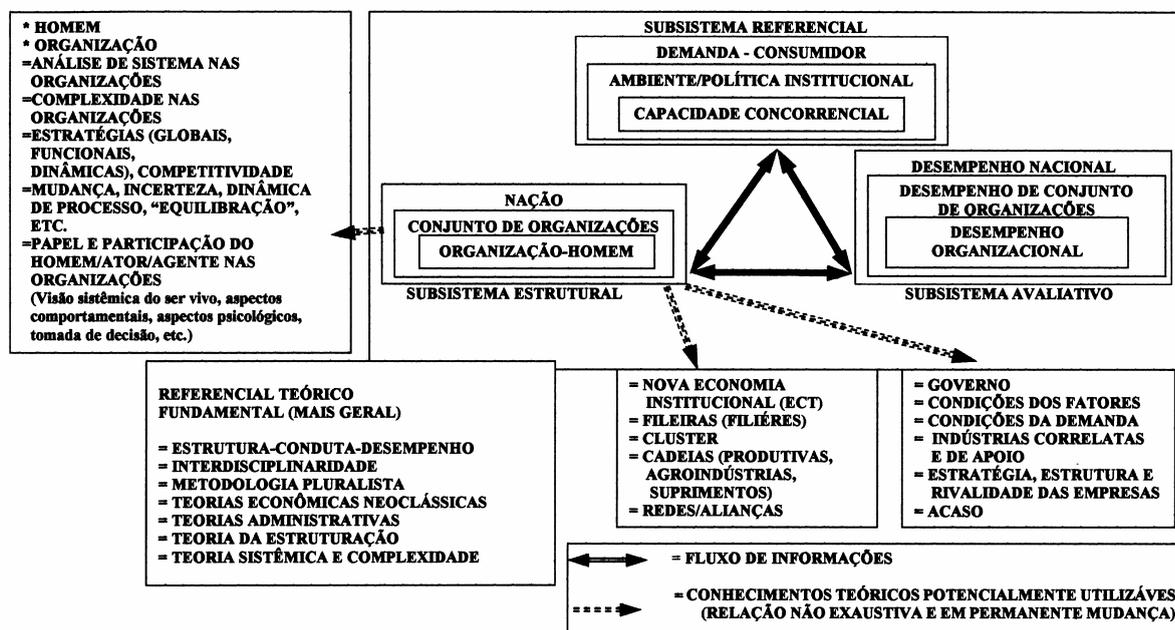


Figura 11 – Modelo Sistêmico Integrado Agronegocial (SIAN) “Micro-Meso-Macro Analítico”
 Fonte: extraída de Pedrozo *et al.* (1999. p. 27).

O subsistema referencial (SBR) é caracterizado pela demanda efetiva e/ou potencial (necessidade e/ou expectativas dos consumidores, individualmente ou em grupo), o ambiente e/ou políticas institucionais e a capacidade concorrencial, principalmente das organizações (PEDROZO *et al.* 1999).

No subsistema estrutural (SBE) encontram-se os atores que são responsáveis pelo funcionamento do sistema, cujas decisões conduzem às ações. Os atores principais são as pessoas, as organizações (consideradas individualmente), os conjuntos de organizações (organizações agindo em conjunto) e a nação. Essas organizações podem ser de naturezas muito diversas incluindo ambientes organizacionais distintos, como multinacionais fornecedoras de matérias-primas, propriedades rurais, cooperativas agropecuárias, empresas agroindustriais, comerciantes de insumos, empresas de distribuição, corretores e bolsas de mercadorias, exportadores e importadores, etc. (BROSSIER *et al.*, 1990; EVENO, 1992; LAZZARANI, 1997; MARION, 1993; NAKHLA, 1994; PEDROZO, 1993, 1995, 1999; SILVA, 1991).

Segundo De Brandt (1991), os atores podem constituir um “meso-sistema produtivo”. Nesse “meso-sistema” são estabelecidos um conjunto de relações interdependentes, mercadológicas ou não, entre os atores, que tem uma certa autonomia, em função de ações estratégicas. A fronteira do “meso-sistema” é definida pela ação ou interesses estratégicos dos atores, podendo ocorrer inclusive conflitos e concorrência no seu interior. Os atores buscam explorar os graus de liberdade existentes e podem acarretar mudanças tanto nas organizações, como nas fronteiras e na estrutura do “meso-sistema” (PEDROZO *et al.* 1999).

No conjunto das organizações podem se articular, de maneira formal ou informal, interesses estratégicos que envolvem várias organizações. Isso significa que cada ator pode se articular e participar de diversos conjuntos de organizações (filière, cadeia produtiva, cadeia agroindustrial, cadeia de suprimentos, redes, alianças e *clusters*), dependendo de seus interesses e de seu portfólio de atividades (PEDROZO *et al.* 1999).

A nação é representada pelas estruturas organizacionais e os recursos humanos existentes em nível governamental e as respectivas políticas ou diretrizes governamentais emanadas destas estruturas, que representam os interesses nacionais. A ação das estruturas organizacionais governamentais e suas políticas (competitividade, empregos no meio rural, qualidade de vida, sustentabilidade, exportações, mercado interno, etc) sinalizam um horizonte desejado e buscam medidas que organizam, catalisam, estimulam e/ou inibem a ação dos demais atores (PEDROZO *et al.* 1999).

O subsistema avaliativo (SBA) é o subsistema de desempenho. Cada componente do SBE deve ser avaliado, sendo três tipos de desempenhos que fazem parte do SBA: o desempenho organizacional, o desempenho de “conjuntos de organizações” e o desempenho nacional. Esses três componentes também estão ligados entre si pelo processo de retroalimentação sistêmica (PEDROZO *et al.* 1999).

2.5.1 Orientação e a dinamicidade do modelo

Segundo Crozier e Friedberg (1977), para que um sistema se desenvolva com base na ação humana, é necessário que haja uma oportunidade e uma capacidade. Essa situação, no sistema proposto, é observada no subsistema referencial, onde as oportunidades são representadas pela demanda/consumidor e políticas institucionais e a capacidade pela capacidade concorrencial. Os atores do SBE, para agir, devem buscar e transmitir, continuamente, informações relativas aos três componentes do subsistema referencial. Portanto, o SBR serve como uma espécie de orientador ou alimentador do sistema global através da sua interface com o SBE.

No SBR, a oportunidade é representada pelo mercado, na forma de demanda e das necessidades/expectativas do consumidor e pelas políticas institucionais (públicas ou não). Por demanda entende-se a necessidade do volume de produtos/serviços a serem satisfeitas no momento presente e a curto prazo. Com relação ao consumidor, considera-se uma espécie de demanda potencial. Nesse caso, existe um processo de identificação das necessidades ou expectativas dos consumidores a serem satisfeitas (BEERS; BEULENS; DALEN, 1998), seja para um futuro imediato ou para um futuro a mais longo prazo. A essas, juntam-se as oportunidades criadas pelas diretrizes/políticas das instituições, principalmente as advindas da esfera governamental (BEERS; BEULENS; DALEN, 1998). Segundo Mezzomo e Ribeiro (1998), o Estado não participa diretamente da produção, mas tendo a coordenação e a informação pode catalisar as atitudes dos agentes econômicos, revestindo-se de uma importância básica para a integração competitiva do país, principalmente dos setores agroindustriais.

Os atores, após captarem essas informações das oportunidades existentes, analisarão quais podem ser exploradas, o que foi denominada de capacidade concorrencial. Deve-se analisar conjuntamente os ambientes externos e internos das organizações para verificar a capacidade concorrencial. Segundo Porter (1989, 1990), isso pode ser feito através da análise das forças concorrencias (fornecedores, entrantes potenciais, produtos substitutos, concorrentes e clientes). Logicamente, para que todo esse processo se transforme em ações concretas, as oportunidades

percebidas devem ser compatíveis com a capacidade dos autores em transformá-las em realidade, de maneira concorrencial ou de forma a atingir os objetivos dos atores. (PEDROZO *et al.* 1999).

A visão externa não é a única maneira de alimentar o SIAN. Algumas organizações e/ou conjuntos de organizações podem preferir o uso da visão baseada em recursos internos, olhando primeiro suas capacidades internas e a melhor maneira de transformá-las em vantagem competitiva.

Deve-se ressaltar que o monitoramento ambiental (BARBOSA, 1997) e o uso das informações, tanto internamente como externamente aos subsistemas, revestem-se de capital importância para o funcionamento global e eficaz. Existem diversos instrumentos que podem facilitar a orientação do sistema, como pesquisas de mercado, análise de valor, função de desenvolvimento da qualidade, respostas eficientes ao consumidor, etc. (ABREU, 1995; MIRSHAWKA; MIRSHAWKA JR., 1994; STERRENBURG; RUTTEN, 1998; SCHMIDT; HÖPER, 1998).

A retroalimentação do sistema ocorre de várias maneiras e em diferentes níveis através da interação contínua. Ela existe no interior de cada um dos subsistemas (SBR/SBE/SBA), ligando cada um de seus componentes. O processo se completa com a interação entre os diferentes subsistemas entre si. Para Pedrozo *et al.* (1999), as mudanças ocorrem permanentemente, sendo necessário, portanto, interpretar e apreender a dinamicidade do sistema, pois é uma das características fundamentais do mesmo.

De acordo com o modelo SIAN, pode-se buscar outras referências para completar a pesquisa pretendida e considerar que existem limitações na aplicação da proposta. Essa proposta utiliza o comércio internacional associado ao SIAN com objetivo de identificar as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Registre-se que o SIAN foi aplicado para estudar o processo de aprendizagem no funcionamento das empresas e cadeia agroindustrial do frango em Goiás, sob o título: "A Aprendizagem na Cadeia Agroindustrial do Frango no Estado de Goiás".

2.5.2 Mapa de resultados - guia de pesquisa

Existe um raciocínio lógico em torno do qual percorre-se o SIAN, em diferentes etapas, articulando-se atores (individuais e organizacionais) e o sistema como um todo, envolvendo os seus subsistemas e os três níveis de abrangência. Em cada etapa faz-se escolhas teóricas ou metodológicas e/ou de objeto/fenômeno a ser estudado. Uma escolha abre a possibilidade para a(s) escolha(s) seguinte(s).

O sistema referencial (SBR) busca informações externas para alimentar os demais subsistemas. Assim, o potencial de demanda internacional caracteriza a oportunidade do país em exportar carne bovina para países ou blocos econômicos. Essa demanda poder ser captada a partir das necessidades e expectativas dos consumidores internacionais. Nesse sentido, cabe ao governo federal desenvolver um ambiente/política institucional que favoreça a capacidade competitiva da cadeia da pecuária de corte brasileira. Deve-se, também, considerar a capacidade concorrencial dos frigoríficos exportadores, ou seja, a capacidade dos atores em transformar as oportunidades percebidas em realidade (consulte Figura 12)

O subsistema estrutural (SBE) constitui o “meso-sistema produtivo”. Nesse “meso-sistema” se encontram as organizações-agentes, aqui representadas pelos frigoríficos exportadores de carne bovina. Assim, deve-se mencionar que a visão externa não é o suficiente, devendo esses agentes olhar primeiro suas capacidades internas, não esquecendo do monitoramento ambiental, muito útil para o funcionamento global eficaz (consulte Figura 12).

O subsistema avaliativo (SBA) avalia cada componente do SBE, ou seja, o desempenho nacional (importações – exportações), o desempenho comercial do conjunto de frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul e por fim o desempenho organizacional, isto é, o desempenho dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul (consulte Figura 12).

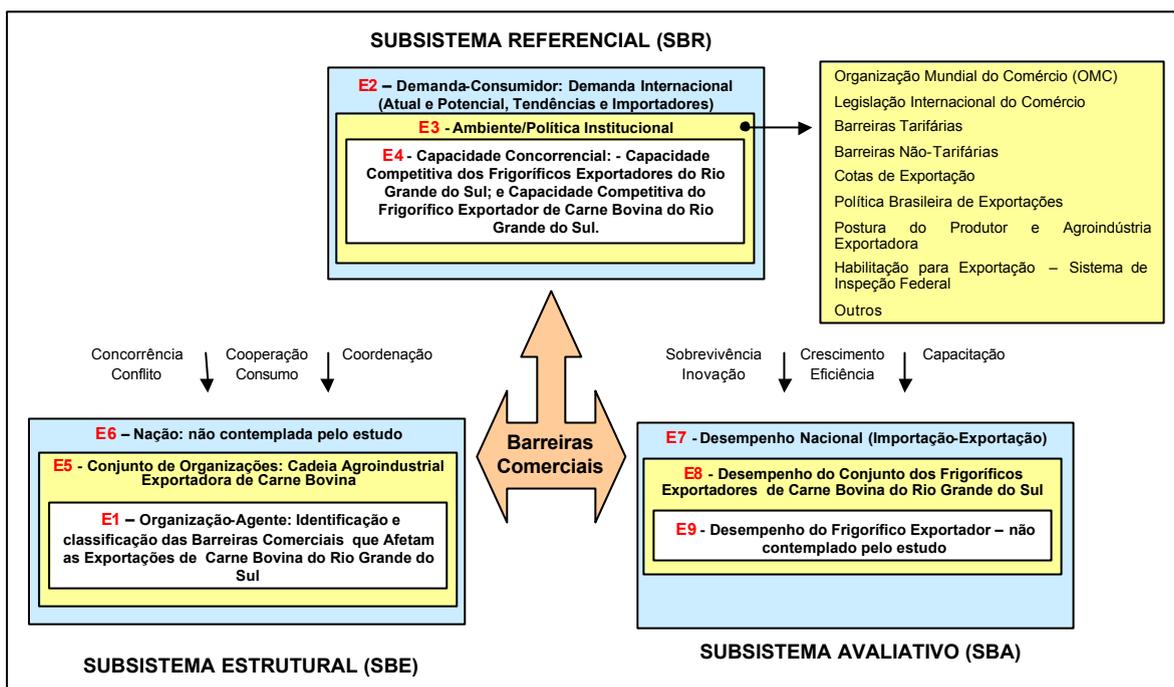


Figura 12 – Mapa de resultados e guia de pesquisa.
 Fonte: adaptada de Pedrozo *et al.* (1999).

Com base na figura 12 torna-se possível traçar um circuito de nove etapas, sendo que as etapas E6 e E9 não foram contempladas pela presente pesquisa. Esse caminho permite visualizar a flexibilidade e capacidade de adaptação do modelo SIAN para estudar o fenômeno, colocado desta maneira segue-se o seguinte roteiro:

SBE (E1) – Organização-Agente: os frigoríficos (organizações), por intermédio de seus agentes (proprietários e colaboradores) definem o comércio internacional (importação/exportação) de carne bovina como seu objetivo;

SBR (E2) – Demanda-Consumidor: os agentes detectam a demanda internacional (atual e potencial, tendências e importadores). Essa identificação de oportunidade possibilita o atendimento das necessidades e/ou expectativas dos importadores e/ou consumidores, constituindo assim, no “macro-sistema”;

SBR (E3) – Ambiente/Política Institucional: os frigoríficos (organizações) deparam-se com a legislação internacional do comércio, barreiras tarifárias e não-tarifárias, cotas de exportação e outros mecanismos, conforme destacado na figura 12, podem afetar a competitividade e principalmente o posicionamento estratégico da organização. Essa etapa permite visualizar a interação entre a E2 e E3;

SBR (E4) – Capacidade Concorrencial: dependem tanto da cadeia agroindustrial como das condições brasileiras. Após avaliar o ambiente externo (econômicas, tecnológicas e sociais), as atenções voltam-se para a estrutura interna (marketing, vendas, produção, financeiros, tecnológicos, etc) da organização. Essas interações determinam a capacidade concorrencial das agroindústrias (frigoríficos);

SBE (E5) – Conjunto de Organizações: poderiam ser de vários tipos (cadeia, *clusters*, redes, etc), mas na presente pesquisa utilizou-se a cadeia agroindustrial da carne bovina como foco;

SBE (E6) – Nação: visualiza as estruturas governamentais e suas políticas ou diretrizes (competitividade, exportações, etc.). Nesta etapa são consideradas as vantagens competitivas do país (condições de fatores, condições de demandas, estratégia, estruturas e rivalidade estabelecidas e setores industriais correlatos e de apoio). No entanto, esta etapa não foi contemplada pela pesquisa;

SBA (E7) – Desempenho Nacional: é caracterizado pelo desempenho das exportações de carne bovina do Brasil;

SBA (E8) – Desempenho do Conjunto: é caracterizado pelo desempenho das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul;

SBA (E9) – Desempenho do Frigorífico (Agroindústria): não contemplado pelo estudo.

Na figura 12, as barreiras comerciais atuam como elemento de reestruturação ou reorganização, pois elas exercem influência em cada um dos subsistemas (SBR/SBE/SBA). Essa interação continua dos subsistemas conduz a um processo de aprender a interpretar estímulos dos vários atores que compõe o mercado, que por sua vez, refletirá nas capacidades e competências internas da organização, que afetará o desempenho.

Terminou-se, para fins da presente pesquisa na oitava etapa, mas, poder-se-ia continuar com novas interações e intenções, repetindo ou acrescentando novas situações e/ou informações. Na realidade, trata-se de um processo contínuo e dinâmico. No final, pode-se obter um guia da pesquisa a ser realizada. Desta maneira, torna-se possível avançar para a próxima seção, que descreverá o método e procedimentos de pesquisa deste estudo.

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Este capítulo está dividido em quatro seções, as quais descrevem o método e os procedimentos de pesquisa utilizados na pesquisa. A primeira seção apresenta a caracterização da pesquisa. Logo em seguida, a caracterização da população a ser pesquisada. A terceira seção discorre sobre a coleta de dados, apresentando uma série de procedimentos adotados. Por último, descreve como foram analisados os dados coletados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, pode ser considerada como exploratória, pois segundo Tripodi, Fellin e Meyer (1975, p.65) “estudos exploratórios são investigações de pesquisa empírica que têm como finalidade a formulação de um problema ou questões, desenvolvendo hipótese ou aumentando a familiaridade de um investigador com o fenômeno ou ambiente para uma pesquisa futura mais precisa”.

Para Hoppen (1997) a pesquisa exploratória busca aprofundar conceitos preliminares, muitas vezes inéditos, desenvolvendo hipótese e proposições que irão redundar em pesquisa posteriores.

Segundo Tripodi, Fellin e Meyer (1975, p.64) uma pesquisa exploratória deve preencher três requisitos:

- a) “não deve ser classificável nem como estudo experimental, nem como estudo quantitativo descritivo”. A presente pesquisa atende a este quesito, pois é analisado como se apresenta na realidade e baseia-se na análise de dados quantitativos;

b) “devem ser usados procedimentos relativamente sistemáticos para a obtenção de observações empíricas e/ou para análise de dados”. Esta condição é atendida, pois a coleta de dados seguiu um roteiro estruturado de questões definidas a partir do referencial teórico previamente desenvolvido. Assim, o instrumento de pesquisa foi o mesmo para a indústria de conservas, frigoríficos exportadores, despachante aduaneiro e *trading agent*. Neste sentido, a figura 13 caracteriza as várias etapas da pesquisa;

c) “o pesquisador deve ir além de descrições quantitativas e/ou qualitativas, tentando conceituar as inter-relações entre o fenômeno observado”. Este item também foi contemplado nesta pesquisa.

Para a coleta de dados secundários foram consultados documentos que forneceram as particularidades dos eventos, permitindo novos questionamentos. Essas inferências, no entanto, foram tratadas somente como indícios, que foram investigados mais a fundo, num segundo momento. Os documentos consultados foram revistas, periódicos, bibliografias especializadas e jornais.

Outra fonte consultada foi a dos registros em arquivo. Essa fonte certamente teve maior relevância na pesquisa, por se tratar de dados numéricos (informações quantitativas) e não-numéricos (informações qualitativas), oriundos de órgãos relacionados ao tema pesquisado, tais como: Organização Mundial do Comércio (OMC), *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), *European Commission* (EC), Organização dos Estados Americanos (OEA), Ministério da Agricultura (MA), Confederação da Agricultura (CNA), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Secretaria de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SECEX/MDIC), Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e outros que se fizeram necessários para melhorar o desempenho do estudo.

As fontes de evidências anteriormente discutidas, registros em arquivos e análise documental são complementares, porém insuficientes para responder ao objetivo do estudo. Com base na metodologia precedente, tornou-se possível definir os agentes da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina gaúcha que seriam entrevistados.

Na coleta de dados primários optou-se pelo questionário (apêndice B), sendo que a maioria das entrevistas foi conduzida pelo pesquisador. Deve-se mencionar que dos sete questionários respondidos pelas empresas, quatro foram preenchidos pelo pesquisador e três por gerentes e/ou encarregados de exportações das empresas. Tal fato ocorreu pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina e pela complexidade das informações a serem coletadas.

Dados / Métodos de Pesquisa		Etapas	Tipos de Instrumentos de Pesquisa	Fonte (s)	Entrevistado(s)	Objetivos
Secundários		Documentos	-Revistas e -Jornais.	- Informe Agropecuário, Revista Gleba, Conjuntura Econômica e outros.	—	-Conhecer o mercado internacional da carne bovina;
		Registros em Arquivos	-Relatórios; e -Bancos de Dados	-Organização Mundial do Comércio (OMC); -Ministério da Agricultura (MA); -Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); -Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX) e outros.	—	-Identificar principais países produtores, exportadores e compradores de carne bovina; -Conhecer os mecanismos de proteção que envolve a comercialização da carne bovina; -Servir como fonte comparativa e complementar para os dados primários a serem coletados.
Primários	Estudo Exploratório	Elaboração do Roteiro de Entrevistas; Elaboração questionário (seção VI)	—	-Metodologia Científica; e -Referencial Teórico.	—	-Identificar e caracterizar os agentes que compõem a cadeia agroindustrial;
		Coleta de Dados	-Entrevistas estruturadas; -Questionário com escala de intervalo não comparativa por itens, perguntas fechadas (seção VI).	-Fazenda Ana Paula e Carnes Ltda; -Frigorífico Rio Grandense Ltda; -General Meat Food Exp. e Imp. Ltda; -Frigorífico Silva S/A; -Conservas Oderich S/A; Comissária de Despacho Rivoir Ltda; -Meridional Meat – Imp. e Exp. Alimentos Ltda	-Gerente Comercial; -Encarregado Exportação; -Encarregado Exportação; -Gerente Comercial; -Encarregado Exportação; -Gerente Geral; e -Gerente Comercial.	-Construir a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina; -Identificar mecanismos de atuação dos agentes que compõem a cadeia agroindustrial exportadora; -Caracterizar o processo de exportação;
		Análise dos Dados	-Figuras; -Gráficos; -Quadros de Referências; -Tabelas; e - Escala discreta de intensidade graduada de sete pontos (1 a 7) – seção VI.	—	—	-Identificar fatores de competitividade nas exportações de carne bovina; e -Identificar e classificar as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Figura 13 – Procedimentos metodológicos

Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 POPULAÇÃO PESQUISADA

No Rio Grande do Sul existem aproximadamente trinta e um estabelecimentos (plantas) homologados com inspeção federal, ou seja, estão credenciadas no Sistema Federal de Inspeção Sanitária (SIF). No entanto, apenas doze plantas frigoríficas e uma indústria de conservas¹ estão aptas a exportar. Esses treze estabelecimentos aptos a exportar constituíram a população a ser pesquisada (anexo 1).

Inicialmente, as doze plantas frigoríficas exportadoras e a indústria de conservas foram contactadas e informadas da pesquisa, por telefone. No entanto, apenas nove plantas frigoríficas exportadoras e a indústria de conservas manifestaram interesse em participar da pesquisa, a saber: Frigorífico Mercosul Ltda, Bagé; Frigorífico Extremo Sul S/A, Capão do Leão; Frigorífico Rio Grandense Ltda, Farroupilha; BE – Com. Ind. Imp. Exp. S/A (Pampeano), Bagé; Coop. Reg. Castilhense de Carnes e Derivados Ltda, Júlio de Castilho; Frigorífico AB Ltda, Parobé; Frigorífico Silva S/A, Santa Maria; General Meat Food Exp. e Imp. Ltda, Santana do Livramento; Fazenda Ana Paula e Carnes Ltda, São Leopoldo; Conservas Oderich S/A, São Sebastião do Caí. Ratificada a participação, foi enviado o questionário (apêndice B), via correio eletrônico (*e-mail*).

Para representar a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina houve a necessidade de incorporação de outras empresas que estão envolvidas nas exportações de carne bovina, a saber: Comissária de Despachos *Rivoir* Ltda, Rio Grande e Meridional *Meat* – Imp. e Exp. Alimentos Ltda, Porto Alegre. A inclusão dessas empresas foi motivada pela necessidade de agregar informações relevantes à pesquisa, sendo ambas indicadas pelo frigorífico General Meat Food Exp. e Imp. Ltda. Confirmada a participação de ambas, foi encaminhada carta de apresentação e questionário, via *e-mail*.

¹ A Indústria de Conserva exporta produtos de origem animal (bovino) para vários países.

Dos frigoríficos exportadores de carne bovina, a Fazenda Ana Paula e Carnes Ltda, São Leopoldo; o Frigorífico Rio Grandense Ltda, Farroupilha; a General *Meat* Food Exp. e Imp. Ltda, Santana do Livramento e o Frigorífico Silva S/A, Santa Maria, foram as quatro plantas que responderam o questionário, também a Indústria de Conservas Oderich S/A, São Sebastião do Caí; a Comissária de Despachos *Rivoir* Ltda, Rio Grande; e a Meridional *Meat* – Imp. e Exp. Alimentos Ltda, Porto Alegre foram as empresas que participaram das entrevistas e responderam o questionário. Todas estas sete empresas foram identificadas por “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”, respectivamente.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi efetivada a partir do agendamento das entrevistas. Essas entrevistas foram realizadas no período de junho de 2002 a dezembro de 2002, em Porto Alegre e no interior do Estado, em Rio Grande, Santa Maria, Santana do Livramento e São Sebastião do Caí, sendo necessária apenas uma viagem para cada cidade. A entrevista do Frigorífico Fazenda Ana Paula e Carnes Ltda. foi realizada em Porto Alegre e o Frigorífico Rio Grandense Ltda. enviou o questionário pelo correio. As entrevistas das empresas “A”, “C”, “D”, “F” e “G” foram gravadas e tiveram duração de 1h40min a 2h10min.

Para obter as informações foram realizadas entrevistas e aplicado um questionário por empresa, sendo os respondentes com cargo em nível de gerência nas empresas Frigorífico Fazenda Ana Paula e Carne Ltda. (A), Frigorífico Silva Ltda. (D), Comissária de Despachos *Rivoir* Ltda. (F) e Meridional *Meat* – Imp. e Exp. Alimentos Ltda. (G). Frigorífico Rio Grandense Ltda. (B), General Meat Food Exp. e Exp. Ltda. (C) e Indústrias de Conservas Oderich S/A. (E) possuíam um cargo em nível de encarregado de exportação. Assim, optou-se pelo método da entrevista em profundidade, pois a mesma possibilitou aprofundar o debate sobre assuntos mais complexos nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto a ser mencionado diz respeito ao pré-teste do instrumento de coleta de dados. Foram enviados dez questionários por e-mail e obtidas quatro

respostas, que mostraram que o instrumento não precisaria ser alterado, pois correspondeu as expectativas delineadas.

Na coleta de dados, o questionário utilizado nas entrevistas foi o mesmo para todas as empresas. Esse procedimento teve como objetivo debater a mesma questão com todos, para obtendo maior gama de informações. No entanto, para as Empresas “E”, “F” e “G” algumas questões do instrumento de coletas de dados foram omitidas a pedido dos próprios entrevistados (ver Tabela 2), pois as mesmas não diziam respeito às suas atividades. Mediante a situação apresentada, foi necessário elaborar uma tabela com a relação das seções e perguntas que as empresas responderam, como está indicado na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação das seções do questionário e numeração das questões que as empresas devem ou não devem responder durante as entrevistas.

Seções do Apêndice B	Empresas que Participam da Seção	Questões que as Empresas Responderam Durante as Entrevistas	Questões que as Empresas Não Responderam Durante as Entrevistas
I. Identificação da Empresa	A – B – C – D – E – F – G	Todas	--
II. Caracterização da Empresa Questões de 01 a 08	A – B – C – D E F G	Todas 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 7 – 8 1 1	-- 6 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8
III. Mercado Mundial da Carne Questões de 09 a 14	A – B – C – D E F G	Todas 9 – 10 – 11 – 12 – 13 11 – 12 – 13 9 – 10 – 11 – 12 – 13	-- 14 9 – 10 – 14 14
IV. Exportação de Carne Bovina Questões de 15 a 27	A – B – C – D E F G	Todas 15–16 – 18–20–21–22–23–24–26– 27 15–16 – 18 – 20–21– 22–23–24–25–27 15–16–18–20–21–22–23–24–25–26 – 27	-- 17 – 19 – 25 17 – 19 – 26 17 – 19
V. Competitividade nas Exportações de Carne Bovina Questões de 28 a 39	A – B – C – D E F G	Todas Todas -- 28 – 33 – 35	-- -- Todas 29 – 30 – 31 – 32 – 34 – 36 – 37 – 38 – 39
VI. Identificação e Classificação das Barreiras Comerciais Questão 40 (1 a 8)	A – B – C – D E F G	Todas Todas -- --	-- -- Todas Todas
VII. Aspectos Gerais Questões de 41 a 46	A – B – C – D E F G	Todas -- -- --	-- Todas Todas Todas
VIII. Dados Complementares Questões de 1 a 14	A – B – C – D E F G	Todas Todas 2 – 3 – 4 – 5 – 6 2 – 3 – 4 – 5 – 6	-- -- 1 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 1 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14

Fonte: Elaborada pelo Autor.

3.3.1 Instrumento de Coleta de Dados

Como mencionado, o instrumento utilizado foi o questionário (apêndice B). Para Malhotra (2001, p.274), questionário é a técnica estruturada para coleta de dados, que consiste em uma série de perguntas – escritas ou verbais – que um entrevistado deve responder.

De acordo com a afirmação anterior, as oito seções que compõem o questionário (apêndice B) foram estruturadas com base no Sistema Integrado Agronegocial (SIAN) e apresentam os seguintes objetivos:

- a) as seções de **Identificação da Empresa (I)**, **Caracterização da Empresa (II)** e **Dados Complementares (VIII)**, auxiliam na descrição da empresa e de sua história, além de posicioná-la no contexto do estudo;
- b) a seção sobre o **Mercado Mundial da Carne Bovina (III)**, procura captar a percepção das empresas gaúchas sobre consumo, segmentação de mercados, volume de vendas, exigências sanitárias, acordos internacionais, outras carnes concorrentes, dentre outros aspectos do comércio mundial de carne bovina;
- c) a seção sobre as **Exportações da Carne Bovina (IV)**, busca caracterizar a política brasileira de exportação de carne bovina, quotas de exportação, mecanismos de negociação, linhas de financiamentos, documentos exigidos nas exportações, fatores não preço que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, entre outros;
- d) a seção sobre a **Competitividade das Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul (V)**, procura identificar os fatores que afetam a competitividade nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, desenvolvimento de novos produtos, questões ambientais e sanitárias, dentre outras;
- e) a seção sobre **Identificação e Classificação das Barreiras Comerciais (VI)**, procura identificar e classificar as barreiras comerciais que afetam as

exportações da carne bovina gaúcha, considerando a experiência das empresas entrevistadas; e

- f) a seção sobre os **Aspectos Gerais da Cadeia Agroindustrial Exportadora de Carne Bovina do Rio Grande do Sul (VII)**, busca mostrar assuntos relevantes para a cadeia da agroindústria da carne bovina do Rio Grande do Sul.

Diante do exposto, observa-se que na composição do questionário, as seções III e IV estão vinculadas ao subsistema referencial (SBR); as seções I, II, VI, VII e VIII ao subsistema estrutural (SBE); e a seção V ao subsistema avaliativo (SBA). Assim, a Figura 14 caracteriza as relações existentes entre as várias etapas da pesquisa com o modelo SIAN, também consta o referencial teórico apresentado no Capítulo 2.

Outro aspecto importante sobre o questionário, diz respeito à elaboração das questões. Neste sentido, Malhotra (2001) comenta que as questões podem ser não-estruturadas ou abertas; estruturadas: múltipla escolha, dicotômica ou escalonadas. Assim o questionário apresentado no Apêndice B, constitui-se em uma mescla de perguntas estruturas e não-estruturadas.

No entanto, a seção VI do questionário, sobre a **Identificação e Classificação das Barreiras Comerciais** merece atenção especial, pois trabalha com perguntas fechadas e com escalas. A seção foi construída tomando por base a escala não comparativa de classificação por itens, especificamente por número ímpar (MALHOTRA, 2001, p.259). Utilizou-se uma escala discreta de intensidade graduada de sete pontos (1 a 7). As médias das respostas obtidas foram associadas a intervalos dependendo da importância refletida pela média. Assim, aos intervalos: 1 –| 3 corresponde a pouca importância; 3 –| 5, importante; 5 –| 7, alta importância. Por pressuposto, os valores correspondem a diferentes percepções na escala. Essas percepção e classificação auxiliaram a identificar as barreiras tarifárias e não-tarifárias que afetam as exportações de carne bovina do Estado do Rio Grande do Sul.

ETAPAS		RESULTADOS	METODO / PROCEDIMENTOS	REFERÊNCIAL TEÓRICO
SBR	E2 – Demanda-Consumidor: Demanda internacional (atual e potencial, tendências e importações)	4.1. A carne bovina no mercado internacional; 4.2. As exportações de carne bovina do Brasil; 4.3. As exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul; 4.5. A percepção das agroindústrias exportadoras sobre o mercado mundial da carne bovina.	Estudo Exploratório	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade internacional; - Barreiras comerciais: tarifárias e não-tarifárias; - Cadeia Agroindustrial; - Modelo Sistemico Integrado Agronegocial (SIAN)
	E3 – Ambiente/Política Institucional: Organização Mundial do Comércio, Legislação internacional do comércio, cotas de exportações, postura do produtor e agroindústria exportadora, barreiras tarifárias e não-tarifárias e outros.	4.5. A percepção das agroindústrias exportadoras sobre o mercado mundial da carne bovina; 4.7. Fatores que interferem nas práticas de exportação da carne bovina do Rio Grande do Sul.		
	E4 – Capacidade competitiva dos frigoríficos dos frigoríficos exportadores do Rio Grande do Sul e capacidade competitiva do frigorífico exportador de carne bovina do Rio Grande do Sul.	4.8. A percepção das agroindústrias exportadoras de carne bovina sobre competitividade.		
SBE	E1 – Organização-Agente: Identificação e classificação das barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.	4.9. A identificação e classificação das barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.	Dados secundários	
	E5 – Conjunto de Organizações: Cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina.	4.4. A cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul; 4.6. Sistematização burocrática ou fluxo de informações da exportação da carne bovina do Rio Grande do Sul; 4.10. Aspectos gerais da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul		
	E6 – Nação	Não contemplado no estudo.		
SBA	E7 – Desempenho Nacional (Importação – Exportação).	4.2. As exportações de carne bovina do Brasil;	Dados secundários	
	E8 – Desempenho do Conjunto de Conjuntos de Organizações: Desempenho das agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul.	4.3. As exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul;		
	E9 – Desempenho Organizacional: Desempenho da agroindústria exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.	Não contemplado pelo estudo.		

Figura 14 – Relação das etapas da pesquisa com o SIAN.

Fonte: elaborada pelo autor.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta de dados com base no questionário e entrevista, os dados foram descritos e analisados por seções, com objetivo de efetuar estudos mais detalhados. A análise teve como base o Sistema Integrado Agronegocial, a Cadeia Agroindustrial e as Barreiras Não-Tarifárias. Neste sentido, as respostas das seções proporcionaram evidências as quais foram identificadas e investigadas, bem como as possíveis relações existentes entre elas. Por outro lado, a interpretação procura dar significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos (LAKATOS; MARCONI, 1991).

No entanto, os resultados foram apresentados de acordo com as seções do instrumento de pesquisa, conforme seção 3.3.1. Também consta por seção, tabelas com as respectivas respostas das empresas pesquisadas, que permite uma melhor caracterização dos resultados obtidos.

As Tabelas apresentam a seguinte estrutura: **Seções do Questionário** – são partes específicas do questionário. Conforme a complexidade do assunto foram utilizadas uma ou mais seções; **Questões** – foram selecionadas de acordo com referencial teórico e elaboradas com o objetivo de auxiliar na caracterização do assunto da seção; **Palavra-Chave da Questão** – apresenta a essência da questão; **Não Respondeu (NR)** – a empresa ou agroindústria exportadora não quis emitir opinião sobre determinado assunto; **Não Participa da Pergunta (NPP)** – conforme apresentado nas Tabelas, existiram questões e seções que as empresas não deveriam responder, pois não diziam respeito às suas atividades.

Pelos aspectos observados, espera-se que as fontes de evidências analisadas possam contribuir substancialmente para manter o encadeamento lógico da pesquisa. Espera-se responder ao problema da pesquisa, contribuindo para a compreensão das barreiras comerciais às exportações dos frigoríficos exportadores de carne bovina no Estado do Rio Grande do Sul.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa, conforme a descrição metodológica. Assim, as seções questionário tentam responder aos objetivos específicos propostos no presente estudo.

A análise dos resultados está estruturada de acordo com os pressupostos do Sistema Integrado Agronegocial (SIAN). A Figura 15 caracteriza a relação existente entre as várias etapas da construção da pesquisa e os resultados obtidos.

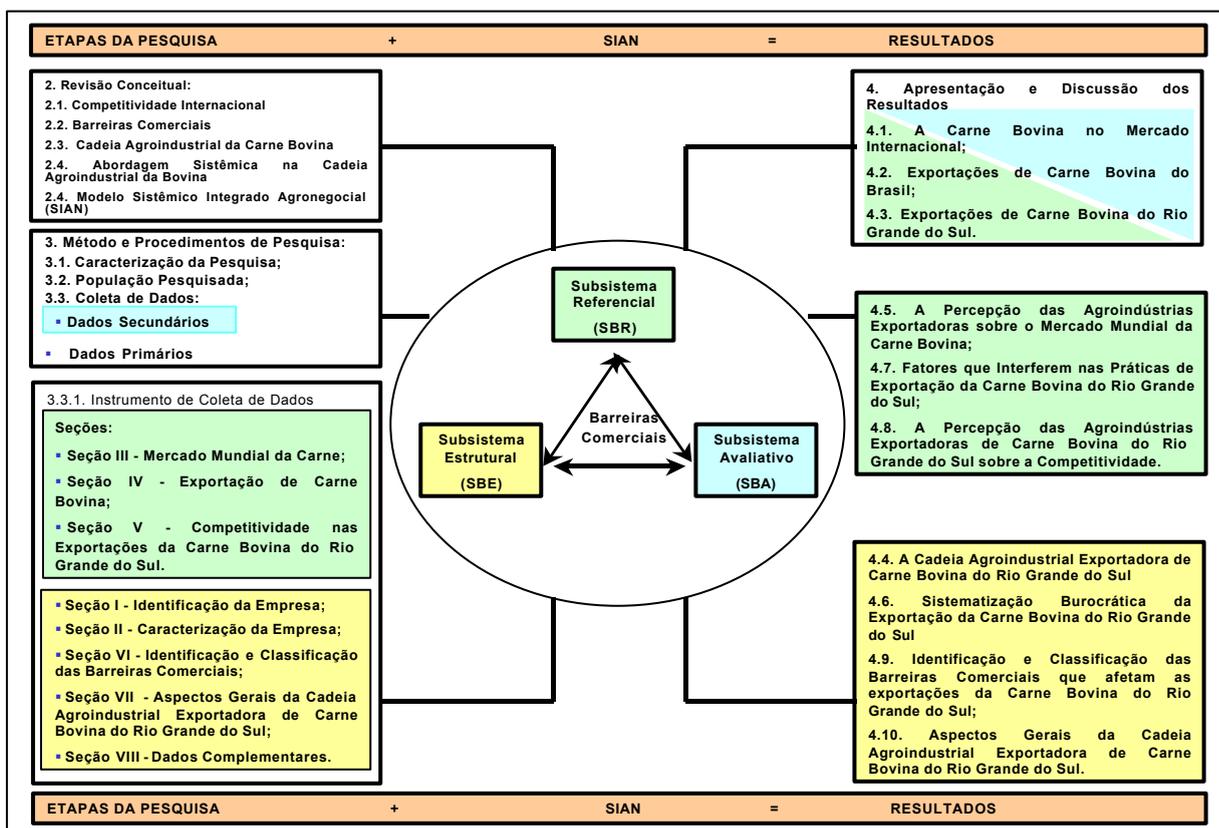


Figura 15 – SIAN – Guia de Orientação para análise dos resultados

Fonte: elaborada pelo autor

Os resultados da pesquisa serão divididos em dez seções, a saber:

1. a Carne Bovina no Mercado Internacional, que tem como objetivo, apresentar os blocos econômicos e países produtores, exportadores e consumidores de carne bovina, evolução dos rebanhos e produção,

identificar os principais produtos exportados/importados, evolução do preço da carne bovina e subsídios oferecidos ao produtor;

2. as Exportações de Carne Bovina do Brasil apresenta o desempenho da bovinocultura no país, identifica os principais compradores da carne bovina entre outros.
3. as Exportações de Carne bovina do Rio Grande do Sul apresenta o desempenho da bovinocultura do Estado, identifica os principais importadores da carne bovina gaúcha, as “mesoregiões” produtoras de carne bovina e localização das plantas frigoríficas inspecionadas pelo SIF.
4. a Cadeia Agroindustrial Exportadora de Carne Bovina do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo, apresentar as empresas estudadas, identificar os principais atores e a caracterizar a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina. Consideram-se as respostas das empresas entrevistadas, conforme apresentadas na Tabela 1 do item 3.3;
5. a Percepção das Agroindústrias Exportadoras sobre o Mercado Mundial da Carne onde procura-se captar a visão das empresas estudadas sobre o mercado internacional da carne bovina. A seção III do questionário fornece as informações necessárias, sendo as questões de 09 a 13 as que auxiliam a caracterizar esse item;
6. a Sistematização Burocrática ou Fluxo de Informações da Exportação da Carne Bovina do Rio Grande do Sul descreve o processo burocrático e o fluxo de informações nas exportações e caracteriza a função dos órgãos envolvidos nas exportações de carne bovina no Rio Grande do Sul. As informações relevantes para a seção são extraídas da seção IV do questionário – Exportação de Carne Bovina, sendo as questões de 20 a 24 as mais relevantes para tal caracterização;
7. os Fatores que Interferem nas Práticas de Exportação de Carne Bovina do Rio Grande do Sul, onde foram abordados os aspectos relacionados às políticas públicas, distribuição de cotas e outros fatores que exercem influência sobre as exportações. Neste caso, considera-se as questões de 15 a 27 da seção IV do questionário;

8. a Percepção das Agroindústrias Exportadoras de Carne Bovina sobre a Competitividade nas Exportações, onde foram analisados os fatores que afetam a competitividade das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul. As questões de 28 a 39 da seção V do questionário, fornecem subsídios para esse item;
9. a Identificação e Classificação das Barreiras Comerciais que Afetam as Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul, onde foram identificadas e classificadas as barreiras comerciais de acordo com a percepção das empresas estudadas (“A”, “B”, “C”, “D” e “E”). Para cada tipo de barreira comercial (tarifária e não-tarifária) existe uma escala não comparativa de classificação por itens, conforme comentado no item 3.3.1 (Instrumento de Coleta de Dados). A seção tem apenas a questão 40, mas que está dividida em 16 itens (ver apêndice B);
10. aspectos Gerais da Cadeia Agroindustrial Exportadora de Carne Bovina do Rio Grande do Sul, onde foram abordados temas que apontam para o funcionamento da cadeia e que auxiliam a compor o cenário da pesquisa. As questões de 41 a 46 da seção VII do questionário fornecem subsídios para essa seção.

4.1 A CARNE BOVINA NO MERCADO INTERNACIONAL

A carne¹ bovina está presente em quase todas as dietas alimentares e compõe o grupo das chamadas carnes “vermelhas”, que são as mais consumidas mundialmente. Tal fato deve-se à sua elevada qualidade nutricional, pois além das proteínas, contém na sua composição química ácidos graxos essenciais, vitaminas do complexo B é fonte de ferro e zinco. Por outro lado, a gordura de origem animal (gorduras saturadas) é um componente da carne bovina que alguns estudos associam a certas doenças. No entanto, os estudos epidemiológicos para avaliar tais conseqüências, até o momento, têm sido inconclusivos e contraditórios.

¹ Segundo o Codex Alimentarius (2000), *“todas las partes comestibles de todo animal de matanza sacrificado en un matadero; incluye los despojos comestibles”*.

Outro fato importante, diz respeito ao aspecto econômico, social e cultural. O aspecto econômico tem relação direta com a oferta e a demanda, com os preços - mercado interno e externo e com a renda familiar. O segundo, o aspecto social, está relacionado com a organização do trabalho em torno da cadeia da carne bovina, com o meio ambiente e bem-estar animal, com a qualidade e segurança dos produtos *in natura* e industrializados, com a dissensão social do consumo e com os novos padrões e estilos de vida. Por último, os aspectos culturais, voltam-se para as tradições e especificidade culinária, para preferências, gosto, ritos e tabus.

As considerações feitas até o momento demonstram o grau de importância desse alimento no mundo. No entanto, o mercado internacional de carne bovina no período de 1997–2001 registrou um ligeiro crescimento no rebanho bovino mundial. Essa evolução foi de 1.060.834 para 1.072.150 milhões de cabeças (ver Tabela 3), que corresponde a um aumento superior a 1%. A produção mundial de carne bovina apresentou grandes oscilações, pois cresceu no período de 1997-2000 acima de 1,5%, mas, no ano de 2001, apresentou uma queda superior a 2,0%, ou seja, de 50.528 para 49.522 mil toneladas equivalentes em carcaças. Tal fato, deve-se a Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) - “doença da vaca louca” - (alguns países da Europa e Japão), focos de febre aftosa na América do Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e no Brasil, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul) e União Européia (UE), onde um número elevado de animais foram sacrificados.

Estabelecendo-se uma comparação por continente, verifica-se que o maior rebanho bovino pertence ao asiático (aproximadamente 42,5%), seguido dos continentes americano (38,5%), europeu (12,5%), oceânico (3,5%) e africano (3%). Quanto à análise por bloco econômico, observa-se que ocorre um rearranjo no cenário, pois um país pode participar de um ou mais blocos, dependendo dos acordos que são negociados. Neste sentido, MERCOSUL², NAFTA³, UE, ASEAN⁴, ANZCERTA⁵ e SADC⁶ são os principais do *ranking*. Além

² Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), constituído por: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

³ Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA – North American Free Trade Association), constituído por: Canadá, Estados Unidos e México.

⁴ Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), constituído por: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

⁵ Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia (ANZCERTA).

⁶ Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), constituídos por: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Malvi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

destes há outros blocos que merecem ser citados, como o CARICOM⁷, MCCA⁸, ALADI⁹, CAN¹⁰, AELC¹¹ e CEI¹². Individualmente, os maiores rebanhos bovino estão na Índia, Brasil, China, Estados Unidos, União Européia, Argentina, Austrália e outros (ver Tabela 3).

Por outro lado, grande parte da produção de carne bovina concentra-se nos continente americano (aproximadamente 53% do volume mundial produzido); europeu (23%), com queda nos últimos anos, devido a problema com febre aftosa, BSE e redução dos subsídios às exportações; asiático (15,5%); oceânico (5%) e africano (3,5%). No que diz respeito a bloco econômico quem detém a maior produção de carne bovina é o NAFTA, seguido pelo MERCOSUL, UE, ASEAN, ANZCERTA e SADC. Quanto aos países produtores de carne bovina, o Estados Unidos é maior (cerca de 24,4% da produção mundial), seguido pelo Brasil (13,3%), Índia (10,5%), Argentina (5,7%), Austrália (4%), China (3,4%) e outros (38,7%). Neste cenário, deve-se destacar a Índia, que apresenta a menor taxa de abate, 4% em 2000 (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO) e só consta entre os principais produtores devido ao número do rebanho de bovino, pois o país enfrenta problemas com a falta de pastagens, água e um rebanho com pouca aptidão comercial. Ao contrário do rebanho bovino dos Estados Unidos, que apresenta alto padrão genético, práticas modernas de manejo e nutrição animal, com reflexo direto no aumento do peso das carcaças e na taxa de abates de bovino.

A Tabela 3 mostra, o rebanho bovino e produção mundial de carne bovina no período de 1997 – 2001.

⁷ Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM), constituído por: Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Granada, Ilha de Dominica, Jamaica, Montserrat, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago.

⁸ Mercado Comum Centro Americano (MCCA), constituído por: Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

⁹ Associação Latina Americana de Integração (ALADI), constituído por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

¹⁰ Comunidade Andina (CAN), constituído por: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

¹¹ Associação Européia de Livre Comercio (AELC), constituído por: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

¹² Comunidade dos Estados Independentes (CEI), constituído por: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Moldávia, Quirquiz, Rússia, Tardjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbesquistão

A Figura 16 lista os principais produtos comercializados, classificados de acordo com o Sistema Harmonizado da OMC (SH)¹³:

Código	Descrição do Produto
0201.10.00	Carcças e Meias Carcças de Bovino, Frescas ou Refrigeradas
0201.20.10	Quartos Dianteiros de Bovino, Não Desossados Frescos ou Refrigerados
0201.20.20	Quartos Traseiros de Bovino, Não Desossados Frescos ou Refrigerados
0201.20.90	Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigeradas
0201.30.00	Carnes Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigeradas
0202.20.10	Quartos Dianteiros Não Desossados de Bovino, Congelado
0202.20.20	Quartos Traseiros Não Desossados de Bovino, Congelado
0202.20.90	Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Congeladas
0202.30.00	Carnes Desossadas de Bovino, Congeladas
0206.10.00	Miudezas Comestíveis de Bovino, Frescas ou Refrigeradas
0206.21.00	Línguas de Bovino, Congeladas
0206.22.00	Fígados de Bovino, Congelados
0206.29.10	Rabos de Bovino, Congelados
0206.29.90	Outras Miudezas Comestíveis
0210.20.00	Carnes de Bovinos, Frescas, Refrigeradas, Congeladas, Salgadas e Defumadas
0504.00.11	Tripas de Bovinos, Frescas, Refrigeradas, Congeladas, Salgadas e Defumadas
1602.50.00	Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino
1602.90.00	Outras Preparações Alimentícias e Conservas de Carnes, Miudezas e Sangue
1603.00.00	Extratos e Sucos de Carnes, de Peixes, de Crustáceos, etc.

Figura 16 – Códigos e especificações dos produtos de origem bovina exportados.
Fonte: elaborado pelo autor.

¹³ Sistema Harmonizado (*Harmonized System* – SH) – sistema tornado universal de denominação e classificação das mercadorias objeto do comércio internacional, com notas e regras de interpretação que possibilitam seu uso e conceituação de modo uniforme por todos os países (LUNA, 2000, p. 246).

Tabela 3 – Rebanho bovino e produção mundial de carne bovina, 1997-2001.

Blocos Econômicos	Continentes e Principais Países	Rebanho (Milhares de cabeças)					Produção (Mil toneladas equivalente-carcaça)				
		1997	1998	1999	2000	2001*	1997	1998	1999	2000	2001*
SADC	Africano**	31.769	31.492	31.355	31.110	30.985	1.263	1.606	1.616	1.695	1.702
NAFTA	Americano	406.376	407.642	409.276	411.918	414.604	26.978	25.840	26.604	26.983	26.809
	América do Norte	138.581	136.876	136.876	132.720	130.847	14.584	14.754	15.262	15.444	15.105
	Canadá	13.209	12.902	12.786	12.860	13.000	1.075	1.150	1.2383	1.246	1.225
	Estados Unidos	99.744	99.115	98.198	97.309	96.551	11.714	11.804	12.124	12.298	11.955
	México	25.628	24.859	23.715	22.551	21.296	1.795	1.800	1.900	1.900	1.925
CARICOM MCCA	Caribe + América Central	10.249	10.157	9.938	9.804	9.678	289	272	266	271	276
MERCOSUL ALADI CAN	América do Sul	256.545	260.609	264.639	269.394	274.079	11.105	10.814	11.076	11.268	11.428
	Argentina	49.238	49.437	49.832	50.157	50.572	2.975	2.600	2.840	2.880	2.860
	Brasil	154.757	157.419	159.560	162.758	165.537	6.402	6.504	6.562	6.697	6.930
	Paraguai	9.798	9.830	9.890	9.970	10.060	226	231	246	239	232
	Uruguai	10.553	10.402	10.557	10.423	10.653	468	454	425	440	370
	Outros	32.199	33.521	34.800	36.076	37.257	1.034	1.025	1.003	1.012	1.036
ASEAN	Asiático	442.771	448.692	456.278	458.599	462.455	6.876	7.490	7.799	8.093	8.376
	China	121.757	124.354	126.983	128.663	130.300	1.430	1.593	1.660	1.700	1.770
	Índia	303.030	306.967	312.357	313.774	320.200	4.409	4.799	5.054	5.328	5.600
	Outros	17.984	17.371	16.723	16.612	11.955	1.037	1.098	1.085	1.065	1.006
União Européia AELC CEI	Europeu***	145.061	139.328	129.902	130.720	125.910	12.622	11.896	11.635	11.175	9.995
	Alemanha	15.227	14.942	14.657	14.497	14.328	1.448	1.367	1.374	1.355	1.252
	França	20.154	20.097	20.197	19.976	19.744	1.677	1.593	1.568	1.546	1.429
	Itália	7.345	7.129	7.150	7.072	6.990	1.159	1.110	1.164	1.148	1.061
	Reino Unido	11.347	11.237	11.281	11.158	11.028	694	697	678	668	618
	Rússia	31.500	28.600	27.000	25.500	25.230	2.326	2.090	1.900	1.840	1.700
	Outros	59.488	57.323	49.617	53.198	48.590	5.318	5.039	4.951	4.618	3.935
ANZCERTA	Oceania	35.868	35.448	35.826	36.842	38.196	2.606	2.609	2.514	2.580	2.640
	Austrália	26.710	26.578	26.716	27.100	27.925	1.942	1.989	1.956	1.988	2.000
	Nova Zelândia	9.158	8.870	9.110	9.742	10.271	664	620	558	592	640
TOTAL MUNDIAL		1.060.834	1.062.602	1.062.637	1.069.189	1.072.150	49.705	49.441	50.168	50.528	49.522

* Preliminar

** Inclui a Turquia

*** Inclui países da Ex-URSS + Europa Ocidental + Europa Oriental.

Fonte: extraído e adaptado de USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos apud FNP Consultoria e Comércio (2002).

O continente americano é o maior exportador de carne bovina (comercializou o equivalente 48,5% do volume mundial, em 2000/2001). Assim, na América do Norte destaque-se os Estados Unidos (EUA) como o segundo maior exportador mundial de carne bovina e seus principais compradores são: Japão, Coréia, Canadá, México e Taiwan, entre outros. São também, os maiores importadores, e entre seus principais fornecedores estão a Austrália, Canadá, México (animais vivos), Nova Zelândia, Argentina, Brasil (carnes industrializadas) e Uruguai. Logo em seguida vem o Canadá – que segundo *United States America* (2002), é o quinto maior exportador e o sétimo importador de carne bovina, seus principais compradores são os Estados Unidos, México, Coréia do Sul, Japão, Taiwan, Hong Kong, França e Cuba. Já seus principais fornecedores são a Austrália, Nova Zelândia, EUA, México, Brasil, Uruguai e outros. Por último, o México, quinto maior importador de carne bovina do mundo, tem como principal fornecedor os Estados Unidos, seguido de Canadá e Nova Zelândia. Por outro lado, o México é o maior exportador de animais vivos, seu principal mercado são os Estados Unidos (*UNITED STATES AMERICA*, 2002). Assim, a Figura 17 ilustra o fluxo do comércio internacional de carne bovina.

Com relação à América do Sul, nota-se que as exportações da Argentina caíram cerca de 44%, em relação ao ano de 2000-2001, devido aos focos de febre aftosa. No entanto, para os próximos anos, terá que reconquistar mercados importantes, como o Chile, União Européia, Israel e outros (*UNITED STATES AMERICA*, 2002). Seguido pelo Brasil, terceiro maior exportador de carne bovina, cujos produtos são vendidos para o Chile, membros da União Européia, Egito, Irã, Arábia Saudita, Rússia e outros. Outro país do bloco é o Paraguai, que produziu cerca de 239 mil toneladas em 2000 (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO, 2002) e recentemente adquiriu direito de exportar para UE (quota Hilton de 1000 toneladas), além de comercializar seus produtos com países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Brasil). Por fim, o Uruguai – no ano de 2001 exportou 241 mil toneladas, sendo os principais mercados: União Européia (Reino Unido e Alemanha), Israel, Canadá, Estados Unidos, Brasil, Argélia, Rússia e outros. Quanto ao Caribe e América Central, apresentam-se como importadores de carne bovina, pois o rebanho bovino é pequeno e com pouca aptidão comercial, ver Tabela 4 e Figura 17.

A Oceania ocupa a segunda colocação entre os continentes exportadores de carne bovina, comercializou o equivalente a 31,5% do volume mundial, em 2000/2001. A Austrália é o maior exportador de carne bovina do mundo, exportando para os EUA, Japão, Canadá, China, Coreia, Taiwan, Ásia Oriental Sul, México e União Europeia (quota especial de 7.000 toneladas/ano, carne de alta qualidade) entre outros. A Austrália vem intensificando sua competição em novos mercados e no lançamento de novos produtos. Os principais concorrentes são: EUA, Brasil, Nova Zelândia, entre outros. Quanto à Nova Zelândia, seus processadores exportam para EUA e Canadá, além de países da Ásia e Pacífico (ver Tabela 4 e Figura 17).

O continente Europeu ficou com 12,8% do volume comercializado mundialmente, no período 2000/2001, com tendência de queda. Neste continente, destaca-se a União Europeia (UE), onde no ano de 2000, as importações situaram-se ao redor de 448 mil toneladas. Quanto às exportações, no mesmo ano, caíram para 643 mil toneladas, mesmo com generosos subsídios. Esses subsídios ainda sustentam a UE entre os maiores exportadores com grande vantagem competitiva. Individualmente, os principais países exportadores e importadores europeus, além dos que constam na Tabela 3, são Irlanda, Holanda e Espanha (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO, 2002). Embora não apareça, deve-se mencionar que a Rússia é o terceiro maior importador de carne bovina da Europa. Para os próximos anos as importações da UE poderão chegar ao patamar de 650 mil toneladas, sendo seus principais fornecedores a Austrália, Brasil, Estados Unidos, ex-colônias africanas (Namíbia, Botsuana, Zimbábue e outros – quotas preferenciais), Paraguai, China, Uruguai e outros. Por outro lado, exporta para países do Oriente Médio (Irã, Egito, Jordânia, Arábia Saudita e outros), países africanos (África do Sul, Marrocos, Líbia, Argélia e outros), além de existir a comercialização entre os próprios membros da UE, Europa Ocidental e Oriental e Ex-Rússia, entre outros (ver Tabela 4 e Figura 17)

Tabela 4 – Exportações e importações de carne bovina, 1997 – 2001.

Blocos Econômicos	Continentes e Principais Países	Exportações (Mil toneladas equivalente-carcaça)					Importações (Mil toneladas equivalente-carcaça)					Saldo Final
		1997	1998	1999	2000	2001*	1997	1998	1999	2000	2001*	E/I
		SADC	Africano**	4	7	5	4	7	260	256	307	233
NAFTA	Americano	2.412	2.334	2.704	2.843	2.719	1.667	1.897	2.016	2.170	2.226	E
	América do Norte	1.375	1.439	1.619	1.699	1.588	1.521	1.749	1.927	2.070	2.141	I
	Canadá	400	448	515	547	560	255	243	265	275	310	E
	Estados Unidos	969	985	1.096	1.141	1.020	1.063	1.199	1.034	1.375	1.401	I
	México	6	6	8	11	8	203	307	358	420	430	I
CARICOM MCCA	Caribe + América Central	51	42	44	51	43	15	18	23	22	26	E
MERCOSUL ALADI CAN	América do Sul	986	853	1.041	1.093	1.088	131	130	66	78	59	E
	Argentina	446	296	349	348	150	-	-	-	-	-	E
	Brasil (1)	287	370	541	554	789	112	79	42	57	38	E
	Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Uruguai	251	182	149	189	144	-	-	-	-	-	E
	Outros	2	5	2	2	5	19	51	24	21	21	I
ASEAN	Asiático	308	332	311	355	433	1.380	1.306	1.468	1.623	1.407	I
	Hong Kong	-	-	-	-	-	49	63	69	76	79	I
	Japão	-	-	-	-	-	924	951	967	1.027	940	I
	Coréia do Sul	-	-	-	-	-	198	107	210	280	230	I
	Outros	308	332	311	355	433	209	185	222	240	158	E
União Européia (2) AELC CEI	Europeu***	2.771	2.519	2.758	871	608	2.946	2.594	2.819	974	1.023	I
	União Européia (2)	2.417	2.237	2.515	643	480	1.888	1.849	2.023	448	400	E
	Alemanha	477	423	542	139	103	297	258	285	63	56	E
	França	428	356	378	97	72	278	298	341	76	67	E
	Itália	116	107	115	29	22	380	400	408	90	81	I
	Reino Unido	15	9	10	3	2	291	244	279	62	55	I
	Outros	1.375	1.624	1.713	603	409	1.058	745	796	526	623	E
ANZCERTA	Oceania	1.666	1.724	1.728	1.771	1.845	12	13	12	15	15	E
	Austrália	1.134	1.205	1.623	1.329	1.345	-	-	-	-	-	E
	Nova Zelândia	531	519	465	442	500	-	-	-	-	-	E
	Outros	-	-	-	-	-	12	13	12	15	15	I
TOTAL MUNDIAL		7.160	6.916	7.506	5.884	5.612	6.265	6.066	6.622	5.015	4.794	E

(1) Estimativas FNP Consultoria

(2) Exclui o comércio intra União Européia nos anos 2000 e 2001.

*Preliminar.

Fonte: extraído e adaptado de USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos apud FNP Consultoria e Comércio (2002).

O continente asiático exportou aproximadamente 7% do volume comercializado mundialmente, em 2000/2001. Neste continente, destaca-se o Japão, segundo maior importador mundial de carne bovina. No entanto, em 2002 sua produção deverá manter-se estável (475 mil toneladas). Em compensação, as importações de carne bovina deverão cair pelo segundo ano consecutivo, para 880 mil toneladas, o menor nível desde 1994. Tal fato, deve-se à recessão econômica, ao desemprego e às preocupações dos consumidores com a BSE. Os principais fornecedores são: Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia (*UNITED STATES AMERICA*, 2002). Outro país é a Coreia do Sul, onde as importações de carne bovina deverão alcançar o nível recorde em 2002, cerca de 340 mil toneladas, pois a economia coreana está em recuperação, o *won* está fortalecida, com redução de barreiras comerciais e eliminação dos estoques reguladores pelo governo. No entanto, a produção interna deverá cair para 190 mil toneladas em 2002. Os principais parceiros comerciais são: Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia e Canadá (*UNITED STATES AMERICA*, 2002). Logo em seguida, o Leste e Norte Asiático (Taiwan, Hong Kong e China) com seus principais provedores sendo Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia. A China é o único país exportador líquido. Por fim, a Ásia Oriental – Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia, que ambos são abastecidos pela Austrália, China, Nova Zelândia e outros (ver Tabela 4 e Figura 17).

O continente africano comercializou cerca de 0,2% do volume comercializado mundialmente, em 2000/2001, e para efeito didático, anexar-se-á o Oriente Médio. Assim, os países africanos e árabes apresentam-se como importadores de carne bovina e basicamente seus principais fornecedores são os países da América do Sul, União, EUA, Canadá e México. A atividade pecuária nos países da África e Oriente Médio é inexpressiva. No continente africano o principal bloco econômico é SADC e Conselho de Cooperação para os Países Árabes do Golfo¹⁴. Este último pertence ao Oriente Médio (ver Tabela 4 e Figura 17).

¹⁴ Conselho de Cooperação para os Países Árabes, principais integrantes: Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes, Kuwait, Omã e Qatar.

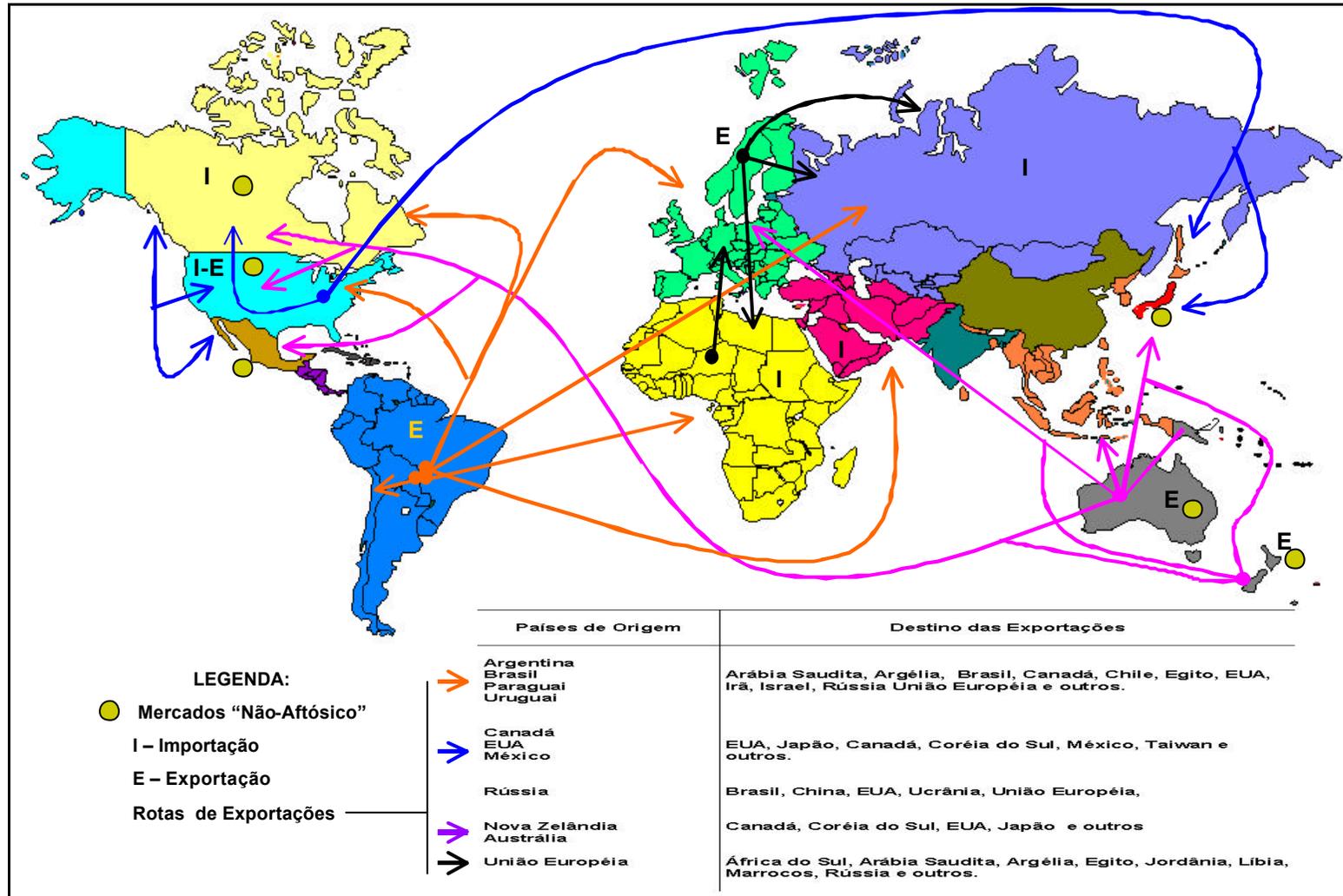


Figura 17 – Fluxo Internacional das Exportações de Carne Bovina

Fonte: Elaborada pelo Autor

As principais empresas processadoras (frigoríficos) de carne estão concentrados na América do Norte, principalmente nos Estados Unidos, onde destacam-se: *Tyson Foods*, *Cargill Foods* – divisão de carnes, *Excel Corp*, *ConAgra Foods* – Companhia de Carne Bovina, *Farmland Industries* e outras. Na Oceania, especificamente na Austrália, o destaque fica para *Australia Meat Holdings* (maior processadora de carnes da Austrália, a proprietária é a *ConAgra Foods*), *Teys Brothers Holdings* (segunda maior processadora, resultado da fusão da *Consolidated Meat Group* e *Teys Brother*), *Cargill Foods*, *Nippon Meat Packers* entre outras. Para Souza Filho e Batalha (2001), os frigoríficos europeus do setor de carnes passam hoje por profunda crise e iniciam também um processo de internacionalização de suas atividades. Neste sentido, a internacionalização das atividades vem garantir a ocupação estratégica de determinados espaços de mercado nas regiões que não são auto-suficientes, como ocorre na Ásia, em especial na China. Esse é um dos principais fatores que contribuem para resultados positivos nas exportações de carne bovina dos EUA e Austrália.

Outro aspecto importante no comércio internacional de carne bovina, diz respeito aos subsídios, que distorcem os preços, criam barreiras às negociações e reduzem a competitividade dos países que não subsidiam as exportações de carne bovina, como por exemplo, Argentina, Austrália e Brasil. Nos últimos anos, observa-se que os subsídios vêm aumentando. Este aumento ocorreu em função da queda generalizada dos preços internacionais das *commodities*. Devido às políticas internas de suporte de preços, a mesma redução não ocorreu nos preços domésticos, principalmente nos países da OCDE¹⁵ (BERALDO; RODRIGUES, 2000). Assim, a União Européia apresenta os maiores índices de subsídios, logo depois vem os Estados Unidos e Japão.

A Tabela 5, apresenta os valores dos subsídios que as *commodities* de origem animal receberam no período de 1997-1999. Assim, a OCDE utilizou, até 1999, o conceito de Subsídio Equivalente ao Produtor (*Producer Subsidy Equivalent* – PSE), para monitorar o valor monetário do conjunto das políticas que afetam direta

¹⁵ Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituído por: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Eslovaca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Ilha da Madeira, Ilha de Man, Ilhas do Canal, Ilhas Canárias, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, México, Mônaco, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos (Holanda), Polónia, Portugal Reino Unido, Republica Tcheca, San Marino, Suécia, Suíça, Tchecoslováquia e Turquia.

ou indiretamente a receita agrícola. Representa as transferências de valores monetários dos consumidores e contribuintes para financiar a atividade agropecuária. A transferência de renda dos consumidores aos produtores ocorre quando determinadas políticas de suporte de preço desconectam os preços domésticos dos preços internacionais, resultando em preços aos consumidores superiores aos vigentes na ausência destas políticas (BERALDO; RODRIGUES, 2000). Após as recentes modificações nas políticas agrícolas da OCDE, os subsídios são monitorados com base no conceito de Apoio Global Estimado (*Total Support Estimate – TSE*).

Tabela 5 – Subsídios equivalente ao produtor (PSE) por commodity – carnes (em milhões de dólares) – Período de 1997-1998 – Países da OCDE.

Produtos	Ano		
	1997	1998	1999
Carne Bovina	27.487	27.253	26.540
Carne Suína	7.134	6.554	7.757
Aves	3.902	3.068	5.066
Ovelha	4.460	4.084	3.910

Fonte: adaptado de Beraldo e Rodrigues (2000).

A análise destes dados demonstra que o mercado internacional de carne bovina é extremamente protegido, mesmo assim, as nações agroexportadoras precisam avançar no processo de liberalização do comércio mundial, principalmente nos temas de acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios às exportações.

A Figura 18 mostra a evolução do preço da carne bovina, aves e suína no mercado internacional. Observar-se que o período de 1994–2002 é marcado por grandes oscilações e incertezas. Estas incertezas e oscilações têm relação direta com a desvalorização de algumas moedas (euro, won, ienes, o dólar australiano, entre outras) em relação ao dólar norte-americano, com o enfraquecimento da economia de importantes mercados (Japão, Coreia do Sul e outros), com a BSE (encefalopatia espongiforme bovina) ou “doença da vaca louca” (Europa e Japão), aumento do consumo da carne de frango e suína e com a procura por dietas mais “saudáveis” por parte do consumidor.

Com relação aos preços no mercado internacional, em 2001 houve aumento nos preços das carnes, exceto na carne bovina. Em 2002, ocorreu uma retomada de

padrões de consumo mais “normais”, isto deve fornecer algum suporte aos preços da carne bovina. Porém, o aumento de oferta de carnes para a exportação poderá impedir qualquer aumento significativo dos preços (MORGAN, 2002). A figura 19 retrata o movimento dos preços da carne bovina em países importadores e exportadores.

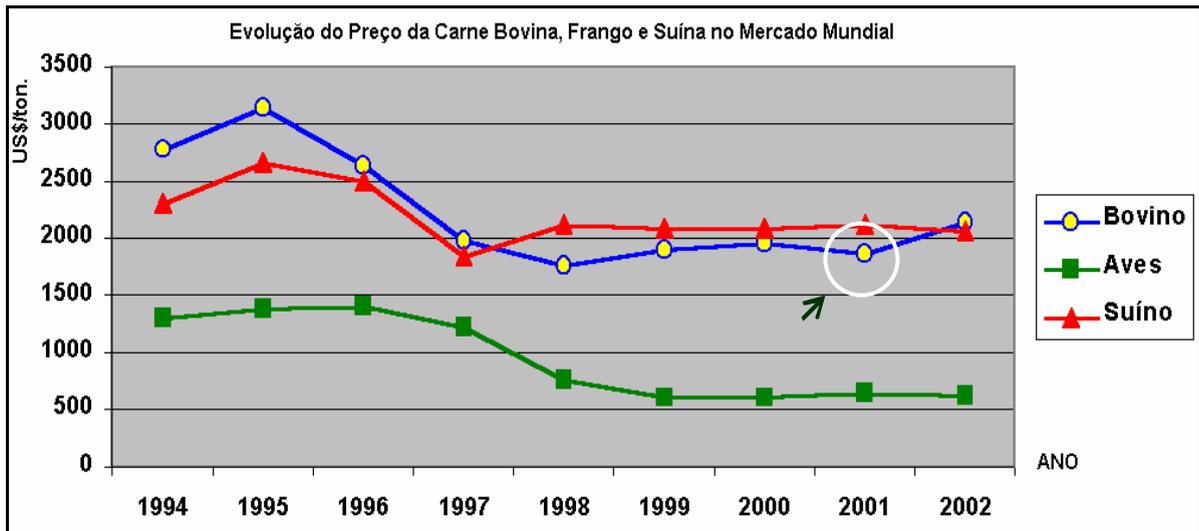


Figura 18 – Evolução do preço da carne bovina, aves e suína no mercado mundial.
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de FAO/2002.

Os preços no mercado da carne bovina estão se movendo em diferentes direções, o que implica em diferentes perdas comerciais (ver figura 19). Assim, nos países onde predomina o sistema de alimentação à base de pastagens (América do Sul e Austrália), o preço da tonelada para exportação mostra-se menor. Por outro lado, nos países onde predomina a alimentação de bovinos à base de grãos, o preço da tonelada para exportação é relativamente maior (União Européia e EUA). Novamente, não pode-se deixar de mencionar que os subsídios às exportações praticados pelos países desenvolvidos distorcem os preços da carne bovina no comércio internacional.

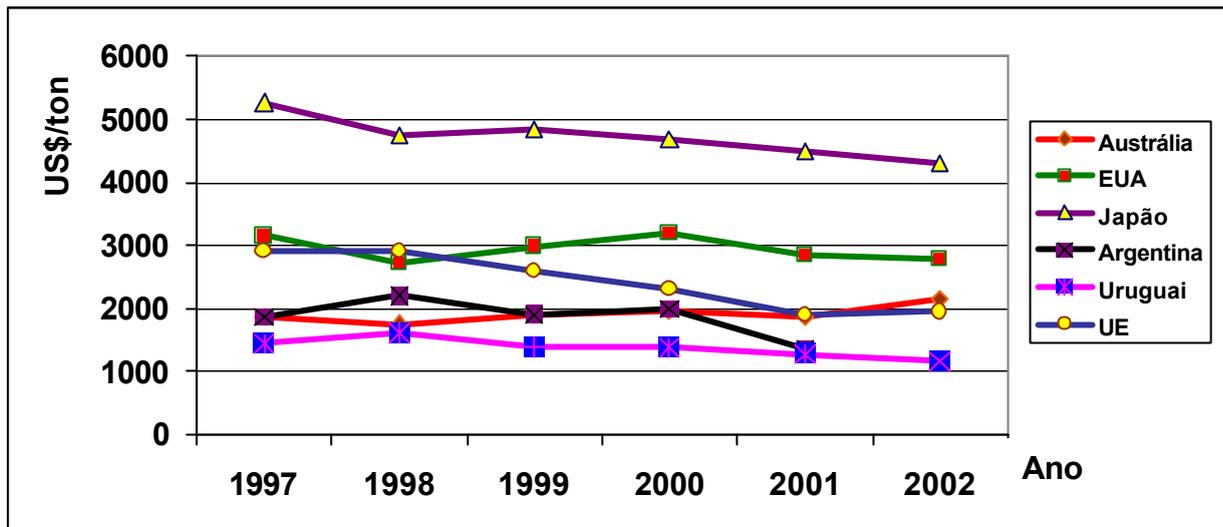


Figura 19 – Evolução do preço da carne bovina – países importadores e exportadores – 1997-2002

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de FAO/2002.

Conforme caracterizado, observa-se claramente que o comércio internacional da carne bovina pode ser dividido em duas regiões, em função da febre aftosa (*Foot and Mouth Disease*). Aos países do Pacífico, somam-se ainda os Estados Unidos Austrália, Nova Zelândia e Ásia que são consideradas regiões livres de febre aftosa (“mercados não-aftósicos”). A outra região (“mercados aftósicos”) seria composta por União Européia, Europa Central, Oriente Médio, África e a América do Sul, que vem se esforçando para erradicar a febre aftosa. Tal fato chama atenção para as barreiras sanitárias, que afetam os preços e reduzem o comércio entre as duas regiões. Fica evidente a necessidade de negociar acordos comerciais (sanitários) que reduzam as barreiras ao livre comércio.

Segundo Roppa (2001), a carne mais consumida no mundo é a carne suína (14,7 kg/hab/ano), seguida pelo frango (10,6 kg/hab/ano) e em terceiro lugar a carne bovina (9,8 kg/hab/ano). O consumo diário per capita varia consideravelmente de país para país e de continente para continente (ver Tabela 6). As Américas (exceto Caribe e parte da América do Sul), Europa e Oceania são os continentes que apresentam maior consumo de carnes. As regiões que menos consomem carnes são: África e Oriente e Extremo Oriente. Assim, nos países do Leste e Norte da Europa, a carne suína é mais consumida, enquanto que as carnes de carneiro e cabra têm maior consumo na Grécia, Albânia e Islândia. O uso da carne de aves é comum em toda a Europa, com predomínio no Reino Unido, Hungria e Irlanda.

Na América do Norte, principalmente nos EUA, nos últimos vinte anos, o consumo de carnes vermelhas reduziu em cerca de 15%. No entanto, houve aumento no consumo de carnes de frango, em cerca de 90%.

Na América do Sul, especialmente por se apresentar como grande produtora de carne bovina, por ter geografia e clima propícios à criação, mantém um consumo consideravelmente alto de carne. A Argentina lidera o consumo de carne bovina em nível mundial e o Uruguai, onde existe grande quantidade desse alimento, também é grande consumidor. Com exceção destes países, no resto da América Latina, o consumo é menor, pois às dificuldades geográficas e climáticas somam-se ainda as dificuldades econômicas da atividade agropecuária.

O continente Asiático merece atenção especial, embora o consumo per capita ainda esteja bem abaixo do consumo dos países desenvolvidos. Isso leva a crer que pode haver um aumento de consumo, principalmente em função do crescimento das rendas, da ocidentalização das dietas (Japão, Coreia do Sul e China pela expansão verificada nas redes de *fast food*, hotéis e restaurantes) e redução de barreiras comerciais. Conforme mencionado anteriormente, esses países apresentam-se como importadores de carne bovina.

Dentre as principais barreiras que precisarão ser vencidas para que o setor se desenvolva e volte a crescer no plano internacional, destacam-se as doenças animais e as preocupações relacionadas à segurança dos alimentos (dioxinas, BSE, hormônios, transgênicos e outros), a qualidade e segurança dos produtos a serem exportados (rastreabilidade, rotulagem, certificação de origem e *Hazard Analysis and Critical Control Points* – HACCP), a mudança de estilo de vida (necessidade de produtos pré-prontos e embalagens individualizadas), a renda familiar, os hábitos culturais, a competição global com carnes concorrentes (aves e suínos), o crescimento populacional, o meio ambiente e o bem-estar animal, a melhora da logística (transporte e portos) e as condições relacionadas ao marketing da carne bovina (produtor-agroindústria-varejo-consumidor).

Tabela 6 – Consumo per capita mundial de carne bovina, frango e suína 1997–2001.

Blocos Econômicos	Países	Consumo Per Capita Mundial de Carne Bovina, Frango e Suína – kg / pessoa / ano*														
		1997			1998			1999			2000			2001**		
		Bovina	Frango	Suína	Bovina	Frango	Suína	Bovina	Frango	Suína	Bovina	Frango	Suína	Bovina	Frango	Suína
SADAC	Africa															
	África do Sul	15,3	17,8	-	13,3	20,8	-	14	22,8	-	15,5	18,2	-	15,5	18,4	-
NAFTA	América do Norte															
	Canadá	30,7	25,2	29,5	30,8	25,8	31,2	31,7	27,9	32,2	31,3	28,5	33,5	30,9	29,1	34,3
	Estados Unidos	43,9	37,9	28,5	44,6	38,3	30,7	45,1	40,6	31,5	45,3	40,6	30,7	44,4	40,1	29,8
	México	20,8	17,3	10,3	21,6	18,2	10,7	22,8	20	11,4	23	21,5	12,5	23	21,8	12,8
CARICOM MMCA	América Central															
	Costa Rica	19,9	-	-	16,7	-	-	17,3	-	-	18,3	-	-	19,3	-	-
	Guatemala	4,6	-	-	4,4	-	-	4,2	-	-	4	-	-	3,9	-	-
MERCOSUL ALADI CAN	América do Sul															
	Argentina	71,4	22,5	n.d.	64,7	24,8	n.d.	68,7	25,1	n.d.	69	24,2	n.d.	73	23,5	n.d.
	Brasil (1)	38,9	22,8	8,8	38,1	22,9	9,3	36,4	26,9	10,1	36,6	29,2	10,5	35,8	29,5	10,7
	Paraguai	41	-	n.d.	42	-	n.d.	43	-	n.d.	43	-	n.d.	43	-	n.d.
	Uruguai	66,6	-	n.d.	82,8	-	n.d.	83,4	-	n.d.	75,3	-	n.d.	67,3	-	n.d.
ASEAN	Asia															
	China	3,5	2,5	29,2	3,8	3,1	31,2	4	3,9	32	4,2	4,4	32	4,4	4,4	33,3
	Índia	1,3	0,4	-	1,4	0,4	-	1,4	n.d.	-	1,4	n.d.	-	1,4	n.d.	-
	Hong Kong	9,1	50,1	-	11,3	49,5	-	11,7	63,6	-	12,1	44,1	-	12,2	41,6	-
	Japão	11,7	13,7	17	11,8	13,5	17	11,7	12,9	17,5	12,2	14,1	17,7	11,4	13,9	17,2
	Coréia do Sul	10,4	-	18,9	8,2	-	20,2	10,8	-	20,9	11,5	-	22,3	10	-	23,5
	Taiwan	4	-	39,8	4,2	-	44,5	4,6	-	43,1	4,1	-	43,9	3,8	-	42
União Européia AELC CEI	Europa***															
	Alemanha	14,7	9,2	25,2	14,9	8,8	27,2	15,1	8,5	26,9	14,7	8,6	26,7	12,9	8,8	26,8
	Bélgica-Luxemb	22,9	18,4	42,7	20,9	17,5	46,9	20,6	17	46	20,1	17,2	45,5	17,7	17,7	45,8
	Polônia	9,5	7,4	34,5	8	8,1	37,5	8,9	9,1	38,5	7,9	9,7	40,1	7	10,4	37,7
	Romênia	-	7	15,1	-	5,9	15,1	-	3,5	13,8	-	3,8	13,7	-	3,8	13,7
	Dinamarca	20,8	14,2	69,5	21,3	13,4	71,5	23,1	13,1	75,8	22,5	13,2	74,9	19,5	13,5	75,3
ANZCERTA	Oceania															
	Austrália	43,4	25,4	18,3	41,3	27,3	19,3	38,4	27,9	18,6	35,3	29	18,4	33,7	29,4	18,3
	Nova Zelândia	39,2	-	-	31,4	-	-	30,5	-	-	42,4	-	-	38,8	-	-

* Quilos de Equivalente-Carçaças (com osso)

** Preliminar

*** Europa Ocidental + Europa Oriental + Ex-URSS.

Fonte: adaptado e elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da FNP Consultoria e Comércio (2002).

4.2 EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO BRASIL

O Brasil possui o maior rebanho bovino do continente americano e cerca de 70% do Mercosul. No período de 1997–2001, o rebanho brasileiro apresentou um índice de crescimento próximo a 7%, passou de 153,8 para 164,4 milhões de cabeças (ver Tabela 7). Esse crescimento proporcionou ao Brasil possuir o maior rebanho comercial do mundo.

Os principais criatórios se localizam no Centro-oeste do país (cerca de 34,2% do rebanho bovino nacional) sendo que o Estado do Mato do Grosso do Sul tem aproximadamente 13,4% do rebanho bovino nacional, Mato Grosso tem 10,7%, Goiás 10%; em seguida a região sudeste 21,5%, onde destacam-se, Minas Gerais 12,1% e São Paulo 7,3%; na região Sul 16%, sobressai-se o Rio Grande do Sul 8,3%. As demais regiões têm 28,3% e os estados 38,2%.

Tabela 7 – Balanço da bovinocultura brasileira – período de 1997-2001.

REFERÊNCIAS	1997	1998	1999	2000	2001
Rebanho Mundial	1.060.834	1.062.602	1.062.637	1.069.189	1.072.150
Rebanho MERCOSUL (MM Cabeças)	224,4	227,1	229,8	233,3	236,8
Rebanho Nacional (MM Cabeças)	153,8	156,4	158,5	161,7	164,4
Produção (Ton. Eq. Carc.)	6.401.517	6.504.452	6.562.453	6.697.015	6.930.213
Exportações (Ton. Eq. Carc.)	287.063	370.189	540.926	553.701	789.347
Carne <i>In Natura</i> (Ton. Eq. Carc.)	68.165	105.065	195.906	245.177	478.633
Carne Industrializada (Ton. Eq. Carc.)	218.898	265.124	345.020	308.524	310.714
% da Produção	4,5	5,7	8,2	8,3	11,4
Importações (M. Ton.Eq.Carcasas)	112	79	42	57	38
Consumo Per Capita (kg/hab./ano)	38,9	38,1	36,1	36,5	35,8

Obs.: MM Cabeças = milhões de cabeças;

M Ton.Eq.Carcasas = toneladas equivalente-carcasas.

Fonte: adaptado e elaborado pelo autor a parti de dados extraídos de FNP CONSULTORIA (2002).

Entre 1997–2001, a produção de carne bovina cresceu aproximadamente 8,3%, perpassando a quantidade de 6,9 milhões de toneladas equivalente em carcaças em 2001 (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO, 2002). Destaque-se também, que, da produção de carne bovina aproximadamente 40% são de carne de vaca, destinada ao varejo e os outros 60% são carne de boi (melhor qualidade), destinados à exportação, churrascarias e supermercados. O incremento da produção deve-se, em parte, ao aumento de produtividade (maior número de animais em confinamento, semi-confinamento, pastagens de inverno e elevação na taxa de abate) e melhoria nas técnicas de manejo (adubação de pastagens,

mineralização, sanidade e melhoramento genético do rebanho entre outros). Em 2001, cerca de 89% da produção nacional de carne bovina foi consumida pelo mercado interno. Destaque-se, novamente, que a produção concentra-se nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul do país.

Neste sentido, 90% ou mais da produção de carne bovina são a pasto, enquanto que em outros países, como os Estados Unidos são à base de grãos, custo entre 32 e 33 dólares arroba. No Brasil, esse valor pode chegar a 18 dólares (SOUZA FILHO; BATALHA, 1999).

Outro aspecto importante, diz respeito às exportações de carne bovina, conforme demonstra a Tabela 7, que cresceram cerca de 36,4% (1997-2001). No entanto, deve-se registrar que em 2001, do total de 789.347 milhões de tonelada equivalentes em carcaças, a carne bovina *in natura* atingiu 60,6% (fato inédito nas exportações) e a carne bovina industrializada, ficou com aproximadamente 39,4%, proporcionando um faturamento acima de 900 milhões de dólares. Destaque-se que o país, nos últimos anos, passou a ser o terceiro maior exportador mundial de carne bovina, sendo os principais produtos exportados listados na Figura 16, conforme já mencionado.

A Figura 20 mostra os principais estados brasileiros exportadores de carne bovina. São Paulo é o principal estado exportador, seguido por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Observa-se que no período 2000-2001, as exportações cresceram cerca de 43%. Esses estados respondem por mais de 60% das exportações de carne bovina, também por mais de 60% do rebanho bovino nacional. A expansão das exportações deve-se em parte à ocorrência dos focos de febre aftosa em alguns países da União Européia e Mercosul (Argentina, Brasil (apenas no estado do Rio Grande do Sul) Paraguai e Uruguai, à BSE “doença da vaca louca” na União Européia, à redução do rebanho bovino europeu e à queda do preço da tonelada no mercado internacional.

Com relação às exportações de carne bovina, o Brasil comercializa com aproximadamente 100 países. Os principais compradores de carne industrializada são: União Européia (Reino Unido, Itália, Países Baixos, Alemanha, França e Bélgica), NAFTA (Canadá e Estados Unidos), Porto Rico, Jamaica, Japão, Egito e outros. Já os principais compradores de carne *in natura* são: União Européia (Países Baixos, Alemanha, Reino Unido, Espanha e Itália), Chile, Associação Européia de

Livre Comércio (Suíça), Egito, Israel, Irã, Arábia Saudita e outros. No entanto, o Brasil importa carne bovina *in natura* dos seguintes países: Argentina, Paraguai, Uruguai e outros (FNP CONSULTORIA e COMÉRCIO, 2002).

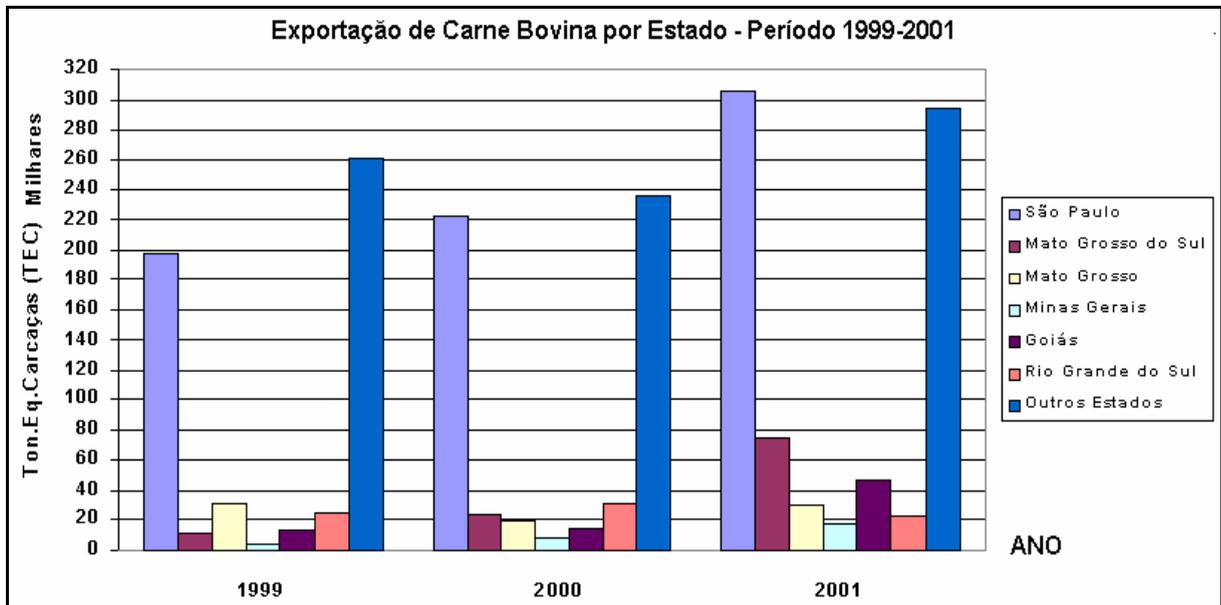


Figura 20 – Exportação de carne bovina por Estado – período 1999 –2001.
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados extraídos da FNP Consultoria e Comércio (2002).

A Tabela 8 mostra o número de plantas frigoríficas instaladas sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF), por região, no período de 1983–1996. Observa-se que o crescimento no número de plantas frigoríficas ficou acima de 57%. As regiões que concentram os maiores números de plantas frigoríficas são: a Sudeste (35,3%), Sul (26,5%) e Centro-oeste (26,2%). Porém, as regiões que se destacaram em abates, no ano de 1996, foram a Centro-oeste (49,3%), Sudeste (31,0%), Sul (12,2%). O crescimento desordenado das plantas frigoríficas gerou um novo problema para o setor: elevou a capacidade ociosa. No Mato Grosso do Sul, ela está em torno de 25% na média, e entre os vários municípios do Estado de São Paulo, a situação é mais complicada, havendo casos de ociosidade superior a 30%. Em outras regiões, existe falta de frigoríficos. Em Goiás, a ociosidade média chega a 28%. A necessidade de manter as empresas em funcionamento, os precários controles administrativos e a complexa situação fiscal são componentes que fazem do setor um dos mais complexos do país (DE LUCA, 2001).

Tabela 8 – Número de plantas frigoríficas por região – período 1983-1996

Região	Frigoríficos Instalados (SIF)			
	Ano	1983	1994	1996
Norte		5	13	15
Nordeste		16	18	19
Sul		54	79	75
Sudeste		118	92	100
Centro-Oeste		40	72	74
Brasil		233	274	283

Fonte: adaptado pelo autor de Pigatto (2001).

Com respeito à inspeção sanitária, pode ocorrer em três esferas: municipal, estadual e federal. A inspeção federal é responsável pela fiscalização dos frigoríficos que desejam trabalhar com exportação de carne bovina. Além disso, há necessidade de mencionar as Portarias 145 e 304, do Ministério da Agricultura, que tratam da comercialização da carne bovina desossada.

O consumo per capita (kg/hab/ano) de carne bovina no Brasil em 1997 foi de 38,9 quilos e em 2001 foi de 36,8 quilos. Comparado ao consumo internacional apresenta-se bem acima, mas em relação a alguns países da América do Sul, tais como, Argentina, Paraguai e Uruguai, o consumo é bem menor. O mercado interno pode ser dividido em dois segmentos. O primeiro, basicamente, é o consumo domiciliar, representando 45% do mercado de carne bovina no país. É o consumo feito pela dona de casa, quando compra em açougues e supermercados. O segundo, é o institucional, que se divide em três partes: cozinhas industriais e restaurantes, merenda escolar e processamento de carne industrial. Esses três dividem em partes iguais os restantes 55% do mercado de carne bovina (NEHMI FILHO, 1999). Também, destaca-se a evolução do consumo das carnes concorrentes: frango e suíno, que apresentaram índices de consumo bastante significativos, especialmente a carne de frango.

Por fim, deve-se salientar que, na formação de preço da indústria, a tributação e principalmente a logística (transporte / frete) interferem no preço final do boi, tanto para buscar a matéria-prima (boi) como para levar a carne bovina ao porto de exportação e varejo, pois distâncias enormes são percorridas (SOUZA FILHO; BATALHA, 2001). Quando são comparados com os processadores de frangos e suínos, por exemplo, verifica-se que essas empresas integram e definem melhor o sistema produtivo a ser adotado pelas cadeias produtivas.

4.3 EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

Segundo estudos realizados por Maia Neto (2000), sobre o desempenho da economia gaúcha na década de 90, o setor da agropecuária apresentou crescimento de 3,3% ao ano (a. a.), superior ao do País (3,0%). Essa expansão no Estado foi impulsionada pelo crescimento do segmento de produção animal e derivados (6,0% a.a.), com destaque para as produções de aves (9,0% a.a.), suínos (8,0% a.a.) e leite (5,2% a.a.), enquanto a bovinocultura teve, relativamente, um modesto crescimento de 2,6% a.a.

No período de 1998 a 2001, o rebanho bovino do Rio Grande do Sul apresentou índice de crescimento próximo a 4,5% (ver Tabela 9). Em 2001, o número do rebanho era de 13.871.586 milhões de cabeças (IBGE, 2002). Isto lhe garante o quinto maior rebanho do *ranking* nacional e o primeiro da região sul.

Tabela 9 – Balanço da bovinocultura do Estado do Rio Grande do Sul - período de 1997/2001

REFERÊNCIAS	1997	1998	1999	2000	2001
Rebanho Nacional (MM Cabeças)	153,8	156,4	158,5	161,7	164,4
Rebanho do RS (MM Cabeças)	13	13,1	13,4	13,5	13,8*
Produção Nacional (t.e.c.)	6.401.517	6.504.452	6.562.453	6.697.213	6.930.213
Produção do RS (t.e.c)	534.606	530.317	546.452	559.525	607.474

Obs: *Extraído IBGE, 2002.

MM Cabeças = Milhões de Cabeças;

t.e.c. = Milhares de Toneladas de Equivalente-Carçasas.

Fonte: adaptado e elaborado pelo autor a partir de dados extraídos de FNP Consultoria e Comércio (2002).

Com base na divisão por mesoregiões do IBGE¹⁶ o rebanho bovino do Rio Grande do Sul está distribuído da seguinte maneira: região Metropolitana de Porto Alegre tem cerca de 8,03% do rebanho total do estado; Centro Ocidental (12,20%); Centro Oriente (6,79%); Nordeste Rio-Grandense (6,14%); Noroeste Rio-Grandense (19,04%); Sudeste Rio-Grandense (15,49%) e Sudoeste Rio-Grandense (32,31%) que compreende, a Campanha Ocidental, a Campanha Central e a Campanha Meridional. Essas últimas regiões compõem o Pampa Gaúcho, ver Figura 21.

¹⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2002.

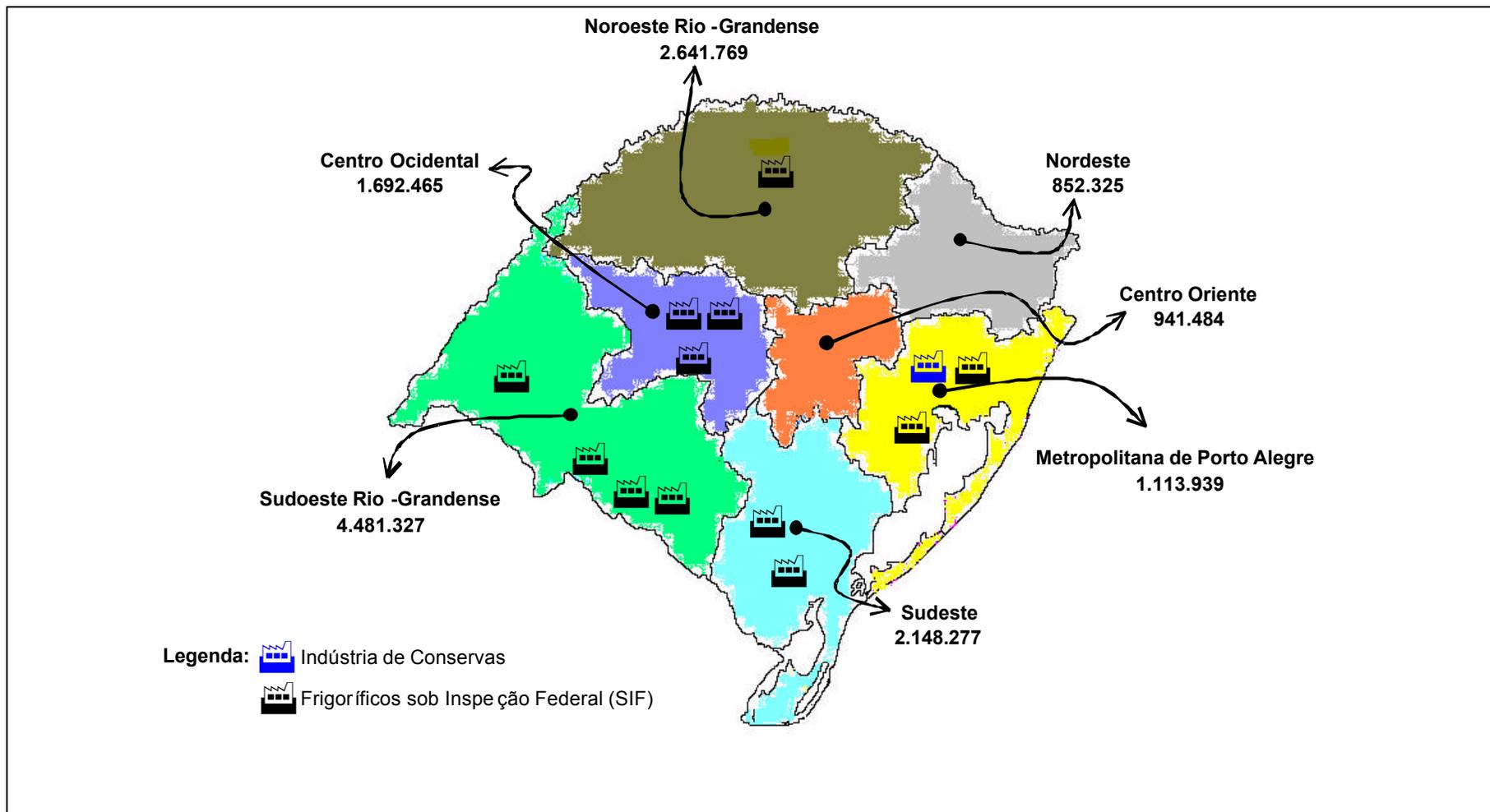


Figura 21 – Mesoregiões do Rio Grande do Sul – distribuição do rebanho bovino em milhares de cabeças, plantas frigoríficas e indústria de conservas credenciadas pelo SIF (por unidade).

Fonte: elaborada pelo autor.

No que se refere às plantas frigoríficas, sabe-se que o Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 154 plantas homologadas com inspeção sanitária: 123 sob Inspeção Sanitária Estadual (IE) e 31 sob Inspeção Sanitária Federal (SIF), segundo o SICADERGS¹⁷. No entanto, apenas 13 plantas estão aptas a exportar e contam com uma capacidade de abates de 8.500 cabeças/dia. Porém a situação é bem mais complexa, pois em alguns casos a ociosidade das plantas frigoríficas gaúchas pode ser superior a 65% (DE LUCA, 2001). Em síntese, a indústria frigorífica apresenta dificuldades, necessita de investimentos de longo prazo e melhores condições para trabalhar o mercado interno e externo, visando aumentar a sua competitividade.

A produção de carne bovina entre o período de 1998 a 2001 cresceu cerca de 13,6%, passou de 534.606 para 607.474 mil toneladas equivalentes em carcaças, atingindo em 2001 aproximadamente 8,8% da produção nacional. No entanto, as exportações sofreram uma queda significativa no mesmo período. O principal motivo foi a febre aftosa, que ocorreu no ano de 2001, ficando o estado proibido de exportar carne bovina. Esse fato reduziu o volume das exportações, ficando abaixo do ano de 1999.

A carne bovina produzida no Rio Grande do Sul é exportada para os seguintes blocos econômicos e/ou países (ver Tabela 10¹⁸): União Européia (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Ilhas Canárias); NAFTA (Canadá, Estados Unidos, mais Porto Rico); ALADI-MERCOSUL-CAN (Argentina, Bolívia, Chile, Cuba, Paraguai, Peru e Uruguai); Ásia (China, Cingapura, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Formosa (Taiwan) e Malásia); Oriente Médio (Arábia Saudita, Chipre, Emirados Árabes, Israel, Jordânia e Líbano); CARICOM (Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Jamaica Trinidad e Tobago); África (África do Sul, Angola, Egito, Gabão, Madagascar, Maurício, Nigéria e República do Congo, Nigéria); outros países da Europa (Bulgária, Suíça (AELC), Malta e Macedônia);

¹⁷ SICADERGS – Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ A Tabela 10 foi elaborada a partir de dados extraídos do Sistema Alice do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Neste sentido, foi mapear as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, no período de 1999-2001. A classificação dos produtos foi de com o sistema harmonizado, conforme apresentado no texto. Para maiores detalhes consultar Apêndice C – Países importadores da Carne Bovina Gaúcha.

outros países da América (Anguilla e Panamá). Destaque-se que todos os países relacionados correspondem às exportações do período de 1999-2001 talvez a comercialização com alguns desses países tenham sido interrompida devido ao foco febre de aftosa de 2001, caracterizando assim, uma barreira sanitária.

Outro aspecto importante apresentado na Tabela 10 e que também pode ser verificado na Figura 22, refere-se à composição das exportações. Assim, para o ano de 1999, o Estado do Rio Grande do Sul exportou o total de **26.825.073** quilos de carne bovina, sendo:

- **39,6% de carne *in natura*** – principais compradores: União Européia (cerca de 29,3% do total de carne *in natura* exportada); Chile (55,8%); Países Asiáticos (8,0%); Países Árabes (3,7%) e outros (3,2%);
- **13,4% de miúdos** – exportados para: União Européia (48,6% do total de miúdos exportados); Países Asiáticos (21,8%), Mercosul (21,6%) e outros países (8%);
- **47% de carne industrializada** – comercializada com: União Européia (39,3% do volume exportado); NAFTA (49,6%); CARICOM (3,9%); ALADI – MERCOSUL – CAN (2,6%) e outros países (4,6%).

Em 2000, as exportações atingiram o total de **33.833.707** quilos de carne bovina, apresentando um crescimento acima de 23% em relação ao ano de 1999, que pode ser dividido em:

- **39,3% de carne *in natura*** – principais compradores: União Européia (cerca de 46,4% do total de carne *in natura* exportada); Chile (36,9%); Países Asiáticos (6,3%); Países Árabes (3,0%) e outros países (13,7%);
- **14,4% de miúdos** – exportados para: União Européia (49,5% do total de miúdos exportados); Países Asiáticos (26,8%); Mercosul (19%) e outros países (4,7%);
- **46,3% de carne industrializada** – exportados para: União Européia (38,7% do volume exportado); NAFTA (49,9%); CARICOM (5,2%); Países Asiáticos (2,5%); ALADI-MERCOSUL-CAN; (1,3%) e outros países (2,4%).

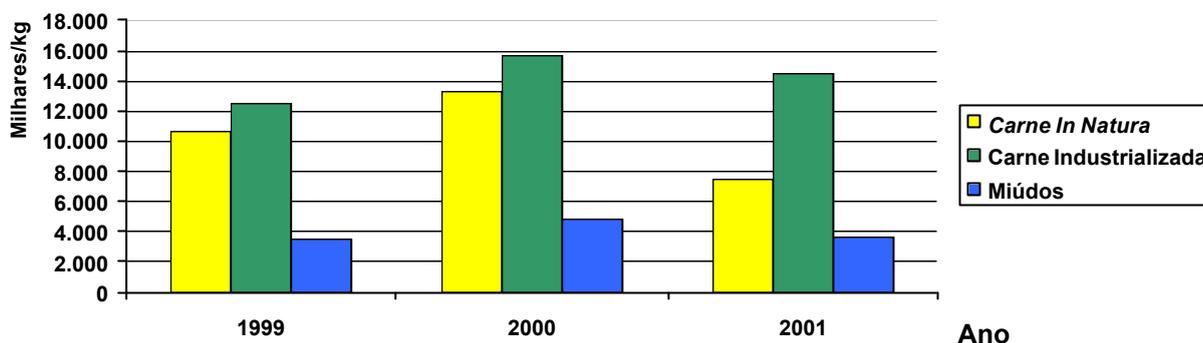


Figura 22 – Exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul – 1999-2001.
 Fonte: elaborado pelo autor, dados extraídos do Sistema Alice (BRASIL,2002)

No entanto, em 2001, o quadro não foi dos mais favoráveis para as exportações de carne bovina, pelo Rio Grande do Sul pois se comparado com os anos de 1999 e 2000, chega-se a seguinte conclusão: 1999/2000 – acréscimo de 26,1%; 1999/2001 – apresenta redução de 0,8%; e 2000/2001 queda de 32,1%. Mesmo assim o Estado do Rio Grande do Sul exportou cerca de **25.018.998** quilos de carne bovina, distribuídos da seguinte forma:

- **29,2% de carne *in natura*** – principais compradores: União Européia (cerca de 24,5% do total de carne *in natura* exportada); Chile (21,7%); Países Asiáticos (16,7%); Países Árabes (8,0%); outros países da Europa (21,6%) e demais países (7,5%);
- **14,4% de miúdos** – exportados para: União Européia (46,3% do total de miúdos exportados); Países Asiáticos (15,6%); África (6,8%); Mercosul (27,3%) e outros países (4,0%);
- **56,4% de carne industrializada** – exportados para: União Européia (50,5% do volume exportado); NAFTA (37,3%); Países Asiáticos (3,5%); CARICOM (3,3%); ALADI-MERCOSUL-CAN; (1,2%) e outros países (4,2%).

No período de 2000/2001, verifica-se que há uma redução significativa (queda de 56,3%) na exportação dos produtos *in natura* (carnes frescas, resfriadas e congeladas; rabos congelados e outros). Essa perda é expressiva nos principais

mercados: UE e Chile, mas há ganhos em outros mercados: países asiáticos, outros países da Europa e países Árabes. Também observa-se que ocorreram perdas nas exportações de miúdos – 32%, sendo os maiores compradores os países da União Europeia (considerando tripas de bovinos, frescas, refrigeradas, congeladas, salgadas, defumadas). Por último, as carnes industrializadas (preparações alimentícias, conservas e extratos de carnes) apresentaram decréscimo nas exportações de 8,4%, sendo a UE o maior comprador; reduziram as importações: NAFTA, CARICOM e outros. Tal fato, certamente, deve estar associado aos focos de febre aftosa. Assim, carnes processadas oferecem maior segurança e menores riscos de contaminações.

O Rio Grande do Sul conta ainda com o Programa Estadual de Desenvolvimento e Qualidade do Sistema Agroindustrial Carne Bovina, Ovina Bubalina – Agregar/RS Carnes (substitui o Programa Carne de Qualidade), que além de contemplar o mercado interno, também traz em seu âmbito a possibilidade de desenvolver projetos de consórcios de exportação, corredor de exportação e várias outras medidas.

Por todos esses aspectos, percebe-se que a perda do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação foi o responsável direto pelas significativas perdas para a economia gaúcha, especificamente para a bovinocultura. Estudos realizados por Accurso (2002) corroboram para esta afirmação, pois no período de 1999-2001 a agropecuária apresentou um crescimento acumulado de 12%. A performance da atividade só não foi maior em razão dos resultados alcançados pela produção da pecuária, que encerrou o ano de 2001 com um incremento de apenas 0,6%. Porém, existem outros fatores que também interferem no desempenho das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul: a descoordenação do setor, pois há baixa estabilidade nas relações entre os elos da cadeia (produtores-frigoríficos exportadores); as alianças estratégicas para atender determinados mercados ainda é incipiente; idade de abate elevada; abates clandestinos e ociosidade do parque industrial.

Tabela 10 – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul – 1999-2001

Sistema Harmonizado	União Européia			NAFTA			ALADI / MERCOSUL / CAN			Ásia (Exclusivo Oriente Médio)			Oriente Médio			CARICOM		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros de Bovino, Não Desossados, Frescos ou Refri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros de Bovino, Não Desossados, Frescos ou Refri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigerad	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	511.921	1.676.806	438.808	0	0	0	3.446.247	2.973.456	1.198.670	0	0	0	111.590	228.773	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros Não Desossados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros Não Desossados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Congeladas	21.174	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218	9.800	34.509	0	48.770	0	0	0
0202.30.00 - Carnes Desossadas de Bovino, Congeladas	2.590.995	4.498.813	1.394.873	0	0	0	2.789.098	2.155.803	910.436	837.262	1.070.015	1.238.814	248.548	378.513	550.677	0	0	16.855
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	69.599	43.146	9.413	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	12.109	41.906	0	0	0	0	0	0	0	8.143	0	0	65.476	0	1.000	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	7.850	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.251	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.000	2.514	20.036	51.806	6.079	1.000	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congeladas	47.194	98.353	6.160	0	0	4.794	23.049	0	0	683.264	732.681	267.707	3.095	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	1.612.127	2.217.043	1.687.189	0	0	76.010	773.575	960.354	1.030.164	67.141	569.510	287.898	0	0	1.000	0	0	0
Subtotal (1)	4.865.119	8.583.917	3.536.443	0	0	80.804	7.031.969	6.089.613	3.139.270	1.618.810	2.374.938	1.824.255	515.024	613.365	608.698	0	0	16.855
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	4.908.213	5.975.250	7.219.440	6.119.718	7.607.682	5.217.207	282.475	210.370	167.429	296.184	332.404	34.272	203.616	132.300	500.380	489.954	809.478	477.751
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias e Conservas de Carnes, Miudez	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.376	209.626	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos, etc	44.272	88.265	80.391	128.298	212.445	177.873	42.062	0	0	0	1.702	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	4.952.485	6.063.515	7.299.831	6.248.016	7.820.127	5.395.080	324.537	210.370	167.429	296.184	399.482	243.898	203.616	132.300	500.380	489.954	809.478	477.751
TOTAL GERAL = (1) + (2)	9.817.604	14.647.432	10.836.274	6.248.016	7.820.127	5.475.884	7.356.506	6.299.983	3.306.699	1.914.994	2.774.420	2.068.153	718.640	745.665	1.109.078	489.954	809.478	494.606

Observação: Peso total das mercadorias em Kg.

Fonte: elaborado pelo autor, dados extraídos do Sistema Alice (BRASIL, 2002).

Continua...

Tabela 10 – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul – 1999-2001

...Continuação

Sistema Harmonizado	África (Exclusive Oriente Médio)			Outros Países Europa			Outros Países América			TOTAL GERAL		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros de Bovino, Não Desossados, Frescos ou Refrigerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros de Bovino, Não Desossados, Frescos ou Refrigerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes Desossadas de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	0	0	0	8.080	3.323	0	0	0	0	4.077.838	4.882.358	1.637.478
0202.20.10 - Quartos Dianteiros Não Desossados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros Não Desossados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Peças Não Desossadas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55.683	218	58.570
0202.30.00 - Carnes Desossadas de Bovino, Congeladas	0	0	52.214	0	320.070	1.614.188	0	0	0	6.465.903	8.423.214	5.778.057
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis de Bovino, Frescas ou Refrigeradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70.599	43.146	9.413
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	40.070	84.058	13.811	0	0	0	0	169.786	55.717	41.070
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.850	6.251
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	73.806	8.593	21.036
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congeladas	0	0	212.086	0	0	0	0	0	0	756.602	831.034	490.747
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	50.000	0	11.662	0	0	0	0	0	0	50.000	0	11.662
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	60.438	168.072	30.800	0	0	0	2.513.281	3.914.979	3.113.061
Subtotal (1)	50.000	0	316.032	152.576	505.276	1.644.988	0	0	0	14.233.498	18.167.109	11.167.345
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	36.557	72.624	195.839	16.682	35.462	64.941	17.626	123.240	106.284	12.371.025	15.298.810	13.983.543
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.376	209.626
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	5.918	0	0	0	0	0	220.550	302.412	258.264
Subtotal (2)	36.557	72.624	195.839	22.600	35.462	64.941	17.626	123.240	106.284	12.591.575	15.666.598	14.451.433
TOTAL GERAL = (1) + (2)	86.557	72.624	511.871	175.176	540.738	1.709.929	17.626	123.240	106.284	26.825.073	33.833.707	25.618.778

Observação: Peso total das mercadorias em Kg.

Fonte: elaborado pelo autor, dados extraídos do Sistema Alice (BRASIL, 2002).

4.4 A CADEIA AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção apresenta-se a cadeia da carne gaúcha sob a ótica das agroindústrias exportadoras. Foram analisados os dados levantados na pesquisa, com o objetivo de descrever a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina gaúcha. Mas, antes de aprofundar no tema proposto, torna-se necessário caracterizar as empresas que foram entrevistadas e, que estão diretamente envolvidas nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul. As informações sobre as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G” foram obtidas a partir do questionário – seção II e Dados Complementares. Para ver as respostas das empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, consulte a Tabela 11.

Tabela 11 – Características dos frigoríficos exportadores de carne bovina e indústria de conservas do Rio Grande do Sul (questionário – seção II e VI).

Seções do Anexo 1	Questões	Empresas Entrevistadas				
		A	B	C	D	E
Dados Compl.	Localização	São Leopoldo	Farroupilha	Santana do Livramento	Sta Maria	S. Sebastião Cai Pelotas
	Número de Funcionários	60	100	400	150	750
II	Idade da Empresa (anos)	4	1,6	5	30	94
	Número de Planta (s) Industrial (is)	1	1	1	1	2
	Idade da Planta (s) Industrial (is)	2	40	85	30	-
	Capacidade Instalada de Abates	2000 animais/mês	350 animais/dia	1200 animais/dia	250 animais/dia	-
	Número de Abates /dia-atual	0	150	0	800 por semana	-
	Ociosidade Atual	100%	57%	100%	50%	-
	Capacidade de Estocagem da Câmara Fria (ton.)	150	100	5000	1500	-

Fonte: empresas: “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

A partir dos dados coletados na seção II e Dados Complementares do questionário, tornou-se possível ampliar a caracterização de cada uma das empresas estudadas. Desta forma, temos as seguintes empresas:

Agroindústria “A” – exportou seus produtos por dois anos consecutivos e atualmente não está exportando. Parou de exportar após o primeiro foco de febre aftosa, quando as fronteiras foram fechadas. O motivo de não voltar a exportar foi

pela interrupção dos os canais de comercialização, e principalmente, por causa do preço da carne bovina no mercado internacional que estava muito próximo do mercado interno. Assim, optou em trabalhar apenas com o mercado interno; sua planta está habilitada para trabalhar apenas com a Lista Geral¹⁹, seus principais produtos no mercado interno são os cortes tradicionais e processados; nos dois últimos anos lançou os seguintes produtos: *pront beef*, hambúrguer empanado, medalhão de carne congelada, lingüiça e *beef* empanado.

Agroindústria “B” – comercializa atualmente cerca de 20 cortes tradicionais no mercado estadual (77% da produção) e no mercado nacional (18%); exporta aproximadamente 5% da produção; não lançou nenhum novo produto nos últimos dois anos; sua planta frigorífica está habilitada para trabalhar apenas com a Lista Geral.

Agroindústria “C” – desenvolve as atividades de exportação há mais de cinco anos; comercializa atualmente em torno de 10 produtos industrializados e carne *in natura*, todos os cortes nacionais e internacionais a pedido do cliente; lançou dois produtos: o *corned beef* 6 lb e a língua enlatada 12 oz (onça) e 6 lb (libra), ambos voltados para o mercado externo, especificamente para os Estados Unidos, Canadá e Inglaterra; em 2000 enviou para o mercado internacional 52% da produção, ficando o mercado nacional e estadual com 48%; sua planta está habilitada para trabalhar com a quota Hilton²⁰ e Lista Geral;

Agroindústria “D” – iniciou suas exportações há dez anos atrás; comercializa atualmente cerca de 28 produtos - cortes tradicionais de carne *in natura*. Destina 80% dos produtos para o mercado municipal e estadual, 15% para o mercado nacional e 5% para as exportações; não lançou nenhum novo produto no mercado interno; sua planta está habilitada para trabalhar com a Lista Geral; principais produtos exportados são os miúdos de bovino;

¹⁹ A Lista Geral, segundo o SIPOA-RS, todos os países que aceitam a habilitação da planta frigorífica de acordo com as normas do SIF e importam produtos de origem bovina sem o envio de missões sanitárias para atestar as conformidades dos estabelecimentos.

²⁰ Cota Hilton – cota de importação de carne bovina resfriada (*chilled*) criada pela Europa na década de 70 para facilitar o suprimento das grandes redes de hotéis, restaurantes e outros. Os principais corte são alcatra, contra-filé e filé mignon (*rump and loin*). Atualmente a cota do Brasil é de 5.000 toneladas. Está sujeita a um imposto de importação de 20% sobre o valor do custo mais frete (C&F) e apresenta ágios significativos de preços em relação às demais carne *in natura* (MIRANDA, 2001). O Brasil está negociando para aumentar a cota atual.

Empresa “E” – possui mais de 100 produtos (considerar temperos, maioneses, extratos e outros) no mercado interno; exporta atualmente conservas de carnes, salsichas, *corned beef*, almôndegas, fiambre, extratos e outros; nos últimos dois anos não lançou nenhum novo produto; exporta de 8 a 10% da produção total, não revelando quanto produz e quando começou a exportar;

Empresa “F” – caracteriza-se como uma prestadora de serviços, conta com 8 funcionários (médias dos últimos 12 meses); atua no mercado de exportação de carnes há mais de 30 anos e atende grande parte dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul e outros estados;

Empresa “G” – especializada na importação e exportação de alimentos; atua no mercado internacional há mais de sete anos; conta com cinco funcionários (média dos últimos 12 meses); trabalha com grande parte dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul e outros estados.

Outros aspectos importantes caracterizados no questionário – seção II e dados complementares observados nas entrevistas foram:

- a forma de gestão – Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada é apresentada nas Agroindústrias “A”, “B”, “C” e “D” e nas empresas “F” e “G”. Já a empresa E é Sociedade Anônima;
- nenhuma das empresas pertence a grupo ou conglomerados;
- a origem do capital de todas as empresas é nacional e local;
- não possuem planta (s) industrial (is) em outros estados da União ou exterior, também não desenvolvem parcerias, exceto a empresa E, mas não em produtos de origem animal; e
- quanto à compra de máquinas e equipamentos nos últimos dois anos, apenas as agroindústrias “A” e “B” adquiriram equipamentos, ambas não mencionaram valores ou tipos de equipamentos.

De acordo com as informações colhidas nas entrevistas, os principais produtos exportados pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E” as quais fazem parte da cadeia agroindustrial da carne bovina do Rio Grande do Sul, estão descritos na a Figura 16 da seção 4.2, deste estudo. Nota-se que os produtos exportados por esta

cadeia podem ser classificados como uma “*commodity*”, pois os fatores não preços ainda são poucos trabalhados, conforme afirmam as Empresas “A”, “B”, “C” e “D”.

Para avançar na caracterização da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul, as respostas das outras seções do questionário, foram apresentadas na Tabela 12, que retrata a percepção que as empresas entrevistadas têm sobre a cadeia em estudo.

A Tabela 12 está fundamentada no referencial da seção 2.3, especificamente na Figura 8. As questões do questionário, seções III, IV, V, VI e VII foram selecionadas para auxiliar na caracterização da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul. A seção III procurou captar a percepção das empresas para construir o ambiente internacional do comércio da carne bovina; a seção IV foi voltada para ambiente interno da cadeia exportadora; a seção V procurou completar a seção IV e acrescentar a competitividade nas exportações; a seção VI procurou abordar as barreiras comerciais. Esta abordagem buscou entender o ambiente das exportações, e a seção VII procurou entender os aspectos gerais da cadeia agroindustrial da carne bovina do rio Grande do Sul, por exemplo, a relação produtor-agroindústria e outros aspectos.

De acordo com as respostas das empresas já apresentadas na Tabela 12 foi possível caracterizar a cadeia agroindustrial exportadora da carne bovina do Rio Grande do Sul e seus principais agentes, tendo sido mencionados:

Indústria de insumos – citada apenas pela empresa “A”, mesmo sendo responsável pelo fornecimento de recursos básicos para produção de animais, tais como defensivos, vermífugos, concentrados e material genético;

Produtor rural – é visto como um fornecedor de matérias-primas para a agroindústria. Neste sentido, a empresa “B” diz: “a participação do pecuarista começa e termina quando ele comercializa seus animais com agroindústria”. No mesmo sentido a empresa “C” diz: “estão preocupados em criar o boi no pasto, que é o normal”;

Tabela 12 – Respostas do questionário que subsidiam a caracterização da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Seção do questionário	Questões	Palavras-chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
III – Mercado Mundial da Carne Bovina	10 A – E	Mercado Mundial – consumo; segmentação de mercado; volume de vendas; controle ambiental; exigências sanitárias.	A – B – C – D – G	E	F
	10 F – G	Mercado Mundial – subsídios e acordo internacionais	A – B – C – G	D – E	F
	10 H – J	Mercado Mundial – concorrência internacional; concorrência da carne suína e aves.	A – B – C – D – G	E	F
	11	Ambiente Institucional Informal – normas ; tabus; costumes; convenções sociais.	A – B – C – D – F – G	E	-
	12	Ambiente Formal – legislação e normas de governos; barreiras comerciais.	A – B – C – D – E – F – G	E	-
	13	Negociações Internacionais – países; blocos econômicos; OMC.	A – B – C – F – G	D – E	-
IV – Exportação de Carne Bovina	15	Política de Brasileira de Exportação de Carne Bovina	A – B – C – F – G	D – E	-
	18	Produtos Exportados	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	20-21	Mecanismos de Negociações; Linhas de Financiamentos.	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	24	Documentação Exigida nas Exportações.	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	25	Fatores que Afetam as Exportações de Carne Bovina <i>In natura</i> .	A – B – C – G – F	D	E
	27	Políticas Públicas.	A – B – C – D – E – F – G	-	-
V – Competitividade nas exportações de Carne Bovina	28	Fator que determinam a Competitividade nas Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul	A – B – C – D – G	E	F
	29-30	Informações para Inovar e Desenvolver Novos Produtos.	A – B – C – D – E	-	F–G
	31	Entidades Apoio: Institutos de Pesquisas; Universidade; Centros Tecnológicos.	A – B – C – D – E	-	F–G
	36	Questão Ambiental	A – B – C – D – E	-	F–G
	37	Gestão da Qualidade	D – E	A – B – C	F–G
	38 – 39	Utilização de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Análise de Perigo e Pontos Críticos de Controle (HACCP).	A – B – C – D – E	-	F–G
VI – Identificação Classificação das Barreiras Comerciais	40	Barreiras Comerciais	A – B – C – D – E	-	F–G
VII – Aspectos Gerais	41 – 46	Portarias 304 e 145; Mercado Doméstico; SIF; Relação Pecuarista-Indústria-Varejo.	A – B – C – D	-	E - F - G

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Agroindústria – plantas frigoríficas legalmente habilitadas pelo Sistema de Inspeção Federal para comercializar seus produtos no mercado interno ou externo. Para exportar, estão sujeitas a serem inspecionadas pelos técnicos dos países importadores;

Mercado interno – segundo a empresa “A”, esse mercado pode ser dividido em dois. O primeiro diz respeito ao mercado da carne, representado por entrepostos, revendedores, atacadistas e varejo. Esse mercado não apresenta oscilações de preço e serve de referencial para o setor exportador. O segundo, é o mercado do boi, que apresenta oscilações na oferta de animais (sazonalidade). Esse mercado, por sua vez, interfere na rentabilidade das exportações, pois pode ocorrer variação no preço arroba, nos diferentes períodos do ano;

Trading Agent (agente de comércio exterior) ou Trading Company – apresenta-se como canal de distribuição dos produtos de origem bovina para o mercado externo. Caracteriza-se como um intermediário, não adquire os produtos de origem animal, apenas faz o contato entre as partes envolvidas na venda (agroindústria-comprador internacional). No caso do específico do Rio Grande do Sul, as empresas entrevistadas preferem trabalhar com agentes. Portanto, as empresas “A”, “B” e “E” preferem trabalhar com venda direta;

Consumidor final (mercado externo) – “conhecemos pouco o mercado interno e muito menos o mercado externo”, afirmam as empresas “A” e “C”. Essa expressão mostra a carência de estudos sobre o consumidor final ou país importador. Devem ser identificados os principais concorrentes e suas estratégias, pois o mercado externo apresenta-se dividido em aftósico e não-aftósico. Nos mercados não-aftósicos o Brasil não coloca seus produtos *in natura*, conseqüentemente o Rio Grande do Sul sofre a mesma ação. Como vencer esta barreira? Por outro lado, todas as empresas entrevistadas acreditam que os consumidores de carne bovina estão cada vez mais exigentes e preocupados com a segurança dos alimentos, procuram por produtos rastreados, rotulados, com certificados de origem, diferenciados ou de melhor qualidade.

Outro aspecto importante observado na cadeia de carne bovina gaúcha, diz respeito ao ambiente organizacional e institucional. No ambiente organizacional os principais agentes destacados pelos entrevistados foram:

Sistema financeiro – instituições financeiras que atuam com linhas de financiamento para exportações e operações de câmbio;

Ministério da Agricultura – SIF – atua como órgão anuente, responsável direto pela inspeção sanitária, entre outras normatizações. No que diz respeito às Portarias 304 e 145 do Ministério Agricultura, que disciplina a distribuição e vendas de carnes embaladas, tipificadas e desossadas, verificou-se que estas Portarias convergem para uma legislação comum no âmbito do Mercosul e outros países fora do bloco, conforme afirmação das empresas “A”, “B”, “C” e “D”.

O Sistema de Inspeção Federal, segundo a empresa “A” é bem estruturado, mas para a empresa “C” e “F” deixa a desejar, é lento, não está informatizado e, principalmente, não apresenta uma política de capacitação profissional para os seus técnicos (“estão parado no tempo”), gerando fortes entraves para a agroindústria exportadora.

Secretaria da Receita Federal – órgão responsável direto pelo controle da entrada e saída das mercadorias exportadas;

Transportes – empresas responsáveis pela movimentação interna e externa das mercadorias;

Despachante Aduaneiro – segundo a empresa “F”, é um agente nomeado por procuração para liberar a mercadoria de determinada empresa exportadora ou importadora junto à Receita Federal e outros órgãos;

Associações de classe – entidades que representam os interesses dos agentes envolvidos diretamente nas exportações de carne bovina (Sindicato dos Armadores, SICADERGS, Sindicatos dos Despachantes Aduaneiros, entre outros).

Normas de Qualidade e Normas Ambientais: - com relação ao ambiente institucional as empresa entrevistadas mencionaram que na medida em que aumentam as exigências dos importadores, estas vão sendo adotadas pelas empresas entrevistadas. Por exemplo, a Portaria do Ministério da Saúde – 1428/93, que exige de todas empresas alimentares a adoção das BPF (*Good Manufacturing Practices* ou Boas Práticas de Fabricação) e HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points* ou Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle). As normas

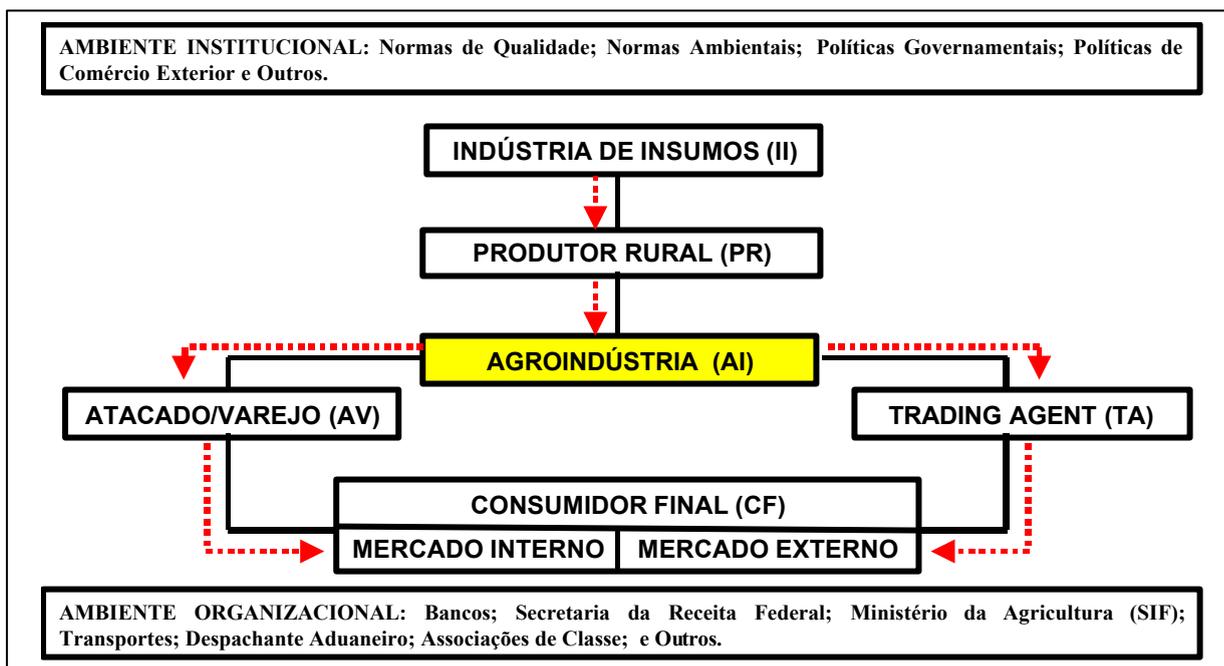
ambientais, como a ISO 14000, também estão sendo levadas em consideração no desenvolvimento de novos produtos;

Políticas públicas e de comércio exterior – são ações governamentais que fortalecem o setor exportador de carne bovina por meio de incentivos fiscais, investimentos, participações em feiras e seminários, criação de consórcios de exportações e outros, conforme afirmam as empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, muito embora as empresas “A”, “B” e “F” acreditem que não exista uma política externa específica para a comercialização de carne bovina;

Outros – na medida em que são criadas determinadas exigências dos importadores, novos agentes vão sendo anexados à cadeia da carne bovina do Rio Grande do Sul.

De uma maneira geral, as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G” perceberam apenas os agentes primários, ou seja, o relacionamento acontece entre os elos mais próximos: elos Indústria de Insumos-Produtor rural (II e PR); Produtor Rural e Agroindústria (PR e AI); Agroindústria-Atacado/Varejo (AI e AV); Agroindústria-*Trading Agent* (AI e TA); Atacado/Varejo-Consumidor Final Interno (AV e CF); e *Trading Agent*-Consumidor Final Externo (TA e CF), ficando os agentes especializados (despachante aduaneiro, embalagens, aditivos e outros) e entidades de apoio (sistemas de P&D, associações de classe, sistema sanitário e outros) em segundo plano. Isto demonstra claramente que os agentes têm uma visão incompleta da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul (ver Figura 23).

A Figura 23 foi estruturada a partir dos estudos realizados por Bliska e Gonçalves (1998). De acordo com as respostas das empresas foi possível caracterizar o ambiente institucional e organizacional. Também foram identificados os vários agentes que compõem os elos da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.



Legenda: → fluxo do relacionamento entre os atores da cadeia.

Figura 23 - Fluxograma da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina sob a ótica das empresas entrevistadas (visão incompleta)

Fonte: adaptado de Bliska e Gonçalves (1998, p. 165-166).

As empresas “A” e “C” destacam que a cadeia da carne bovina gaúcha é descoordenada e desorganizada, o que inviabilizaria o desenvolvimento de qualquer projeto a médio e longo prazo; os produtos não são padronizados; há desconfiança entre os agentes (oportunismo), falta união entre os elos da cadeia. O mercado interno não interfere nas exportações, mas serve como balizador para o setor exportador, completa a empresa “G”. A relação com produtor rural, segundo a empresa “C”, é conturbada e com o varejo também. A participação do pecuarista começa e termina quando ele comercializa seus animais com a agroindústria, conforme declarou a empresa “B”. Essas características talvez sejam os principais fatores de entrave para o desenvolvimento da cadeia em estudo, tais afirmações corroboram com estudos realizados por Bliska e Gonçalves (1998).

Outro aspecto importante relevante na caracterização da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul, diz respeito ao ambiente institucional mundial e organizacional. Quando questionadas sobre o ambiente institucional mundial, as empresas entrevistadas até admitiram a sua importância. Porém, as empresas “A”,

“B” e “G”, não acreditam que tais fatores possam afetar as exportações. No entanto, as empresas entrevistadas destacaram alguns desses agentes: sistema legal do país importador; tradições; e costumes; sistema político; regulamentações internacionais; políticas macroeconômicas; políticas setoriais governamentais e outros. Estes fatores deveriam ter sido comentados de acordo com a percepção das empresas entrevistadas, mas as mesmas não entraram no mérito desta questão e não opinaram sobre cada um dos itens acima citados. Essa falta de visão ou desconhecimento estão vinculados aos fatores sistêmicos apresentados por Coutinho e Ferraz (1994).

Segundo a empresa “F” a embalagem é um dos componentes mais importantes para as exportações, pois além de proteger os produtos durante a sua movimentação, também é necessário conhecer a legislação do país importador. A falta de novos modelos de embalagens plásticas e latas dificulta a diversificação de produtos, conforme afirma a empresa “E”.

Por todos os aspectos analisados, observa-se que as empresas “A”, “B”, “C” e “D” têm a sua produção mais voltada para o mercado interno, ficando as exportações em segundo plano. Elas trabalham apenas com cortes tradicionais, não lançaram produtos novos no mercado, com exceção da empresa “A”. A maioria das plantas agroindustriais (plantas frigoríficas) exportadoras de carne bovina está habilitada apenas para Lista Geral, desconhece a percepção do consumidor e o país importador e desconsidera o ambiente institucional mundial. Mediante esta descrição da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul, percebe-se que a visão que os agentes têm da cadeia é incompleta ou parcial, ratificando os estudos realizados por Bliska e Gonçalves (1998). Neste sentido, para a empresa “F”, não existe a preocupação de planejar todas as etapas, que se inicia com o estudo do mercado a ser explorado, passando pelo produtor de insumos, produtor rural, órgão de pesquisa e desenvolvimento, estudo sobre embalagens e outros elos que se façam necessários. Como diz o entrevistado da empresa “F”, “o mercado é dinâmico, em exportação tudo é dinâmico, amanhã tudo muda. O mercado gaúcho de carne bovina precisa desenvolver-se...”.

Portanto, conclui-se que os estudos desenvolvidos por Bliska e Gonçalves (1998) e outros mencionados na revisão conceitual sobre a cadeia da carne bovina

são compatíveis com as respostas apresentadas no decorrer da caracterização da cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.

4.5 A PERCEPÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS SOBRE O MERCADO MUNDIAL DA CARNE BOVINA

Nesta seção, caracteriza-se a percepção que as empresas entrevistadas têm sobre o mercado mundial de carne bovina, baseada no questionário, seção III (questões de 9 a 14), as quais abordam assuntos como demanda internacional de carne bovina, ambiente institucional formal e informal em nível mundial, estratégias para enfrentar negociações entre países, blocos econômicos e OMC e outros e contribuições para melhorar o desempenho das agroindústrias exportadoras de carne bovina. Foram abordadas também tendências sobre: consumo, segmentação de mercado, volume de vendas, controle ambiental, exigências sanitárias, subsídios, acordos internacionais, concorrência internacional, concorrência da carne de frango e suíno. Para consultar as respostas, escolheu-se palavras-chaves para facilitar a apresentação das questões na Tabela 13.

Tabela 13 – Respostas do questionário e numeração das perguntas que subsidiam a percepção da agroindústria exportadora sobre o mercado mundial da carne bovina.

Seção do questionário	Questões	Palavras-Chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
III – Mercado Mundial da Carne Bovina	9	Mercado Mundial da Carne Bovina	A – B – C – D	E – G	F
	11	Ambiente Institucional – normas; tabus; costumes; e convenções sociais.	A – B – C – D – G	E – F	-
	12	Ambiente Formal – legislação e normas de governo; barreiras comerciais.	A – B – C – D – F – G	E	-
	13	Negociações Internacionais – países; blocos Econômicos; e OMC.	A – B – C – G	D – E – F	-
	14	Medidas para Melhorar os Resultados da Agroindústria Exportadora.	A – B – C	D	E – F – G

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

As empresas “A” e “B” apresentam visões semelhantes sobre a demanda de carne bovina no mercado internacional. Consideram que a demanda mantinha-se estabilizada até o momento em que surgiu o primeiro caso de encefalopatia espongiforme bovina (BSE) ou doença da “vaca louca”. Ao ficar comprovado que o homem pode ser contaminado por consumir a carne bovina *in natura*, houve imediata redução no seu consumo. Recentemente, esse mesmo mercado voltou a enfrentar outro problema, os focos de febre aftosa em vários países da Europa e América do Sul, afetando ainda mais a comercialização da carne bovina no mercado internacional. A carne bovina continua perdendo mercado para as carnes concorrentes, como frango e suínos, por motivos, como preços ao consumidor, imagem vinculada a um alimento não saudável, entre outros.

Para a empresa “A”, o mercado europeu de carne bovina foi o mais afetado, descartando-se a possibilidade de ocorrer um aumento na produção de carne bovina, então a Europa ficará mais dependente do resto mundo, favorecendo ainda mais as exportações de países como Argentina, Brasil e Uruguai, principais fornecedores deste mercado. No entanto, a empresa “C” diverge desta visão: se o europeu estava consumindo pouca carne bovina, passou a consumir menos ainda, se as exportações de carne bovina estavam sendo afetadas por questões sanitárias, a tendência é cair ainda mais.

Com relação às questões ligadas ao ambiente institucional informal em nível mundial (normas, tabus, costumes, convenções sociais e outras), as empresas “B” e “D” afirmam que esse ambiente dificulta bastante, mas não disseram até onde. Já as empresas “A”, “C” e “G” não acreditam que tais fatores sejam determinantes nas exportações. Elas afirmam que isso vai depender da capacidade administrativa, gerencial e conhecimento do setor exportador da agroindústria. Neste sentido, as barreiras comerciais estão vinculadas ao ambiente institucional formal, especificamente, às exigências sanitárias e políticas governamentais.

O ambiente institucional formal mundial (legislação e normas de governos, barreiras comerciais), é interpretado pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “F” e “G” como mecanismo ou estrutura complicada de trabalhar. No entanto, não são as dificuldades aduaneiras e desembaraços aduaneiros que impossibilitam as transações comerciais. Para enfrentar esse ambiente é preciso ter representação

política, ser conhecedor da parte técnica e conhecer os mercados. Todas as barreiras podem ser derrubadas. No momento em que a cadeia da carne bovina ou *agribusiness* brasileiros estiverem bem representados, conseguir-se-á derrubar as barreiras comerciais e posicionar nosso produto no mercado internacional. “Por exemplo, o Canadá afirmou que o rebanho brasileiro tinha ‘BSE’, os trouxemos aqui e provamos que não passava de uma guerra comercial”, afirma a empresa “A”. Já as empresas “C” e “G” acreditam que é preciso manter um bom relacionamento com os organismos governamentais e com as empresas importadoras, pois somente essas têm o poder de amenizar atritos e extinguir as barreiras comerciais.

As negociações entre países, blocos econômicos e OMC são extremamente importantes, pois elas podem alavancar o desenvolvimento de uma cadeia produtiva e até mesmo a economia de um país. Porém, o que prevalece nessas rodas de negociações é a força econômica dos países ricos. Assim, países em desenvolvimento e com pouco poder de barganha devem defender a tese do bem-estar social e necessidade de reduzir desigualdades sociais. Essa talvez seja a melhor maneira de sensibilizá-los e fazer com que a força econômica não seja tão forte na hora de negociar com os países em desenvolvimento, sugere a empresa “A”. A empresa “C” sugere a implementação de parcerias comerciais e acordos entre e intrablocos.

Quanto à(s) medida(s) que poderiam contribuir para melhorar os resultados da agroindústria exportadora, a empresa “A” afirma que a redução dos subsídios externos tornaria a atividade muito mais rentável. Já a empresa “B” sugere maior divulgação da qualidade da carne bovina brasileira e maior apoio aos produtores rurais. Para a empresa “C”, o mais importante é a conscientização dos produtores rurais em acatar as exigências do mercado internacional de carne bovina, por exemplo, a rastreabilidade. O governo não deveria ceder tanto às pressões feitas por organismos internacionais. Quanto ao mercado interno, deveria trabalhar melhor as questões tributárias e sanitárias.

Outro aspecto importante levantado nas entrevistas, diz respeito à tendência do mercado mundial de carne bovina para os próximos anos. Para consultar respostas, ver Figura 24. Neste sentido, as empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “G” responderam ao bloco de perguntas, exceto a Empresa “E”, pois a mesma alegou

que o bloco de perguntas estava direcionado para as agroindústrias exportadoras (Frigoríficos Exportadores). Mesmo assim, fica caracterizada a visão das empresas respondentes sobre os seguintes fatores:

- a) **Consumo** – as empresas entrevistadas acreditam que o consumo aumentará. No entanto, para a empresa “A”, deve-se trabalhar uma estratégia para alterar a percepção do consumidor final. Caso contrário, aumento do consumo só com crescimento da população, que não irá refletir tanto. Já a empresa “B” acredita que a rastreabilidade ajudará a recuperar parte do mercado. A empresa “C” atribui o aumento ao crescimento da população, à renda, à faixa etária e outros. As empresas “D” e “G” apenas responderam que aumentará;

Seção do Apêndice B	Questão 10 Item:	Palavras-chaves das Questões	Empresas que Opinaram						NPP
			A	B	C	D	E	G	
III – Mercado Mundial da Carne Bovina	A	Consumo	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	B	Segmentação de Mercado	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	C	Volume de Vendas	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	D	Controle Ambiental	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	E	Exigências Sanitárias	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	F	Subsídios	→	→	→	→	NR	→	F
	G	Acordos Internacionais	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	H	Concorrência Internacional	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F
	I	Concorrência da Carne Suína	↑	↑	↑	↑	NR	→	F
	J	Concorrência da Carne Frango	↑	↑	↑	↑	NR	↑	F

Figura 24 – Tendências do mercado mundial da carne bovina na percepção da agroindústria exportadora do Rio Grande do Sul.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

↑ Aumentará; **↓** Diminuirá; **→** Permanecerá Inalterado

- b) **segmentação de mercado** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que a segmentação de mercado aumentará. É exatamente nesse ponto que a agroindústria deve oferecer um produto diferenciado e padronizado no mercado de carne bovina. Acredita-se que a segmentação seja uma necessidade, não uma possibilidade, afirma a empresa “A”. No entanto, a empresa “C” acredita que seja natural a agroindústria buscar novas alternativas para atrair o consumidor;

- c) **volume de vendas** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que o volume de vendas aumentará. As empresas “B”, “D” e “G” não comentaram. A partir do momento em que o consumidor recuperar a confiança no segmento de carne bovina, conseqüentemente haverá uma maior demanda por carne bovina, afirma a empresa “A” e “C”;
- d) **controle ambiental** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que o controle ambiental aumentará. As empresas “B”, “D” e “G” não comentaram. No entanto, para a empresa “C”, as organizações internacionais estão cada vez mais exigentes em relação ao controle ambiental. É indispensável manter a qualidade de vida nas áreas próximas à indústria. Acredita-se que cada vez mais, o aspecto meio ambiente influenciará nas negociações. O fato de combinar produção com o meio ambiente, sem causar danos ecológicos, ou seja, de acordo com o ecossistema, será uma exigência do consumidor, afirma a empresa “A”;
- e) **exigências sanitárias** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que as exigências sanitárias aumentarão. As empresas “B”, “D” e “G”, dizem que cada vez mais serão exigidas, com novas técnicas e novos padrões, como por exemplo, a rastreabilidade. Para a Empresa “C”, as exigências tendem a aumentar na medida em que as *epizootias* são desenvolvidas. Há receio de contágio das pestes em humanos pela ingestão da carne bovina. Neste sentido, a empresa “A” cita o caso da “BSE” que contaminou o ser humano. A população consumidora de carne bovina passou a ter receio sobre a sanidade da carne e cada vez mais vai exigir um alimento saudável e sem contaminantes;
- f) **subsídios** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que os subsídios permanecerão inalterados. As Empresas “B” e “G” dizem que o tema é complexo, está ligado a negociações entre governos, qualquer avanço ocorre somente com muitos esforços dos países e blocos. Já a empresa “C” diz, que deve haver grandes alterações a esse respeito, mesmo porque os organismos internacionais coíbem essa prática considerada desleal, mas nada acontece. Para a empresa “A”, o subsídio praticamente inviabiliza o comércio de carne mundial, por exemplo, uma

certa agroindústria gaúcha avaliou a produção de uma carcaça que a rede de *fast food* McDonald's exigia para alguns pesos de cortes e algumas características de cobertura de gordura. Chegou à conclusão que na atual condição que se encontra a economia brasileira é inviável a sua produção. No entanto, americanos e europeus conseguem produzir em virtude dos subsídios que têm, não em função da tecnologia, pois temos tecnologia para produzir a menor custo do que eles. A empresa "D" não comentou esse assunto;

- g) **acordos internacionais** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que os acordos internacionais aumentarão. A empresa "A", afirma que esses acordos são extremamente importante para o desenvolvimento do setor primário, principalmente o brasileiro. As negociações devem ser conduzidas de maneira equilibrada, pois em relação ao Mercosul as vantagens foram para a indústria, ficando o setor primário sem nenhuma vantagem. Neste sentido, para realizar o acordo da Área Livre de Comércio das Américas (ALCA) é necessário que haja uma redução dos subsídios e que os produtos agrícolas brasileiros não sejam tão taxados ao chegar no mercado americano. No caso da carne bovina, o país precisa urgentemente assinar acordos sanitários, caso contrário, continuará a não ter acesso ao mercado americano e japonês, afirma a empresa "G". Para a empresa "C" o aumento está ligado ao número de blocos comerciais que vem se formando. Não opinaram as empresas "B" e "D";
- h) **concorrência internacional** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que a concorrência aumentará. Os principais concorrentes da carne bovina no mercado mundial são a Argentina, a Nova Zelândia e o Uruguai. Por que esses países? O Brasil não coloca carne nos mercados não-aftósicos, no momento que estiver atuando nesses mercados, vai ter concorrência dos Estados Unidos da América e Austrália, afirma a empresa "A". Quanto à empresa "D", acrescenta que argentinos e uruguaios têm muito mais poder de barganha ao negociar a quota Hilton. As empresas "B", "C" e "G" não comentaram o assunto;

- i) **concorrência da carne de suíno** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que a concorrência da carne suína aumentará. No entanto, a empresa “C” diz acreditar que permanecerá inalterado. Embora o mercado de carne suína esteja em expansão, não vê a carne suína como uma ameaça ao mercado da carne bovina, pois surge apenas como uma variação e não como uma substituição. Já as empresas “A”, “B”, “D” e “G”, acreditam que o consumo da carne suína deve continuar crescendo. Esse mercado evoluiu muito e a propaganda da mesma tem sido positiva, ao contrário da carne bovina. Embora não participando do bloco, a empresa “F” emitiu o seguinte comentário: “acredito que a carne bovina concorre com a carne suína, pois a carne mais consumida no mundo é a suína” e
- j) **concorrência da carne de frango** – a maioria das empresas entrevistadas acredita que a concorrência da carne de frango aumentará. Para a empresa “D” é a concorrência o que mais preocupa, “está tomando conta do mercado de carnes. Esse segmento conseguiu montar a cadeia e um ciclo de produção bem definido. Isto não ocorre na bovinocultura. Realmente estão na frente”. A empresa “B” aponta a genética como fator positivo. Porém, acredita que a carne de frango não concorra com a carne bovina. Para a empresa “G”, a carne de frango está tendo maior aceitação, enquanto as carnes vermelhas têm aumentado a rejeição. Já a empresa “C” percebe que o aumento no consumo de carne de frango está relacionado ao fator preço. Neste sentido, pode ser que seja uma ameaça ao mercado de carne bovina.

Com relação às tendências do mercado mundial de carnes, as empresas entrevistadas apresentam opiniões bastante homogêneas, pois acreditam que o consumo aumentará; que a segmentação de mercado seja uma necessidade e não uma possibilidade de aumentar as vendas; que o controle ambiental é um dos fatores que sempre estará nas pautas de negociações internacionais, principalmente quanto a combinar produção com meio ambiente, sem causar danos ecológicos; que as exigências sanitárias certamente aumentarão, pois atualmente existe a preocupação com doenças que podem ser transmitidas ao homem pelo consumo da

carne, por exemplo, “BSE”. Assim, novos padrões e novas técnicas de controle sanitário serão exigidos, com objetivo de garantir uma alimentação sem contaminantes, resíduos químicos e outros. O subsídio é um dos itens que as empresas entrevistadas acreditam que permanecerá inalterado, pois dificilmente os países desenvolvidos deixarão de subsidiar as exportações e ajudar os produtores interno. Os acordos internacionais também devem aumentar, segundo os entrevistados, pois o setor da carne bovina precisa assinar acordos sanitários com os países desenvolvidos (EUA, Japão, etc.) e a concorrência internacional ficará mais acirrada. Para enfrentar essa situação é necessário ampliar as frentes de negociações internacionais. Quanto a carne suína e de frango, a tendência é de aumento, pois atualmente estão conseguindo passar para o consumidor uma imagem de alimento “mais saudável”.

As empresas entrevistadas apontam para o diferencial de preço como outro aspecto positivo para a concorrência. Conclui-se que as agroindústrias exportadoras de carne bovina percebem esses pontos como importantes para a atividade que desempenham, mas pouco se faz para reverter a situação apresentada, principalmente a que diz respeito a estudos de segmentação de mercados, nichos específicos, ações integradas de marketing, desenvolvimento de novos produtos voltados para o mercado internacional.

4.6 SISTEMATIZAÇÃO BUROCRÁTICA DA EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

A presente seção tem como objetivo descrever a sistematização burocrática para exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul. Essas informações foram coletadas junto às empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”. Neste sentido, a Tabela 14 caracteriza a participação das empresas estudadas. Compõem a Tabela 14, as questões 20 a 24 do questionário (seção IV), que subsidiam o processo de exportação, onde são abordados os seguintes temas: mecanismos de negociações nas exportações, linhas de financiamentos utilizados pelas empresas nas exportações, formas de pagamento, Incoterms mais utilizados nas exportações de carne bovina e documentação exigida nas exportações.

Tabela 14 – Resposta do questionário e numeração das perguntas que subsidiam o fluxo burocrático voltado para exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Seção do questionário	Questões	Palavras-Chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
IV – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul	20	Mecanismos de Negociações	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	21	Linhas de Financiamento	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	22	Formas de Pagamento	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	23	Incoterms	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	24	Documentos Exigidos	A – B – C – D – E – F – G	-	-

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Com base nas respostas das empresas entrevistadas, foram caracterizados o processo de comercialização e exportação da carne bovina, respectivamente. Esses processos são complexos e envolvem uma série de procedimentos, conforme menciona a empresa “F”. Porém, antes de descrever e representar o processo de comercialização e exportação, se faz necessário destacar alguns órgãos governamentais e agentes especializados levantados pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”, que estão diretamente envolvidos nas exportações:

Órgãos Gestores – Os órgãos governamentais citados nas entrevistas foram responsáveis diretos pela gestão das exportações, compostos pela **Secretaria da Receita Federal**, órgão responsável direto pelo controle da entrada e saída das mercadorias no país; pelo **Banco Central**, responsável pela política de controle cambial e instituições financeiras autorizadas a operar com câmbio, pela **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)**, responsável por controlar as operações do comércio exterior, como preços e quantidades das mercadorias exportadas, se o produto pode ou não ser exportado (Licença para Exportação), se é taxado ou não nas exportações (por exemplo, o couro *wet blue* tem tarifa de 9%, conforme afirmam as empresas “F” e “G”).

Órgãos Anuentes os quais são chamados apenas para emitir pareceres e vistoriar as mercadorias (MALUF, 2000). No caso da carne bovina, o **Ministério da Agricultura (SIF)** é responsável direto pela inspeção sanitária, emissão do certificado sanitário, entre outras normatizações, segundo Empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “F” e “G”. Assim, observa-se que a percepção das empresas entrevistadas conduz

à visualização do Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX (ver Figura 26).

Para poder exportar, a empresa deve estar habilitada junto à Secretaria da Receita Federal. Também deve estar inscrita no Registro de Exportadores e Importadores (REI). Esta inscrição lhe credencia a operar o SISCOMEX. Assim, segundo a empresa “F”, a agroindústria exportadora necessariamente não precisa ter acesso ao SISCOMEX, desde que contrate um Despachante Aduaneiro (DA). Este despachante é nomeado como seu representante, por meio de uma procuração, podendo providenciar a documentação necessária.

Os **Agentes Especializados** envolvidos nas exportações, e que foram mencionados durante as entrevistas foram o despachante aduaneiro, as transportadoras marítimas e rodoviárias, os corretores de câmbio, o trading agent, as embalagens e as Seguradoras.

O **Despachante Aduaneiro** pode ser caracterizado conforme descrito na seção 5.1. Já a **Transportadora ou Agência Marítima (Armador)** é responsável por transportar a mercadoria ao país destinatário. A Agência Marítima deve emitir o Conhecimento de Embarque ou *Bill of Lading* (B/L) (MALUF, 2000). A agroindústria exportadora de carne bovina ou despachante aduaneiro é obrigada (o) a enviar uma carta para Agência Marítima, onde fica acertada a data de embarque, a temperatura que a carne bovina deve viajar, se resfriada entre zero grau e menos 4°C, se congelada a menos 18° Celsius (0°F), etc. No caso da carne congelada ou resfriada existem contêineres especiais, chamados de *reefers*. Para transportar carne bovina enlatada pode-se utilizar o contêiner *Dry Box* de 20 ou 40 pés.

Com relação aos contêineres, se faz necessário avançar mais sobre o assunto, antes de passar ao tópico seguinte. As agroindústrias exportadoras de carne bovina devem planejar as suas vendas e reservar seus contêineres com antecedências, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, quando começam as exportações da safra das frutas, como a de maçã, que começa a ser exportada em grandes quantidades para a Europa. Esse aumento de demanda pelos contêineres *reefers* pode dificultar o fechamento de contrato de exportação de carne bovina, ocasionando perdas ou custos adicionais para agroindústrias exportadoras.

Outro aspecto importante a ser mencionado no frete marítimo é o tempo de trânsito (*transit-time*) de um navio. O Armador prefere trabalhar com mercados mais “próximos”, ou seja, com menor tempo de traslado e com regiões que possibilite retornar com cargas. Analisando-se quatro situações: a primeira refere-se a países da Europa, como por exemplo, Holanda ou Bélgica, que apresentam um *transit-time* de aproximadamente 30 dias, contando ida e volta. O aluguel de um contêiner *reefers* de 20 pés para esses países da Europa custa aproximadamente 1.800 dólares para a agroindústria exportadora. A segunda situação, quando a agroindústria exportadora de carne bovina despacha uma mercadoria para Extremo Oriente, como por exemplo, para Hong Kong, o *transit-time* é de 60 dias, contando ida e volta. Também deve-se mencionar que há dificuldades em obter frete de retorno. Assim, o Armador prefere trabalhar com outras rotas. A terceira situação, a região do Golfo, por ser considerada uma área de risco, onde pode ocorrer custo adicional no frete. A última situação refere-se aos países da África e mercado russo que são semelhantes aos do extremo Oriente, pois dificilmente há frete de volta. Assim, nos períodos mencionados (janeiro/fevereiro), os Armadores preferem trabalhar com frutas, pois esta mercadoria é exportada para países da Europa, representando maior arrecadação para a Agência Marítima.

Outros mercados estão se abrindo, como é o caso da Europa Oriental, mas existem dificuldades para exportar, pois países como Bulgária, Romênia e outros da mesma região, não constam das rotas regulares e não trabalham com contêineres *reefers*.

A embalagem é outro aspecto extremamente importante nas exportações e está diretamente relacionado com a ocupação do contêiner, pois o preço do frete é o mesmo, independente da utilização de sua capacidade máxima. Por exemplo, se a capacidade do contêiner (ver anexo 3) de 20 pés é de 28 toneladas, então o exportador deve se empenhar ao máximo para atingir essa tonelagem. A caixa que vai receber a mercadoria deve ser padrão e projetada para o tipo de contêiner que for usado. Caso contrário, não haverá um bom aproveitamento da capacidade do contêiner. Neste sentido, a mercadoria dentro da caixa deve ter acomodação e aproveitamento máximos. As carnes de frango e de cavalo são acomodadas utilizando as embalagens com maior racionalidade. Assim, a carne bovina precisa

desenvolver embalagens que melhor acomodem os cortes, de maneira que possa se dado um maior aproveitamento na ocupação dos espaços dentro da caixa. Outros fatores devem ser levados em conta, como a preferência do país por determinados cortes; por exemplo, o italiano gosta da bisteca, então deve-se olhar tamanho do corte, disposição dentro da caixa, manuseio da caixa e, principalmente, ajustar-se ao gosto do cliente. Porém, deve o exportador ter a preocupação de não ficar refém do mercado importador, destacam as empresas “C” e “F”.

Para países que compõem o Mercosul, a melhor opção para transporte de carne bovina é o rodoviário, pois apresenta basicamente menor custo e maior agilidade, pois o tempo de deslocamento da carga é menor. Para o Chile, o maior importador da carne bovina *in natura* do Rio Grande Sul, o mais aconselhável é o transporte rodoviário, especificamente por carretas frigoríficas, pois todas as rotas marítimas são via Oceano Atlântico, tendo que ir ao Canal do Panamá, tornando o frete mais caro e aumentando o tempo de deslocamento da carga. Quanto ao transporte ferroviário, até poderia ser a melhor opção, mas atualmente não atende ao setor de carnes, pois a falta de investimento nesse tipo de modal levou à atual defasagem do sistema ferroviário, conforme afirmam as empresas “C”, “F” e “G”.

Em relação ao agente especializado denominado **Corretor de Câmbio**, nem sempre seus serviços são contratados. Geralmente, o próprio exportador negocia o contrato de câmbio direto com o banco que já está habitualmente acostumado (MALUF, 2000).

Já o **Trading Agent**, certamente é o canal de distribuição mais utilizado pelo setor de carnes. Segundo as empresas “F” e “G”, para efetuar vendas no exterior, a agroindústria exportadora precisa deste tipo de serviços, pois são poucas as agroindústrias exportadoras que conseguem trabalhar com vendas diretas. Essa é uma das deficiências que o mercado exportador de carne bovina apresenta, talvez seja uma questão cultural ou falte visualizar oportunidades de negócios no comércio internacional.

Agências Seguradoras – raramente são feitas apólice de seguro em qualquer produto. No caso da carne bovina, principalmente, é raro haver seguro. Assim, quando a agroindústria fecha um contrato de exportação, já são estabelecidos os *Incoterms* a serem utilizados, que geralmente são o Custo e Frete

(CFR) ou Livre a Bordo (FOB), e, em alguns casos, o Custo, Frete e Seguro (CIF). O uso destes *Incoterms* caracteriza que o frete combinado é pré-pago (*Prepaid Freight*). Essa visão coincide com os estudos realizados por Simões e Ferreira (2000)

Após a descrição dos agentes, outros aspectos que merecem atenção nas exportações de carne bovina são os mecanismos de negociações (comercialização). Neste sentido, a Figura 25, representa os mecanismos de negociações ou canais de distribuição, os quais podem ser divididos em venda direta ou indireta. No entanto, a venda direta é a mais utilizada pela agroindústria exportadora de carne bovina.

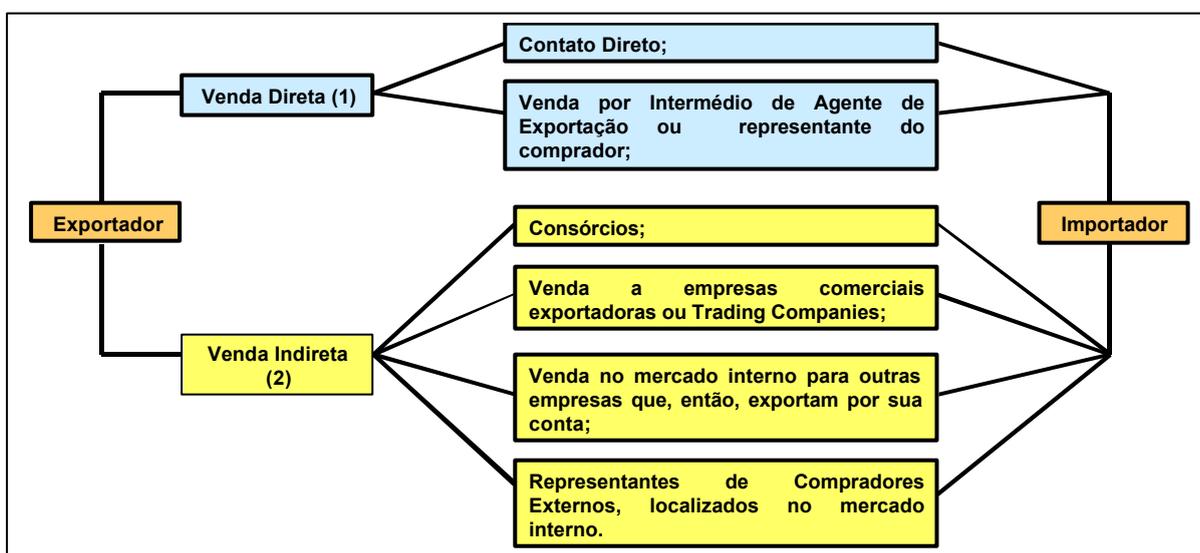


Figura 25 – Caracterização dos mecanismos de comercialização da carne bovina do Rio Grande do Sul

Fonte: adaptado de Banco do Brasil S./A.(2003).

Com base na definição dos agentes e caracterização dos mecanismos de negociações (comercialização) envolvidos nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul, é possível avançar no processo de exportação. Porém, antes é necessária a apresentação de uma síntese do processo de exportação, segundo as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”:

1º Passo – venda para o cliente: através de um contrato de venda;

2º Passo – produzir a mercadoria; em seguida começa o processo de embarque. Caso opte por trabalho especializado, entrar em contato com o

Despachante Aduaneiro para acertar prazos, escolher navio ou transporte rodoviário de carga e demais procedimentos necessários;

3º Passo – envolve a Agência Marítima, fixar a data de embarque; a transportadora carrega o contêiner para o local estabelecido e o carregamento pode ser na origem ou até mesmo no local de embarque. Geralmente é feito na origem, onde o custo é menor;

4º Passo – colocar a mercadoria no porto; o Despachante Aduaneiro providencia a documentação necessária para exportação da mercadoria. O contêiner é vistoriado pelo Ministério da Agricultura, que carimba uma via do Certificado Sanitário e entrega para a Secretaria da Receita Federal (SRF), que desembaraça a mercadoria; concluídos os trâmites junto à SRF, o contêiner está liberado para o embarque. O passo seguinte é entregar o contêiner à autoridade portuária.

Com relação ao processo de exportação descrito anteriormente, observa-se que existe um rito burocrático, onde os documentos caminham em paralelo a cada fase. Assim, a fase mais problemática das exportações é a parte documental. Por exemplo, quando envolvem Carta de Crédito (CC) ou *Letter of Credit* (L/C), os bancos fazem suas análises e, dependendo da interpretação de cada banco podem aparecer discrepâncias²¹ ou erros no preenchimento dos documentos. Assim, cada erro cometido pelo despachante aduaneiro pode custar 50 dólares ou mais. Outro exemplo, se o exportador estiver negociando embarque com CC e cometer erros no conhecimento de embarque (B/L), por mais simples que seja, o Despachante Aduaneiro é obrigado a corrigir o B/L, pelo que a Agência Marítima cobra 50 dólares. Para efetuar a correção, caso cometa três ou mais erros, pagará 200 dólares, diz o entrevistado da empresa “F”.

Os documentos que são exigidos nas exportações de carne foram obtidos por meio da questão 24 do questionário (seção IV). As empresas que opinaram (ver Tabela 14), apontaram como necessários os seguintes documentos:

²¹ Segundo Maluf (2001), discrepância é a existência de qualquer dado, informação, documento, instrução e ação que esteja em desacordo com o que estiver estabelecido no crédito documentário, ou seja, carta de crédito. As discrepâncias podem ser solúveis – podem ser resolvidas sem maiores problemas; e insolúveis – que não tem solução, a não ser que haja uma emenda ou que o importador, através do banco emissor libere a discrepância. Ex. embarque fora do prazo.

- a) **RE** – Registro de Exportação (pode ser solicitado pelo Despachante Aduaneiro ou pela própria empresa), gera a DDE;
- b) **DDE** – Declaração de Despacho Aduaneiro ou **SD** – Solicitação de Despacho; a DDE mais Nota Fiscal e outros documentos são enviados para a Secretaria da Receita Federal (SRF); no caso da carne bovina deve-se anexar uma cópia do **Certificado Sanitário** (emitido pelo MA-SIF);
- c) **Fatura Pro Forma** – nem todos pedem este tipo de documento, depende com de quem está negociando ou importando a mercadoria. Caso haja conhecimento e confiança, essa fase pode ser eliminada;
- d) **Conhecimento de Embarque Marítimo (B/L – Bill of Lading)** – é uma nota fiscal que o Armador fornece para o exportador, confirmando o embarque da mercadoria;
- e) **Fatura Comercial** – documento emitido pelo exportador que auxilia no desembaraço da mercadoria;
- f) **Romaneio de Embarque (Packing List)** – documento emitido pelo exportador que auxilia na movimentação da carga, na identificação das mercadorias e na conferência por parte do importador; nem sempre é pedida;
- g) **Certificado de Origem** – depende de exigência do importador ou país para onde a mercadoria está sendo embarcada. A finalidade deste certificado é atestar que as mercadorias são originárias do país. Pode ser solicitado ou não;
- h) **Certificado Sanitário** – documento emitido pelo Ministério da Agricultura – SIF, que certifica as condições sanitárias e de salubridade da carne bovina;
- i) **Contrato de Câmbio** – é realizado após ter sido feita toda a documentação, faz o contrato antes e fecha o câmbio depois.
- j) **Certificados Adicionais** – Solicitação de Análises Laboratoriais para Produtos Industrializados (carne enlatada), fornecimento de

especificações dos insumos no processo produtivo (conservantes, antibióticos e outros). Como exemplo, alguns países árabes exigem exames para detectar índices de radioatividade.

Outro aspecto importante nas exportações diz respeito à forma de pagamento. As empresas entrevistadas citaram as seguintes modalidades de pagamento: pagamento antecipado, cobrança e carta de crédito. As mesmas afirmam que, para cada negociação, pode ser usada uma dessas modalidades de pagamento, dependendo do agente, empresa importadora e das exigências do país importador. No caso da carne bovina, a modalidade mais utilizada é a carta de crédito. Para as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”, essa modalidade de pagamento oferece maiores garantias.

A carta de crédito (CC) ou *Letter of Credit* – L/C, apresenta o seguinte processo: o importador abre o crédito no banco de seu país. Logo depois, o banco do importador emite a Carta de Crédito para o banco do exportador, que comunica o crédito ao exportador. O exportador providencia o despacho da mercadoria e depois envia os documentos para o banco do exportador, o qual efetua o pagamento. Por último, o banco do importador recebe a documentação do banco exportador e reembolsa o importador, que providencia a liberação da mercadoria. Esse roteiro básico apresentado reflete a percepção das Empresas “A”, “C”, “F” e “G”, assemelhando-se aos estudos de Maluf (2000).

A modalidade pagamento antecipado (*Advanced Payment*) está relacionada diretamente à confiança que existe entre os negociadores. Geralmente o adiantamento é de 30% do valor da operação, mas depende muito do grau de confiança entre as partes (Maluf, 2000). No caso da carne bovina, devido à sazonalidade do boi, escala de abates e outros fatores, fica difícil de trabalhar com essa modalidade de pagamento em virtude dos prazos de embarque. O processo apresenta as seguintes fases: o importador faz a remessa parcial; em seguida, o exportador despacha a mercadoria e envia documentação para o importador; de posse da mercadoria o importador paga o restante, conforme afirmam as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”.

A cobrança à vista (*Sight Draft*) é outra modalidade de pagamento. Segundo a empresa “F”, essa modalidade de pagamento raramente ocorre na carne bovina,

mas isso está diretamente ligado à forma de negociação. O processo da cobrança segue as seguintes etapas: o exportador emite os documentos para o banco de seu país e despacha a mercadoria. Em seguida o banco do exportador emite documento de cobrança para o banco do importador, que por sua vez, emite documentos de cobrança para o importador providenciar o pagamento e a liberação da mercadoria. Após, o banco importador emite ordem de pagamento para o banco do exportador, que efetua o pagamento para o exportador. Alguns importadores pedem cópias dos documentos e certificado de sanidade (original), para dar andamento ao processo de desembaraço, pois o importador tem apenas 3 ou 5 dias livres (*free time*) para liberar a mercadoria. Caso contrário, são pagas taxas adicionais por tempo de permanência no porto.

Com relação a linhas de financiamento exclusivas para as atividades de exportação, as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G” citaram: Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Adiantamento de Contrato de Câmbio após Embarque (ACE), Linhas do BNDES e PROEX. A maioria das empresas entrevistadas deram destaque apenas para ACC e ACE, pois para o segmento de carne bovina são as mais fáceis de trabalhar. Quanto ao PROEX, segundo a empresa “F”, serviu apenas para financiar a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), ou seja, beneficiou os grandes tomadores. Os pequenos frigoríficos exportadores, no presente caso, nunca foram atingidos por esse tipo de incentivo.

O ACC e ACE permitem ao exportador antecipar o recebimento do valor das exportações. A diferença entre o ACC e ACE é que no primeiro o adiantamento é antes de embarque e no segundo é pós-embarque. Assim, o ACC está mais voltado para produção e ACE para a comercialização, conforme afirmam as empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Outro agente que em alguns casos estão envolvidos nas exportações é o NVOCC – *Non Vessel Operating Common Carrier*. Trata-se de empresas que eventualmente fazem o papel das Agências Marítimas ou Armadores, ou seja, são transportadoras não proprietárias de navios para operação compartilhada. A atuação do NVOCC descrita pela empresa “F” apresenta o seguinte funcionamento: a empresa deseja despachar cinco toneladas de uma mercadoria qualquer para Hong Kong, mas essa quantidade não completa um contêiner; então o NVOCC entra em

contato com esta empresa para transportar a mercadoria e acerta o frete a 1.000 dólares. Assim, o NVOCC acerta o frete com o Armador e fecha um contêiner para Hong Kong a 800 dólares, com um ganho de 200 dólares (os valores apresentados foram apenas para ilustrar a situação). O NVOCC (“agenciador de frete”) libera o B/L antecipado, mas os riscos da operação ficam por conta do exportador. Se a mercadoria não embarcar ou acontecer algo, a seguradora não cobrirá a operação (caso tenha seguro). Um exemplo ocorrido: uma agroindústria exportadora de carne bovina embarcou a carga e fez a operação via NVOCC, pegou o B/L antecipado, foi ao banco e fez uma ACE; a mercadoria a ser transportada era carne bovina resfriada, mas o Armador não foi comunicado sobre os procedimentos de transporte da mercadoria, e congelou a carne bovina. Neste caso, o exportador perdeu, pois o pedido do importador era carne bovina resfriada e não congelada. Porém, ressalte-se que nem todas as operações do NOVCC são erradas, ficando o alerta para o risco da operação.

A Figura 26 caracteriza o processo de exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul, a partir das respostas obtidas nas entrevistas, algumas delas já apresentadas. Destacam-se os agentes que compõe o SISCOMEX, os agentes que estão envolvidos nas exportações, os documentos exigidos para exportação de carne bovina *in natura*, as formas de pagamentos e linhas de financiamentos, específicos para o setor da carne bovina. A Figura 26, foi construída com base nos depoimentos das empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

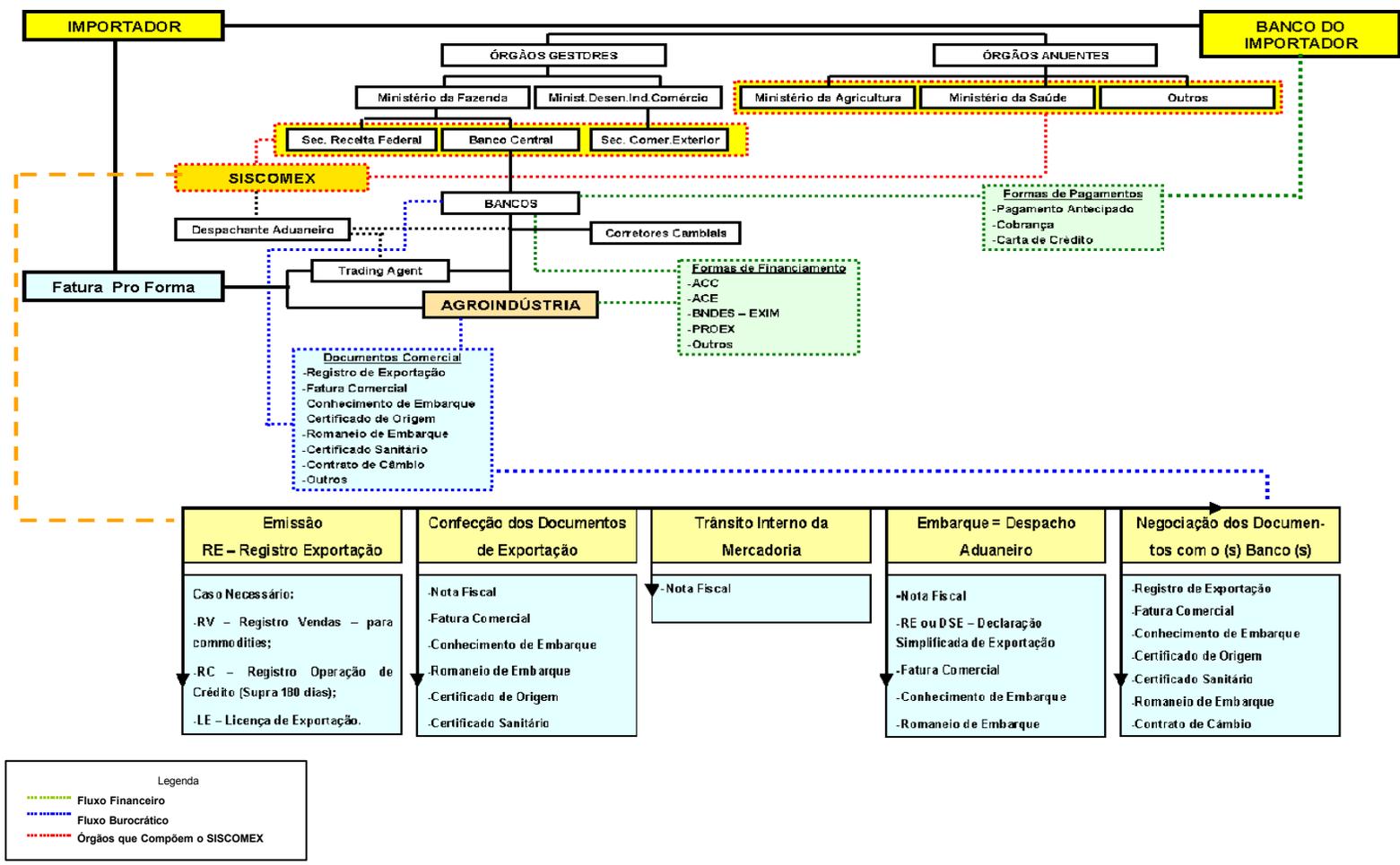


Figura 26 – Fluxo burocrático para exportação de carne bovina do Rio Grande do Sul
 Fonte: Empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

Portanto, é complexo e dinâmico trabalhar com exportações, pois a agroindústria exportadora está conectada a uma rede, onde cruzam-se informações de todos os agentes envolvidos na operação de exportação, seja da Secretaria da Receita Federal, Sistema Financeiro, SIF, Agência Marítima, Corretores de Câmbio *Trading Agent* e outros. Assim, quando se está exportando, tem que se negociar o com Armador o melhor frete; ver se a venda é FOB ou não; procurar atender as exigências do importador e do país para onde se está exportando; saber o custo rodoviário para trazer a mercadoria até o porto; saber o custo de um contêiner (completo ou não) para o país que está se enviando as mercadorias; criar meios e qualificar pessoas para atuar nesses mercados; ter bom conhecimento documental; aprender a monitorar o mercado interno e externo. Enfim, como dito anteriormente, exportação é dinâmica, é preciso evoluir.

4.7 FATORES QUE INTERFEREM NAS PRÁTICAS DE EXPORTAÇÃO DA CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta subseção são analisados os dados levantados na pesquisa de campo com objetivo de caracterizar o ambiente que envolve as exportações de carne bovina. No questionário (seção IV), as questões de 15 a 27, abordam os temas expostos na Tabela 15, com suas palavras-chaves: política brasileira de exportação de carne bovina, tempo de atuação nas exportações de carne bovina, principais produtos exportados, critérios de distribuição de quotas para exportação de carne bovina, principais mecanismos de negociações utilizados nas exportações, linhas de financiamento exclusivos para exportações de carne bovina, principais formas de pagamento utilizadas nas exportações de carne bovina, Incoterms utilizados nas exportações de carne bovina, principais documentos exigidos nas exportações de carne bovina, fatores que afetam as exportações de carne bovina *in natura* no Rio Grande do Sul, fatores considerados na formação do preço para o mercado internacional de carne bovina e fatores relacionados a políticas públicas para exportação de carne bovina.

Tabela 15 – Resposta do questionário – Seção IV – exportações da carne bovina do Rio Grande do Sul.

Seção do Questionário	Questões	Palavras-Chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
IV – Exportações de Carne Bovina	15	Política de Brasileira de Exportação de carne bovina	A – B – C – F – G	D – E	-
	16	Tempo de Atuação da Empresa em Exportação de Carne Bovina	A – B – C – D – F – G	E	-
	17	Cotas de Exportação	A – B – C – D	-	E – F – G
	18	Produtos Exportados	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	19	Critérios de Distribuição de Cotas	A – B – C – D	-	E – F – G
	20	Mecanismos de Negociações	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	21	Linhas de Financiamento	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	22	Formas de Pagamento	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	23	Incoterms	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	24	Documentos Exigidos	A – B – C – D – E – F – G	-	-
	25	Fatores que Afetam as Exportações de Carne Bovina <i>In natura</i> .	A – B – C – F – G	D	E
	26	Fatores Considerados na Formação do Preço para o Mercado Internacional	A – B – C – G	D – E	F
27	Políticas Públicas.	A – B – C – D – E – F – G	-	-	

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Com relação à política brasileira de exportações de carne bovina, as empresas “A” e “F” acreditam que não exista. “Na realidade, o setor de carne bovina do Brasil é representado no exterior por *brokers* holandeses, italianos e alemães que compram a carne bovina do Brasil e revendem na Europa. Recentemente, algumas agroindústrias exportadoras de carne bovina do Brasil estiveram no Salão Internacional de Alimentos (SIAL²²), com sede na França, fizeram churrasco e divulgaram nossos produtos, mas efetivamente, se faz pouco, em nível comercial. Atualmente, quem faz política de comercialização de carne bovina são americanos e australianos. Houve caso de vaca louca no Japão? Sim, imediatamente os americanos levaram uma campanha de marketing para dizer ao povo japonês que não é perigoso comer carne bovina americana. Então, quais são as estratégias

²² SIAL – Salão Internacional de Alimentos, sede na França, *site*: www.sial.fr.

brasileiras para colocar o produto nacional no mercado internacional, efetivamente nenhuma”. Para a empresa “C” é necessário ressaltar a incompatibilidade política dentro do próprio governo, seja Federal e/ou Estadual, prejudicando o processo de exportação. As divergências de informações e o tráfico de influências acabam por desestruturar o trabalho de empresa que queira se estabelecer. Já a empresa “G” afirmou que o Governo Federal tem atuado na abertura de novos mercados. As empresas “B”, “D” e “E” não opinaram sobre esta questão.

Quanto ao tempo de atuação no mercado de exportação de carne bovina, a empresa “A” relatou ter exportado apenas por dois anos consecutivos. Parou de exportar após o primeiro foco de febre aftosa, quando as fronteiras foram fechadas. O motivo de não ter voltado a exportar foi devido ao fato de ter sido interrompido o canal de comercialização que tinha, e quando retornou, os preços internacionais da carne bovina estavam basicamente próximos ao do mercado interno, não compensando realizar as exportações. Já a empresa “B” sempre exportou, enquanto a empresa “C” exporta há mais de cinco anos, a empresa “D” há mais de dez anos, a empresa “G” trabalha com exportações há mais de sete anos e a empresa “E” não respondeu.

Outro aspecto importante diz respeito às quotas de exportações. As empresas “A”, “B” e “D” têm as suas plantas frigoríficas habilitadas para trabalhar com a Lista Geral. Já a empresa “C” está habilitada para trabalhar com a Lista Geral e Quota Hilton. Quanto à distribuição de quotas, para Lista Geral não existe critério, basta apenas ser credenciado pelo SIF. Para a Quota Hilton, a distribuição é feita através do número de animais abatidos e as toneladas exportadas no ano anterior. As empresas que tiveram melhor desempenho nas exportações de carne bovina do ano anterior garantem maior porcentagem.

De acordo com as informações colhidas nas entrevistas, os principais produtos exportados pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”, os quais fazem parte da cadeia da carne bovina do Rio Grande do Sul, são os apresentados na seção 4.2.

O mecanismo de negociações utilizado pela maioria das empresas entrevistadas (“A”, “B”, “D” e “E”) nas exportações de carne bovina é a venda direta por intermédio de agente de exportação (*Trading Agent*) ou representante local. A empresa “C”

justifica, dizendo que o lucro da agroindústria exportadora de carne bovina é baixo, por isto, desenvolveram uma parceria com uma *Trading* brasileira para vender seus produtos no exterior.

As linhas de financiamento mais utilizadas pelas agroindústrias exportadoras de carne bovina citadas durante as entrevistadas foram o adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), embora conheçam as outras linhas de financiamento, como o BNDES, PROEX.

A agroindústria exportadora de carne bovina utiliza-se de várias modalidades de pagamento. A decisão de optar por uma ou outra modalidade depende da negociação e do grau de confiança entre as partes. As mais mencionadas no decorrer das entrevistas foram: pagamento à vista (empresas “A”, “C”, “E”, “F” e “G”); carta de crédito (empresas “B”, “C”, “D”, “E” e “F”), a prazo, via Letra de Câmbio, (empresas “C” e “E”), pagamento antecipado, (empresa “E”). Nestas negociações, também ficam acertadas as obrigações e deveres da agroindústria exportadora e importador, que são os chamados *International Commercial Terms* (Incoterms).

De acordo com as respostas das empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G” os Incoterms mais utilizados nos acordos de obrigações e deveres nas exportações de carne bovina são apresentados na Figura 27. Deve-se destacar que o CIF raramente é utilizado, pois dificilmente ocorre a contratação de seguros nas exportações de carne bovina. Neste sentido, os contratos de exportações de carne bovina são fechados com base em FOB e CFR. Essa afirmação iguala aos estudos de desenvolvidos por Simões e Ferreira (2000).

Tipos de Incoterms
CIF – <i>Cost, Insurance and Freight (...named port of destination)</i> ou Custo, Seguro e Frete (...porto de destino designado);
FOB – <i>Free on Board (...named port of shipment)</i> ou Livre a Bordo (...porto de embarque designado);
CFR – <i>Cost and Freight (...named port of destination)</i> ou Custo e Frete (...porto de destino designado).

Figura 27 – Tipos de *incoterms* mais utilizados nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F” e “G”.

Também relevante nas exportações é a parte documental. Os documentos exigidos para embarcar a carne bovina, segundo as empresas entrevistadas são o RE – Registro de Exportação, a DDE - Declaração de Despacho Aduaneiro, a Fatura Pro Forma, o Conhecimento de Embarque Marítimo (B/L – *Bill of Lading*), a Fatura Comercial, o Romaneio de Embarque (*Packing List*), o Certificado de Origem, o Certificado Sanitário, os Certificados Adicionais, o Contrato de Câmbio e outros, se necessário.

Com relação aos fatores que afetam as exportações de carne bovina *in natura* do Rio Grande do Sul, os mais citados pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “G” foram apresentados na Figura 28, onde os itens estão relacionados em ordem decrescente de importância. O critério utilizado para a classificação foi pelo número de vezes que foram assinalados no questionário de entrevistas, questão 25 do questionário (seção IV).

Observa-se que os fatores não preço (design e marca, informações do produto, propaganda, etc.), as questões sanitárias do Brasil, sazonalidade (volume de abate) e as exigências sanitárias externas foram os quatro itens mais valorizados pelas agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a política cambial e as questões tributárias ficaram nas últimas posições. Essa situação pode ter sido influenciada pela recente crise que o setor da bovinocultura gaúcha enfrentou em 2001, com a febre aftosa. Talvez, em uma outra situação, a ordem dos fatores teria sido diferente. No entanto, esse posicionamento expõe o desconhecimento dos fatores sistêmicos aprestados por Coutinho e Ferraz (1994), os quais afetam diretamente a competitividade dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Fatores que Afetam as Exportações de Carne Bovina <i>In Natura</i> do Rio Grande do Sul
<ul style="list-style-type: none"> • Fatores Não Preço (design e marca, informações do produto, propaganda, etc.); • Questões Sanitárias do Brasil; • Sazonalidade (volume de abate); • Exigências Sanitárias Externas; • Preços no Mercado Internacional; • Canais de Distribuição; • Protecionismo; • Preços Domésticos; • Entraves Burocráticos; • Desembaraço Aduaneiro; • Política Cambial • Questões Tributárias.

Figura 28 – Relação dos fatores que afetam as exportações de carne bovina *in natura* do Rio Grande do Sul

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “G”.

Como mencionado anteriormente, o fator preço afeta as exportações. Ao formar o preço para o mercado internacional, as empresas entrevistadas têm raciocínios semelhantes. Normalmente, se faz uma cotação internacional e depois é calculado o custo de produção. Esse preço é formado pelo custo da matéria-prima (80%) mais custos inerentes ao processo de produção (20%) como mão de obra, embalagens, custos de despachos aduaneiros e de transporte, afirmam as empresas “A” e “C”. Segundo a empresa “C”, deve-se “fazer uma análise dos cortes que estão encalhados e ajustar ao preço internacional, pois o mercado determina o preço, vendemos porque precisamos”. Essa conclusão é semelhante à da empresa “G”, a qual afirma “é um tema clássico de mercado, ou seja, oferta e demanda”.

Por último, foram analisados os fatores que estão diretamente relacionados às políticas públicas e que interferem no desempenho das exportações de carne bovina. Segundo as empresas entrevistadas, a atuação do Governo Federal ou Estadual deve estar voltada para as seguintes ações: missões, participações em feiras e seminários, (dito pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”); consórcios de exportação (dito pelas empresas “A”, “C”, “E” e “F”); infra-estrutura (energia, telecomunicações e etc.) (dito pelas empresas “B”, “F” e “G”); logística – canais de escoamentos (vias) (dito pelas empresas “E”, “F” e “G”). Esses fatores citados pelas

empresas coincidem com os fatores sistêmicos apresentados por Coutinho e Ferraz (1994).

4.8 A PERCEPÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A COMPETITIVIDADE

Esta subseção tem como objetivo caracterizar a percepção das empresas entrevistadas sobre a competitividade nas exportações de carne bovina. No questionário (seção V), as questões de 28 a 39, abordam temas que compõem a Tabela 16 com suas palavras-chaves: fatores que determinam a competitividade das exportações de carne bovina; as dificuldades encontradas pelas agroindústrias no desenvolvimento de novos produtos; como as agroindústrias buscam informações para inovar produtos, processos e transferir tecnologia; os serviços que a agroindústria busca junto a Institutos de Pesquisas, Universidades e Centros Tecnológicos para melhorar o desempenho nas exportações de carne bovina; as oportunidades de treinamento/aperfeiçoamento que oferece aos seus profissionais; as estratégias preconizadas na agroindústria para alavancar as exportações; estratégias para internacionalização da agroindústria; industrialização de produtos e barreiras comerciais; se considera as questões ambientais no desenvolvimento seus produtos; se desenvolve gestão da qualidade; se utiliza Boas Práticas de Fabricação; se utiliza o sistema APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle.

Tabela 16 – Respostas do questionário – seção V – competitividade nas exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul

Seção do Apêndice B	Questões	Palavras-Chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
V – Competitividade nas Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul	28	Fator que determinam a Competitividade nas Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul	A – B – C – D – G	E	F
	29	Desenvolvimento de Novos Produtos	A – B – C – D – E	-	F – G
	30	Informações para Inovar Produtos, Processos e Transferência de Tecnologia	A – B – C – D – E	-	F – G
	31	Entidades Apoio: Institutos de Pesquisas; Universidade; Centros Tecnológicos.	A – B – C – D – E	-	F – G
	32	Capacitação Profissional	A – B – C – D – E		F – G
	33	Estratégias para Alavancar as Exportações	A – B – C – D – E – G	-	F
	34	Estratégia para Internacionalização	A – B – C – D – E	-	F – G
	35	Industrialização de Produtos; e Barreiras Comerciais.	A – B – C – D – E – G	-	F
	36	Questão Ambiental	A – B – C – D – E	-	F – G
	37	Gestão da Qualidade	A – B – C – D – E	-	F – G
	38	Boas Práticas de Fabricação	A – B – C – D – E	-	F – G
39	Sistema (HACCP) – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle.	A – B – C – D – E	-	F – G	

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”.

Com relação aos fatores que determinam a competitividade nas exportações de carne bovina, os mais citados pelas empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G” são apresentados na Figura 29. Os itens foram relacionados em ordem decrescente de importância. O critério utilizado para a classificação foi pelo número de vezes em que foi assinalada, no questionário de entrevistas, a questão 28 do questionário (seção V).

Observa-se que o fator preço do boi ocupa a primeira posição, pois o Rio Grande do Sul enfrenta problemas de regularidade na oferta de animais para abate. Essa sazonalidade propicia as oscilações no preço de exportação, o qual influenciará nas exportações. O segundo fator é a ausência de investimento em qualidade (embalagem, marca, informações do produto, propaganda, etc.), ainda

pouco estudada e explorada pela agroindústria exportadora de carne bovina gaúcha. O terceiro está ligado ao status sanitário, reconhecimento pelos países importadores de carne bovina. Os demais fatores estão vinculados a políticas públicas, cabendo às entidades de classes e associações ligadas ao setor da pecuária se articularem para que o setor exportador de carne bovina possa retomar o crescimento.

Fatores que Determinam as Exportações de Carne Bovina
<ul style="list-style-type: none"> • Preço do Boi no Rio Grande do Sul; • Investimentos em Qualidade: embalagem, marca e outros; • Status Sanitário – reconhecimento pelos países importadores de carne bovina; • Tributação Interna do Boi; • Taxa de Câmbio; • Transporte (rodovias, portuários, etc.); • Existência de Linhas de Financiamento para Exportação; • Acordos Bilaterais.

Figura 29 – Relação dos fatores que determinam a competitividade nas exportações de carne bovina sob a ótica das agroindústrias exportadoras do Rio Grande do Sul

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”.

Outro aspecto importante na competitividade diz respeito ao desenvolvimento de novos produtos. As empresas “A” e “B” afirmam que o mercado não é receptivo e a agroindústria de carne bovina não consegue acompanhar a velocidade da concorrência, Principalmente da carne de frango. No caso das exportações, a empresa “A” acrescenta que falta conhecer a percepção do consumidor e do país importador, faltam políticas públicas, marketing e estratégias de mercado que tornem as agroindústrias brasileiras mais conhecidas no comércio internacional de carne bovina. Para a empresa “D”, novos produtos precisam de máquinas específicas para produzi-los, ou seja, falta investimento no setor. A empresa “E” afirma que trabalha com pouca disponibilidade de matéria-prima e cita a falta de estudos sobre novos modelos de embalagens plásticas e latas como fator de limitação para a diversificação de produtos.

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento de novos produtos exige uma série de informações. Neste sentido, as empresas entrevistadas buscam informações para inovar seus produtos, processos e transferência de tecnologia. A Figura 30 apresenta um resumo da opinião das empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”. O

critério utilizado para a classificação foi pelo número de vezes em que foi assinalada, no questionário de entrevistas, a questão 30 do questionário (seção V). Destaque-se que a empresa “E” desenvolve parceria de transferência de tecnologia com empresa estrangeira (EUA), não para produtos de origem animal.

Informações Relevantes para Inovação de Produtos, Processos e Transferência de Tecnologia
<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa das Necessidades e Expectativas dos Clientes; • Tendências de Feiras Nacionais/Internacionais; • Revistas Especializadas; • Reclamações ou Sugestões dos Clientes; • Comportamento da Concorrência

Figura 30 – Informações relevantes para a inovação de produtos, processos e transferência de tecnologia sob a ótica das agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

De acordo com os dados coletados, as empresas entrevistadas costumam contratar serviços junto a Institutos de Pesquisas, Universidades e Centros Tecnológicos, para melhorar seu desempenho nas exportações. Os serviços mais utilizados são a pesquisa aplicada (apenas a empresa “A” utilizou) e a assistência técnica (apenas empresa “B” faz uso). As Empresas “C” e “D” não utilizam estes serviços e a Empresa “E” não respondeu a pergunta.

Além disso, as empresas entrevistadas oferecem aos seus profissionais oportunidades de treinamento/aperfeiçoamento, dentre os quais foram citados: cursos/seminários no Brasil (empresas “A”, “B”, “C” e “E”), cursos/seminários no exterior (empresa “A”), acesso à base de dados (empresas “B” e “C”), publicações técnicas (empresa “C”), estágios específicos (empresas “A” e “B”) e não oferece, empresa “C”.

Em termos estratégicos, a Figura 31 caracteriza a opinião das empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”, que preconizam algumas estratégias para alavancar as exportações de carne bovina. A Figura 31 foi construída a partir de informações coletadas na questão 33 do questionário (seção V). A empresa “D” não opinou. Percebeu-se não existir estratégia para internacionalização das empresas

entrevistadas com exceção da empresa “E”, que não revelou como costuma proceder.

Estratégias Preconizadas pelas Agroindústrias Exportadoras de Carne Bovina
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer quem são os importadores e trazê-los ao Brasil para conhecer nossos produtos; • Desenvolver parcerias com grupos nacionais e estrangeiros para colocar os produtos no mercado externo. Essas parcerias devem ser com clientes estratégicos e em várias partes do mundo; • Desenvolver novos produtos e aprimorar os produtos já existentes; • Participar de feiras internacionais; • Reduzir custos de terceirização de serviços, despachante aduaneiro e corretores (Trading Agent); • Contratar pessoal especializado na área; • Adquirir credibilidade junto aos fornecedores e clientes; • Melhorar controles de qualidade e sanitário • Desenvolver estratégias para internacionalização das atividades.

Figura 31 – Estratégias preconizadas pelas agroindústrias exportadoras para alavancar as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul

Fonte: empresas “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “G”.

No decorrer das entrevistas, as empresas agroindustriais exportadoras foram questionadas sobre a seguinte afirmação: “à medida que os produtos sofrem algum tipo de processamento, as barreiras comerciais também aumentam?” As empresas “B” e “E” acreditam que sim, pois na medida que se adicionam valores técnicos, como tecnologia de embalagens, análises e outros, o produto passa por uma reclassificação no Sistema Harmonizado. Na maioria dos casos, tudo vai depender para qual país se destinam as exportações, mas geralmente, existem algumas barreiras a serem trabalhadas. Já as empresas “A” e “G” acreditam que não, pois todo produto *in natura* está sujeito a rigoroso controle sanitário e a carne bovina *in natura* não é diferente. No caso da carne bovina processada basta atender as especificações técnicas que cada país determina e isto ajuda a reduzir as barreiras comerciais. As empresas “C” e “D” não opinaram sobre o assunto envolvido nesta questão.

No desenvolvimento de novos produtos, todas as empresas entrevistadas consideram a questão ambiental. A empresa “E” executa tratamento de resíduos na água, após produção. Quanto à gestão da qualidade, como ISO 9000, just-in-time e

outros, as empresas “B” e “E” empregam alguns critérios as demais empresas (“A”, “C” e “D”) não o fazem. No entanto, existe uma preocupação com as tecnologias para higiene e segurança de alimentos. Todas as empresas utilizam programas de GPM (*Good Manufacturing Practices* ou Boas Práticas de Fabricação) e HACCP (*Hazard Analysis Critical Control Points* ou Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

Portanto, conclui-se que ao confrontar os resultados obtidos durante as entrevistas, que a agroindústria exportadora de carne bovina precisa ampliar sua visão sobre os fatores interno à empresa e estruturais, os quais afetam a competitividade (COUTINHO e FERRAZ, 1994).

4.9 IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS BARREIRAS COMERCIAIS QUE AFETAM AS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta seção procura-se identificar e avaliar as principais barreiras tarifárias e não-tarifárias enfrentadas pelas agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul.

A Tabela 17 mostra que, dos quinze tipos de barreiras comerciais assinaladas pela agroindústria exportadora de carne bovina, três foram barreiras tarifárias (cerca de 20% dos itens assinalados): custo de seguro e frete (destino), tarifas alfandegárias e despesas com aduana no país importador. Essa última foi classificada como pouco importante, com a nota média igual a 1,0. E as duas primeiras, classificadas como importante (notas médias oscilando de 3,2 a 3,6). As demais (doze) mencionadas foram as barreiras não-tarifárias (80%), sendo classificadas como muito importante (as notas médias oscilaram de 5,2 a 6,5) os requisitos de inspeções, o registro do estabelecimento exportador (SIF), a inspeção prévia (sanitárias e fitossanitárias) e os requisitos de etiquetas; como importante (notas médias oscilando de 3,5 a 4,8) temos o registro do produto, regulamentações do transporte e certificações técnicas; e como pouco importante (as notas médias ficaram entre 1,5 a 3,0) as regulamentações técnicas e padronização, os requisitos

ambientais (ISO 14000), as normas e impostos indiretos e o trâmite aduaneiro excessivo. Observou-se que as notas médias atribuídas às barreiras tarifárias (2,6) – baixa importância - ficaram bem abaixo das notas médias atribuídas às barreiras não-tarifárias (4,3) - importantes. A princípio, revela que o principal entrave nas negociações enfrentadas pelas agroindústrias exportadoras são as barreiras não-tarifárias, na percepção dos entrevistados.

Quanto às barreiras tarifárias, as agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul avaliaram como importantes:

1. **Tarifas de importação** - atribuindo-lhe uma média de 3,2, indicando ser importante, pois segundo os entrevistados, basta consultar as pautas fornecidas pelo país importador, ficando acertado no preço da mercadoria. Esse tipo de mecanismo visa proteger os produtores locais, pois aumentam o preço que eles recebem; os consumidores domésticos perdem pelo mesmo motivo. Também existe ganho na receita do governo (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001);
2. **Custo de seguro e frete** - atribuíram uma nota média de 3,6, bem próxima da anterior, embora raramente ocorra despesa com seguro nas exportações de carne bovina. Essa nota moderada fica por conta das despesas com frete, pois depende do país para onde se está enviando a mercadoria. Por exemplo, para Hong Kong o *transit time* é de aproximadamente 60 dias, para Europa é de 30 dias (ida e volta). Para países do Golfo, o transporte marítimo normalmente é alto e com risco de guerra fica difícil encontrar armador que aceite fazer o transporte. No caso da seguradora ocorre a mesma situação
3. **Despesas com aduana no país importador** - atribuíram-lhes uma nota média de 1,0, como a carne bovina trabalha mais com os *Incoterms* FOB e CRF, a liberação e os trâmites de desembaraço aduaneiros ficam por conta do importador. Mesmo não sendo considerada tarifa pode elevar o preço dos produtos exportados.

Em relação às barreiras não-tarifárias, as empresas entrevistadas atribuíram as seguintes notas médias:

1. **Registro do Produto** – é uma exigência dos países importadores. Para poder exportar o produto deve estar registrado no DIPOA – Departamento de Inspeção Produtos de Origem Animal – Ministério da Agricultura. Em países como Estados Unidos e Canadá é necessário registrar o produto ou renovar o registro a cada seis meses, em média. O número do registro do rótulo é alterado nesse período. Assim, atribuíram nota média de 4,8, ou importante;

Tabela 17 – Resposta do questionário – Seção VI – identificação e classificação das barreiras comerciais que afetam as exportações da carne bovina do Rio Grande do Sul.

Classificação das Barreiras Comerciais	Grau de Importância	Tipos de Barreiras Comerciais	Nota Média
A. Barreiras Tarifárias	Importante	Custo de Seguro e Frete (Destino) Tarifas de Importação	3,6 3,2
	Pouco Importante	Despesas com Aduana no País Importador	1,0
B. Barreiras Não Tarifárias	Muito Importante	Requisitos de Inspeção	6,5
		Registro do Estabelecim. Exportador - SIF	6,4
		Inspeção Prévia Sanitárias	6,2
		Requisitos de Etiquetas	6,0
	Importante	Requisitos de Etiquetas	5,2
		Registro do Produto	4,8
Pouco Importante	Regulamentações de Transporte	4,8	
	Certificações Técnicas	3,5	
	Regulamentações Técnicas e Padronização	3,0	
	Requisitos Ambientais (ISO 14000)	2,3	
	Normas e Impostos Indiretos	2,0	
	Trâmite Aduaneiro Excessivo	1,5	

Fonte: dados coletados nas empresas “A”, “B”, “C”, “D” e “E”.

2. **Registro do Estabelecimento Exportador – Credenciamento no SIF** – absolutamente necessário, pois toda agroindústria exportadora de carne bovina que deseja exportar deve ter sua planta habilitada (BRASIL, 1997). Também é uma exigência dos países importadores. As empresas entrevistadas atribuíram nota média de 6,4 indicando alta importância, próximo da máxima importância estabelecida;
3. **Requisitos de Etiquetas** – todo produto deve ter etiqueta própria. Também é uma exigência do importador. No Brasil, as etiquetas seguem a padronização do DIPOA-MA (BRASIL, 1997). Também no Codex

Alimentarius pode ser encontrada normatizações específicas sobre etiquetas. Porém, países como Japão, Itália, entre outros exigem especificações de praxe na embalagem, escritas em inglês, é necessário colocar uma outra etiqueta em cada caixa com dizeres no idioma local. O objetivo é agilizar o trâmite da aduana do país. Assim, atribuíram nota média de 5,2, considerada como de alta importância;

4. **Requisitos de Inspeção** – todos os países importadores exigem inspeção periódica. Essa inspeção é feita por Órgãos Oficiais Sanitários do país importador, os quais emitem parecer sobre o funcionamento da agroindústria exportadora, principalmente no que diz respeito as atividade de instalações, equipamentos, laboratoriais e prática e programas de controle (CODEX ALIMENTARIUS, 2000). As empresas atribuíram nota média de 6,5, que é próxima do nível máximo estabelecido, ou alta importância;
5. **Inspeção Prévia** – Á maioria dos importadores exige envio de amostra antes do embarque, com o objetivo de comprovar se os produtos se ajustam aos requisitos estabelecidos (CODEX ALIMENTARIUS, 2000). Realizam inspeções de qualidade em seu país, principalmente a União Européia e os Estados Unidos, mesmo realizando a inspeção no Brasil. As empresas atribuíram nota média de 6,5 alta importância, para a exigência de inspeção previa;
6. **Trâmites Aduaneiros Excessivos** – as empresas entrevistadas atribuíram nota média de 1,5 ou pouco importante, próxima do nível mínimo estabelecido, para esta barreira. Essa nota média está associada aos *Incoterms* utilizados pelas agroindústrias exportadoras, FOB e CRF, ficando o desembaraço aduaneiro por conta do importador;
7. **Compras Governamentais** – as empresas entrevistadas não participaram deste tipo de negociação, exceto a empresa “C”. Cita como exemplo os países árabes, especificamente o Irã, que não permite compras sendo feitas diretamente por empresas, devendo antes passar pelo controle do governo. Esse item não foi incluído na Tabela 17. Segundo Deardorff e

Stern (1985), esse tipo de mecanismo pode resultar em distorções comerciais;

8. **Regulamentações Técnicas e Padronização** – os países importadores pedem uma padronização dos produtos e também têm as recomendações técnicas. Portanto, basta atender todos os parâmetros de exigências dos países importadores. Essa visão coincide com a do INMETRO (2003). Na realidade é importante, mas não é um entrave. Assim, atribuíram nota média de 3,0, que está no limite entre baixa importância e importante;
9. **Certificações Técnicas** – a maioria dos países exigem certificações técnicas, como por exemplo a União Européia, os Estados Unidos, o Chile, dentre outros. Hoje, a principal preocupação é fornecer um produto com procedência conhecida e garantir a isenção de contaminantes. Segundo o CODEX ALIMENTARIUS (2000) precisam estar apoiadas em uma série de atividades de inspeção, que podem incluir a verificação contínua dos sistemas de garantia e qualidade. Para a carne bovina, a rastreabilidade vem resgatar essa garantia. Assim, as empresas entrevistadas atribuíram nota média de 3,5, já considerando as certificações técnicas como importantes. Essa visão precisa ser revertida pela agroindústria exportadora;
10. **Regulamentações de Transporte** – o transporte de carne bovina in natura é complicado, pode estar congelada ou resfriada, em temperatura específica, contêineres adequados, entre outros. Também exige meios de transportes especificamente desenhados e construídos de maneira que não causem danos às mercadorias (CODEX ALIMENTARIUS, 2000). Um contêiner de 20 pés acomoda mais ou menos 12 toneladas de mercadorias, dependendo da embalagem. Além disso, o custo do aluguel é mais barato e tem facilidade de “desova”. Caso seja necessário colocar um pouco mais do que 12 toneladas, tem que ser utilizado um contêiner de 40 pés, que acomoda 26 toneladas. Entretanto, existe uma diferença muito grande do custo de aluguel entre os dois tipos de contêineres, além de apresentar dificuldade para desova, pois não é em qualquer lugar que pode ser acomodado, sendo de mais difícil armazenagem. Esse tipo de

contêiner só é viável para indústrias melhor preparadas, ou quando o importador pedir. As empresas entrevistadas atribuíram nota média de 4,8, situando-se entre a categoria importante e de alta importância;

11. **Normas de Impostos Indiretos** – depende muito do país para se onde está exportando, mas nas negociações fica tudo acertado. Novamente, no caso da carne bovina, fica o desembaraço aduaneiro por conta do importador. Assim, as empresas atribuíram nota média de 2,0, ou pouco importante para essa barreira;
12. **Exigências Sanitárias** – essas são de alta importância. Os países importadores as tornam mais importantes. Depende muito mais da necessidade de importação, da política comercial dos países, do que propriamente dos aspectos sanitários. Essa visão diverge da apresentada por Thorstensen (2001), pois quando aplicadas devem proteger a vida, a saúde animal ou vegetal, dentro de um território membro da OMC, não devendo ser usada como barreira comercial. Também a má interpretação e traduções dos certificados de sanidade podem embargar a carga no porto de destino. Assim, as empresas entrevistadas atribuíram nota média de 6,0 que denota alta importância dessa barreira não sanitária;
13. **Requisitos Ambientais (ISO 14000)** – são importantes, mas ainda não estão sendo exigido pelos importadores. Atualmente não dá para caracterizá-la com alto grau de importância, mesmo estando sujeito a uma legislação ambiental, conforme apresentado na revisão conceitual. Assim, as empresas entrevistadas atribuíram nota média de 2,3 o que mostra uma baixa preocupação com a questão ambiental, pouco importante;

O comércio internacional da carne bovina apresenta-se protegido por uma série de medidas que pode inviabilizá-lo. Assim, ao confrontar os estudos desenvolvidos por Deardorff e Stern (1985) e outros, observa-se que as principais barreiras não-tarifárias que sofrem as agroindústrias exportadoras de carne bovina são barreiras técnicas, conforme apresentadas nesta seção.

4.10 ASPECTOS GERAIS DA CADEIA AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA DE CARNE BOVINA DO RIO GRANDE DO SUL

Nesta subseção, serão apresentados alguns aspectos que interferem no desempenho da cadeia de carne bovina do Rio Grande do Sul. Esses dados foram levantados no decorrer das entrevistas. No questionário (seção VII), refere-se às questões de 41 a 45, as quais abordam assuntos como as Portarias 304 e 15, que convergem para uma legislação comum no âmbito do Mercosul e outros países; os benefícios da tipificação e classificação de carcaças para as exportações; se o mercado interno traz benefícios ou prejudica as exportações; se o Sistema de Inspeção Federal é capaz de garantir controle sanitário; a relação pecuarista-indústria-varejo.

Tabela 18 – Resposta do questionário – Seção VII – aspectos gerais da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.

Seção do Apêndice B	Questões	Palavras-Chaves das Questões	Empresas que Opinaram	NR	NPP
IV – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul	41	Portarias MA - 304 e 145	A – B – C – D	-	E – F – G
	42	Tipificação e Classificação de Carcaças	A – B – C – D	-	E – F – G
	43	Mercado Doméstico	A – B – C – D	-	E – F – G
	44	Sistema de Inspeção Federal	A – B – C – D	-	E – F – G
	45	Relação: Pecuarista-Agroindústria-Varejo	A – B – C	D	E – F – G

Legenda: **NR** – Não Respondeu; **NPP** – Não Participa da Pergunta.

Fonte: empresas “A”, “B”, “C” e “D”.

Com relação às Portarias Nº 304 e 145²³, as empresas “B” e “D” afirmam que as mesmas convergem para uma legislação comum no âmbito do Mercosul e outros

²³ Segundo Jank (1996) a Portaria 304 refere-se: a) as carnes e miúdos devem ser obrigatoriamente transportadas, entregues, estocadas e comercializadas pelos abatedouros e frigoríficos em temperatura não superior a 7°C; b) as carnes “somente poderão distribuídas em cortes padronizados, devidamente embalados e identificados [...]. Todos os cortes deverão ser apresentados à comercialização contendo as marcas e carimbos oficiais com a devida rotulagem de identificação”. As carcaças devem ser classificadas em termos de sexo e idade do animal, sendo optativa a tipificação das mesmas. Ao se mencionar cortes padronizados e embalados, quer dizer que obrigatória a venda da carcaça bovina pelo menos em quartos desmontados e embalados. Ou seja, é possível comercializar ossos, carne, desde que em cortes padronizados, embalados e identificados. Essa citação também aplica-se a Portaria 145/abril de 1998, pois ambas tratam do mesmo assunto.

países fora do bloco. Para essas empresas não está existindo fiscalização na aplicação das mesmas. Já as empresas “A” e “C” não opinaram.

Outro aspecto mencionado pelas empresas foi o benefício da tipificação e classificação de carcaças para as exportações de carne bovina. As empresas “B”, “C” e “D” afirmaram que o mercado está mais preocupado com rastreabilidade. Para esses entrevistados, no futuro a carne bovina apresentará uma etiqueta com tipo do animal, proprietário de origem, idade, sexo e outros. Já a empresa “A” afirma que a tipificação da carcaça deve ser vista como uma forma séria de padronização de produto. Também é uma forma de dizer ao importador que o Brasil tem condições de vender um animal com dente de leite, com dois, quatro e oito dentes; ou animais com cobertura de gordura de 4mm, 8mm e 12mm; macho castrado e inteiro; fêmeas e outros. Assim, o importador tendo certeza dos fatores de tipificação de carcaça, saberá que está levando um produto que atenderá as exigências do seu consumidor.

A tipificação de carcaça busca estabelecer um “padrão de excelência” para premiar certos atributos como: conformação, acabamento, teor e tipo de gordura entre outros. Desta maneira, pode-se escalonar ou lotear os tipos de produtos que se tem dentro do frigorífico. Hoje, quando verifica-se uma mangueira (curral) de frigorífico, são encontrados animais de dois dentes e de oitos dentes; animais de raça zebuíno, continental e britânicas, cruzamento industrial, machos inteiros ou castrados. Assim, o produto que entra é o mesmo que saí. Também é sabido que o frigorífico não melhora a qualidade da carne, na melhor das hipóteses ele deve manter a qualidade. Então, se não houver uma tipificação e/ou classificação de carcaça dentro do frigorífico, não tem como padronizar os produtos a serem exportados.

De acordo com as empresas entrevistadas o mercado doméstico não prejudica as exportações. Para a empresa “A”, o mercado doméstico pode ser dividido em dois. O mercado interno da carne, o varejo, tem preços muito estáveis, é rentável e não interfere nas exportações. O mercado do boi por sua vez tem como característica a sazonalidade. Então, se existe sazonalidade, ora a rentabilidade das exportações é maior, ora é menor. Neste sentido, o mercado do boi interfere na rentabilidade das exportações, pois existe uma variação no preço da arroba do boi.

Na realidade, o que mais interfere nas exportações é taxa cambial e política cambial do governo. Para a empresa “B”, o mercado interno serve como balizador de preços, não sendo prejudicial às exportações. A empresa “C” afirma que os cortes exportados (filé mignon, picanha, maminha e outros) não são os mesmos do mercado interno (costela, coxão duro, coxão mole e outros). A empresa “D” acredita mais na constância do mercado interno; enquanto as exportações não são constantes.

Hoje fala-se muito em sanidade do rebanho. As empresas entrevistadas afirmam que o SIF é capaz de garantir o controle sanitário. A empresa “A”, afirma que a legislação do Ministério da Agricultura (MA) tem um bom padrão tecnológico e um grau de desenvolvimento bem elevado. Também existe um certo nível de padronização das plantas frigoríficas, o que permite que sejam exportadoras para vários mercados, afirma a empresa “A”. Porém, as demais empresas concordam em parte, pois como qualquer serviço público, existem falhas. Assim, o quadro de funcionários do Ministério da Agricultura (MA) é insuficiente para atender a demanda de serviços, falta política de capacitação profissional para os técnico e em alguns casos o serviço é lento para prestar informações rápidas e precisas, principalmente no caso das exportações. Como controlar um país do tamanho do Brasil? “Isso compromete a imagem do país perante os importadores de carne bovina”, questiona a empresa “C”.

Outro aspecto relevante na cadeia da carne bovina é a relação entre pecuarista-indústria-varejo. A empresa “A” ao fazer uma avaliação macro da cadeia de carne bovina no Brasil, relata que ela apresenta-se com grande potencial para atingir mercados externos e existe a possibilidade de investimento com alta rentabilidade. Porém, quando esta cadeia é estudada em suas especificidades, mostra-se desorganizada e descoordenada, inviabilizando qualquer processo de produção a médio e longo prazo. Isto acaba afetando a padronização dos produtos. Talvez o fator determinante para esta situação seja a desconfiança que há entre os elos da cadeia.

A relação entre os elos da cadeia é importante. Assim, na ausência de união e confiança entre frigorífico-pecuarista, o varejo está se tornando cada vez mais

forte. Esse último é quem está ficando com uma boa margem de lucro dentro da cadeia, afirma a empresa “A”.

O pecuarista não sabe por quanto tem que vender o boi para obter lucro, da mesma forma o frigorífico. O pecuarista está sempre reclamando que o preço do boi está baixo e o frigorífico reclama que o preço da carne está baixo. Assim, o consumidor final põe o preço. A partir desta situação, o varejo/consumidor decide o preço no corte. Desta forma, para vender a determinado “preço, só compro com tal preço”, garantindo a sua margem de lucro e o resto de cadeia vai se ajustando.

Para as empresas “B” e “C” a relação é conturbada, alegam que os pecuaristas não estão interessados em adaptar-se às novas realidades do mercado. Como exemplo, vemos a dificuldade que os frigoríficos estão encontrando para obter animais rastreados. Quanto ao varejo, é complicado seu manuseio, pois exige prazo de pagamento acima de 60 dias, dificultando o fluxo financeiro. A empresa “E” não opinou sobre a questão dos aspectos gerais na cadeia produtiva.

Por todos os aspectos analisados, percebe-se que o ambiente interno da cadeia da carne bovina é um dos problemas a serem solucionados. Podendo ainda ser citar o oportunismo nas negociações, sazonalidade, falta de entrosamento entre os elos, falta de padronização de produtos, entre outros. Os quais devem ser sanados para que o Rio Grande do Sul realmente possa se tornar um grande fornecedor de carne bovina para o mercado internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre o comércio internacional de produtos agrícolas mostram claramente que o mercado da carne bovina apresenta-se protegido por um conjunto de medidas que visam favorecer os produtores nacionais. Esse tipo de protecionismo pode ser tarifário ou não-tarifário. Também ocorrem, por meio de medidas de apoio interno, subsídios às exportações e quotas de acesso a mercado. Tais fatores se contrapõem à liberalização do fluxo de comércio, reduz a capacidade de um setor, sistema produtivo ou uma empresa de concorrer no mercado internacional e inibe o crescimento e o bem-estar econômico de uma nação.

Diante desta realidade, a presente pesquisa foi desenvolvida junto à cadeia agroindustrial da carne do Rio Grande do Sul, especificamente nas agroindústrias exportadoras e indústria de conservas. Posteriormente, foi estendida a outros agentes, por estarem envolvidos nas exportações de carne bovina, a saber: despachante aduaneiro e *trading agent*.

Para construir o arcabouço teórico, foram utilizados conceitos que fossem capaz de explicar o fenômeno observado. A presente pesquisa foi fundamentada nos conceitos de competitividade, barreiras comerciais, cadeia agroindustrial da carne bovina e Sistema Integrado Agronegocial (SIAN). Na seção seguinte, são apresentadas as conclusões da pesquisa, suas limitações e as sugestões para trabalhos futuros.

5.1 CONCLUSÕES

A presente pesquisa constatou que “... o mercado é dinâmico, em exportação tudo é dinâmico, amanhã tudo muda. O mercado gaúcho de carne bovina precisa desenvolver-se...”; conforme comentado pela empresa “F”. Esta expressão certamente mostra a realidade complexa e dinâmica que envolve as exportações de

carne bovina do Rio Grande do Sul. Neste sentido, o Sistema Integrado Agronegocial (SIAN) revelou ser uma ferramenta capaz de captar a percepção que os frigoríficos exportadores de carne bovina têm sobre as barreiras comerciais.

De um modo geral, observou-se que as agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul apresentaram pontos de vista idênticos em relação à tendência do mercado internacional da carne, isto é esperam que o consumo, segmentação de mercado, volume de vendas, controle ambiental, exigências sanitárias, acordos internacionais, concorrência internacional, concorrência da carne suína e de frango aumentem. No entanto, quanto aos subsídios americanos, europeus e de outros países, acreditam que devem permanecer nos patamares atuais.

As agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul não levam em consideração e não acreditam que fatores institucionais informais em nível de país (normas, tabus, convenções sociais, etc.) possam influenciar as negociações internacionais. Daí, pode-se concluir que a agroindústria exportadora de carne bovina precisa desenvolver estudos sobre os hábitos e costumes, ou seja, conhecer para quem está exportando, quem vai alimentar-se deste produto, como são preparadas as refeições, como vivem, quais são suas preferências e vários outros fatores que identifiquem o consumidor final.

Outro aspecto relevante nas exportações de carne bovina refere-se ao ambiente formal, pois nele encontra-se o arcabouço de medidas, normas e regulamentos técnicos que as agroindústrias exportadoras atribuem grande parte do insucesso nas negociações internacionais. Assim, concluiu-se que as agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul não se preocupam tanto com as barreiras tarifárias (custo de seguro e frete/destino, tarifas de importação - específica, *ad valorem* ou mista - e despesas com aduana do país importador), pois quando questionadas sobre as mesmas lhes atribuíram notas médias moderadas, oscilando de 3,2 a 3,6, ficando classificadas como importante.

Por outro lado, constatou-se que as barreiras não-tarifárias, especificamente as barreiras técnicas, chamam atenção das agroindústrias exportadoras por concentrarem cinco tipos de barreiras na faixa de muito importante (requisitos de inspeção, registro do estabelecimento exportador – SIF, inspeção prévia, sanitárias e

requisitos de etiquetas), com notas médias altas, oscilando de 5,2 a 6,5. Na faixa mediana dita importante, concentram apenas três (registro do produto, regulamentações técnicas e certificações técnicas), com notas médias oscilando de 3,5 a 4,8, mas dois tipos de barreiras técnicas (registro do produto e regulamentações no transporte) apresentam-se com notas médias próximas a muito importante. A faixa pouco importante mostra quatro tipos de barreiras (regulamentações técnicas e padronização, requisitos ambientais – ISO 14000, normas e impostos indiretos e trâmites aduaneiros excessivos) com notas médias oscilando de 1,5 a 3,0. Nesse bloco, o destaque fica por conta do item normas e impostos indiretos, ratificando, assim, que as questões tarifárias ficam por conta do importador.

A nota de 3,5 concedida às certificações técnicas é preocupante, pois as agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul já deveriam vir tomando medidas para trabalhar com a rastreabilidade, pois é a forma encontrada pelos maiores importadores do mundo como instrumento de comunicação com o consumidor, que deseja conciliar preço, qualidade e segurança alimentar. Enquanto já foram fixadas datas para a exigência da rastreabilidade, ainda estão discutindo se vale a pena ou não concretizá-la e quem pagará pela instalação do processo de rastreamento.

Mediante o exposto, conclui-se que as agroindústrias exportadoras de carne bovina gaúcha precisam estar atentas e interligadas a essa estrutura de mercado, onde as informações de todos os agentes envolvidos na operação de exportação são cruzadas entre si. Também precisam se posicionar estrategicamente, ou seja, consolidar sua marca no mercado externo, criar meios e qualificar pessoas para atuarem nesses mercados, aprender a monitorar o mercado interno e externo e atender as exigências do importador e do país para onde se está exportando.

Com relação às atividades de comércio internacional, as agroindústrias exportadoras de carne bovina do Rio Grande do Sul mantêm relações comerciais com os principais blocos econômicos e respectivos países que os compõem. Neste sentido, concluiu-se que os principais compradores da carne bovina gaúcha são: União Européia (Alemanha, Espanha, Itália, Países Baixos, Portugal, e Reino Unido); NAFTA (Canadá, EUA e Porto Rico); MERCOSUL (Argentina e Uruguai); e

CARICOM (Jamaica). No entanto, existem outros países que não estão vinculados aos blocos econômicos acima mencionados que adquirem a carne bovina do Rio Grande do Sul, como é caso de Hong Kong, Coréia do Sul, Chile (maior importador de carne bovina *in natura*), Arábia Saudita e Bulgária. Também observou-se que os produtos mais exportados são: carne de bovino, desossada, congelada; miudezas comestíveis de bovino, frescas ou resfriadas e congeladas (fígado, língua, etc.); tripas de bovino, frescas, refrigeradas, congeladas, salgadas e defumadas e preparações alimentícias e conservas de bovino (*corned beef* e outras).

O processo de exportação de carne bovina é complexo e envolve vários outros agentes que compõem a cadeia exportadora de carne bovina, a saber: Órgãos Gestores (Secretaria da Receita Federal, Banco Central, Secretaria de Comércio Exterior), Órgãos Anuentes (Ministério da Agricultura – SIF e outros) e Agentes Especializados (Despachante Aduaneiro, Transportadoras Marítimas e Rodoviárias, Bancos, Corretores de Câmbio, Trading Agent, Embalagens e Seguradoras, entre outros).

Constatou-se também que a agroindústria exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul, ao exportar seus produtos, desenvolve três operações distintas e complementares, a saber: comerciais, financeiras e burocráticas.

As operações comerciais envolvem as negociações dos contratos de vendas, formas de pagamento, prazos, etc. Assim, observou-se que as vendas podem ser diretas ou indiretas. Verificou-se que grande parte das exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul ocorre via *trading agent* ou *brokers* estrangeiros. Quanto à forma de pagamento, constatou-se que pode ocorrer por meio de carta de crédito (*Letter of Credit – L/C*), pagamento antecipado (*advanced payment*) e cobrança à vista (*sight draft*). A opção por qualquer uma dessas modalidades fica atrelada ao grau de conhecimento e confiança entre empresa importadora e exigências dos países importadores. No caso da carne bovina, a modalidade mais utilizada é a carta de crédito por oferecer maior garantia.

As operações financeiras estão relacionadas ao acompanhamento do processo de faturamento, formas de pagamentos, fechamento do contrato de câmbio, à busca de informações sobre a possibilidade de financiamentos, riscos envolvidos, etc. Verificou-se que as linhas de financiamentos utilizadas pelas

agroindústrias exportadoras de carne bovina são o adiantamento de contrato de câmbio (ACC), adiantamento de contrato de câmbio após embarque (ACE), Linhas do BNDS e PROEX. Porém, o ACC e ACE permitem ao exportador antecipar o recebimento do valor das exportações. A diferença entre o ACC e ACE é que no primeiro o adiantamento é antes de embarque e no segundo é pós-embarque. Assim, o ACC está mais voltado para produção e o ACE para a comercialização.

As operações burocráticas envolvem tramitação alfandegária, programação de fretes, faturas, documentos necessários às exportações (RE – Registro de Exportação, DDE/SD – Declaração de Despacho aduaneiro ou Solicitação de Despacho, Fatura Pro Forma, Conhecimento de Embarque Marítimo (*Bill of Lading* – B/L), Fatura Comercial, Romaneio de Embarque (*Packing List*), Certificado de Origem, Certificado Sanitário, Contrato de Câmbio e Certificados Adicionais), coordenação de despacho, embalagens, etc. Verificou-se que as atividades de desembarço aduaneiro são terceirizadas, ou seja, são executadas pelo despachante aduaneiro. Também foi observado que é a fase mais complexa, exigindo conhecimento e habilidade para atuar junto aos órgãos gestores de exportação, órgãos anuentes, agência marítima e outros.

Além das questões burocráticas que envolvem as exportações, constatou-se que as agroindústrias exportadoras de carne bovina esbarram na ausência de políticas públicas voltadas para o comércio exterior, na questão tributária, entraves burocráticos, falta de infra-estrutura (energia elétrica, rodovias, portos, etc.), ausências de linhas de financiamentos específicos para o setor exportador de carnes, entre outros. Observou-se que a postura do produtor rural e da agroindústria é conflituosa, ou seja, prevalece a desconfiança e o oportunismo, talvez pela assimetria de informações ao longo da cadeia. Esses fatores somados afetam diretamente a competitividade das exportações.

A competitividade dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul está vinculada aos fatores internos à empresa, estruturais e sistêmicos. Neste sentido, pode-se concluir que os fatores internos afetam o desempenho da agroindústria exportadora de carne bovina, pois esbarram na ausência de políticas internas voltadas para a gestão da qualidade, qualificação da mão-de-obra, P&D, desconhecem os consumidores internacionais, entre outros.

A agroindústria exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul enfrenta problemas quanto aos fatores estruturais. O primeiro, refere-se ao mercado internacional, especificamente à questão de acesso a mercado, concorrência interna e externa, ocorrência de barreiras tarifárias e não-tarifárias, entre outros. O segundo está relacionado à ausência de alianças que poderiam reduzir os conflitos, coordenação, sazonalidade e outros benefícios.

Os fatores sistêmicos afetam a competitividade da agroindústria exportadora. Neste sentido, constatou-se que taxa de câmbio, políticas cambiais, oferta reduzida de financiamento para exportação e produção, baixo investimento em infra-estrutura (transportes, energia, etc) afetam as exportações de carne bovina e dificultam a implantação e desenvolvimento de estratégias que possam garantir uma posição no mercado internacional.

Mediante o exposto, constatou-se que as exportações de carne bovina apresentam-se como um fenômeno complexo e dinâmico. Assim, ao utilizar o SIAN foi possível fundamentar e caracterizar a cadeia da agroindústria exportadora da carne bovina do Rio Grande do Sul. Assim, a Figura 32 representa o fluxograma da cadeia agroindustrial exportadora carne bovina com seus agentes.

Neste sentido, o SIAN permite visualizar a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul, o qual é composto por indústria de insumos, produtores rurais, agroindústria, varejo, atacado, consumidor final, agentes especializados, SISCOMEX e outros. Conclui-se que cadeia agroindustrial apresentada na Figura 32 pode ser interpretada como o resultado da aplicação do SIAN, onde a agroindústria exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul faz a leitura do ambiente político institucional e repassa para os demais agentes as informações, atuando como um catalisador de mudança e que busca novas configurações para a cadeia produtiva.

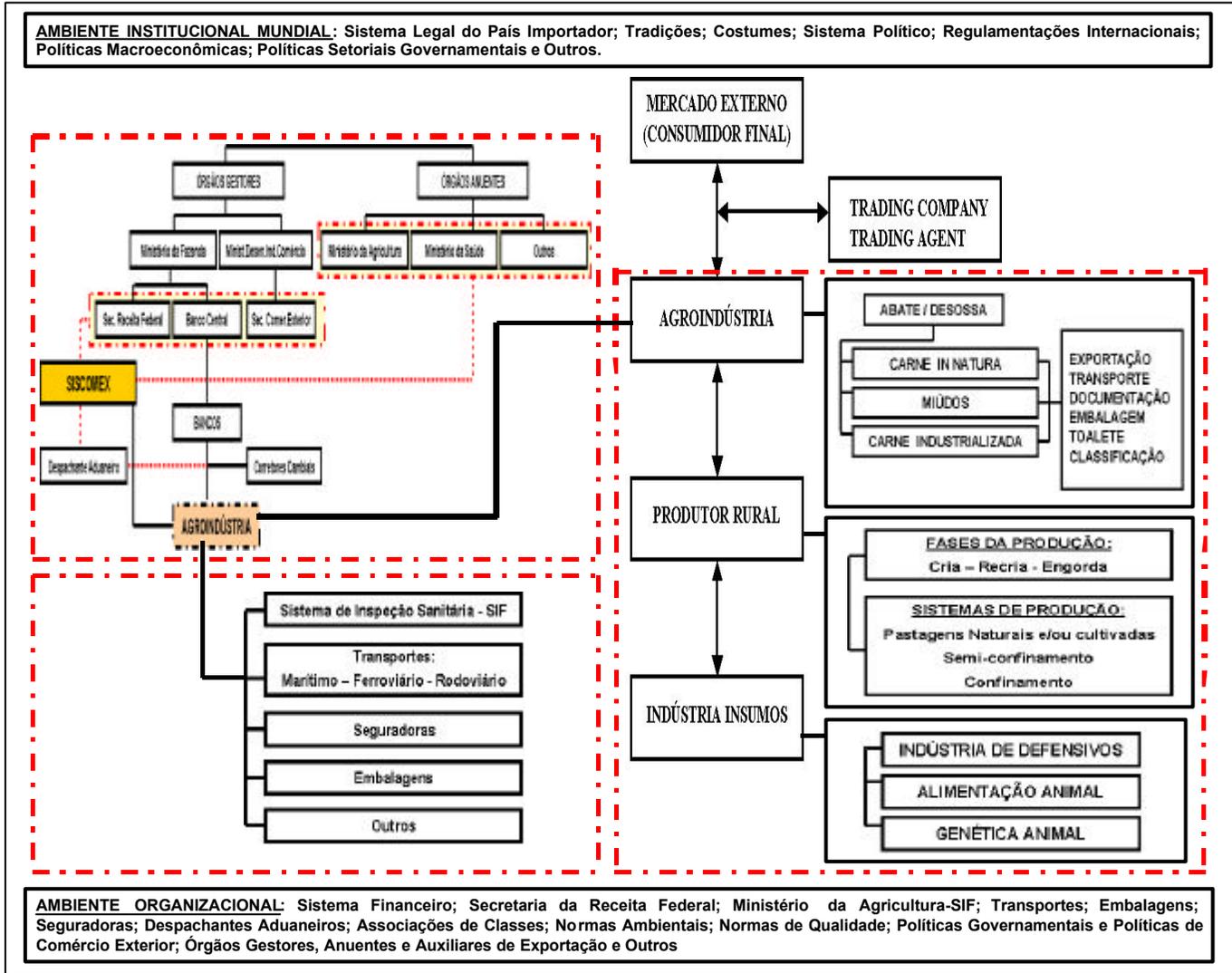


Figura 32 – Cadeia agroindustrial voltada para exportação de carne bovina sob a ótica do SIAN
 Fonte: Elaborada pelo Autor.

5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Uma das limitações da pesquisa desta pesquisa refere-se ao pouco número de frigoríficos que se dispuseram a participar do estudo. Tal fato, não possibilita a generalização dos resultados, como era esperado.

Outra limitação da pesquisa diz respeito as dificuldades para avaliar o desempenho da cadeia exportadora de carne bovina do Rio Grande do Sul.

5.3. SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A partir da realização desta pesquisa, sugere-se que novos estudos possam ampliar o conhecimento sobre o comércio internacional da carne bovina, especificamente em função das necessidades das agroindústrias exportadoras de carne do Rio Grande do Sul. Após a realização deste estudo, identificou-se as seguintes oportunidades para pesquisas futuras:

- a) desenvolver estudos sobre a utilização de embalagens para as exportações de carne bovina;
- b) aprofundar estudos sobre relacionamentos dos vários agentes que compõem a cadeia agroindustrial exportadora de carne bovina;
- c) desenvolver estudos sobre direito econômico internacional aplicado ao setor de exportação de carne bovina e
- d) desenvolver estudos quantitativos sobre a influência das barreiras não-tarifárias nas exportações de carne bovina.

BIBLIOGRAFIA

ACCURSO, J. da Silva. A economia gaúcha em 2001. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 11, n.1, Jan. 2002.

ABREU, R. C. Lopes de. **Análise de valor**. Rio de Janeiro: QualityMark, 1995.

AMELLO – Assessoria e Consultoria em Comércio Exterior. **Container**. São Paulo, 2000. Disponível em: < <http://www.amello.com.br/container.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2003

BALDWIN, R. **Non tariff distortions in international trade**. Washington, DC: Brookings Institution, 1970.

BANCO DO BRASIL S/A. Produtos e serviços. In: _____. **Negócios Internacionais**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/por/internacional/eacc.asp>>. Acesso em: 20. fev 2003.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Monitoração ambiental: uma visão interdisciplinar. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, vol. 32, n.4, p.42-45, out./dez., 1997.

BATALHA, Mário O. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão Agroindustrial**. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. p.23-48.

BEERS, G.; BEULENS, A. J. M.; DALEN, J. Chr Van. Chain science as emerging discipline. In. INTERNATIONAL CONFERENCE ON CHAIN MANAGEMENT IN

AGRIBUSINESS AND THE FOOD INDUSTRY, 3., 1998, Wageningen.
Proceedings... Wageningen, The Netherlands: Wageningen Agricultural University, 1998. p. 113-127.

BEGHIN, J. C.; BUREAU, Jean-Christopher. **Measurement of sanitary, phytosanitary and technical barriers to trade**. Paris: OCDE, 2001.

BERALDO, A. D.; RODRIGUES, V. G. Protecionismo excessivo distorce o mercado de carne. **Revista Gleba**, Brasília, ano 45, n. 171, set. 2000. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2003.

BERNARDES, Cyro. **Teoria geral da administração: a análise integrada das organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993. p. 31-40.

BERTALANFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BLISKA F. M de Mello; GONÇALVES, J. Ricardo. Estudo da cadeia de carne bovina no Brasil. In: CASTRO, Antonio Maria Gomes de, *et al.* (Ed.) **Cadeias produtivas e sistemas naturais: prospecção tecnológica**, Brasília, DF: Embrapa-SPI/Embrapa-DPD, 1998. p. 157-183.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Regulamentos da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal**. Decreto nº 30.691, 29.03.1952, alterados pelos Decretos: nº 1.255 de 25.06.1996, nº 1.236 de 02.09.1994, nº 1.812 de 08.02.1996, e nº 2.244 de 04.06.1997. Brasília, DF: MA, 1997. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/sda/dipoa/riispoa.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). **Barreiras Não-Tarifárias**. Brasília, DF: MDIC, 2001. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2001.

_____ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Sistema de análise das informações de comércio exterior via internet**. Brasília:

MDIC/ALICE-Web, 2002. Disponível em:

<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2002.

BROSSIER, J. *et al.* (Ed.). **Modélisation systemique et système agraire: decision et organization**. Paris: INRA, 1990.

CARVALHO, F. M. A. **O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial**. 1995, 203 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1995.

CASTILHO, M. R. **Barreiras não-tarifárias: o caso da imposição de restrições ambientais sobre as exportações brasileiras de papel celulose**. 1994, 106 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

CHURCHMAN, C. West. **Introdução à teoria dos sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

CODEX ALIMENTARIUS. **Código internacional recomendado de práticas de higiene para la carne fresca (CAC/RCP 11/1976)**. Roma: FAO, 2000. CD-ROM.

_____ **CODEX STAN 1-1985**: etiquetado de los alimentos. Roma: FAO, 2000.

_____ **Sistemas de inspección y certificación de importaciones y exportaciones de alimentos**. Roma: FAO, 2000.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Conjuntura agropecuária**. Brasília, DF: CONAB, mar., 2001. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20. mar. 2002.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ J. C. **Competitividade na indústria de abate e preparação de carnes: estudo da competitividade da indústria brasileira**: nota técnica setorial do complexo agroindustrial. Campinas: UNICAMP-IE/UFRJ, 1993.

_____. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. 2. ed. Campinas. São Paulo: Papyrus, 1994.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. **L'acteur et le système**: les contraintes de l'action collective. Paris: Éditions du Seuil, 1977.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University, 1957.

DAVIS, L. E.; NORTH, D. **Institutional change and American economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

DE BRANDT, Jacques. La filière comme mezo-système. In: ARENA, Richard *et al.* **Traité d'économie industrielle**. 2. ed. Paris: Economica, 1991. p.232-238.

DE LUCA, Vilson. Estudo de mercado – exportação de carne bovina 2001/2010. In: **Agrocarnes**. São Paulo: Agrocarnes, 2001. Disponível em: <<http://www.agrocarnes.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2002.

DEARDORFF, A. V.; STERN, R. M. **Methods of measurement of non-tariff barriers**. Geneve: UNCTAD, 1985.

DIAS, Silvana de B. A. **A aprendizagem na cadeia agroindustrial do frango no estado de Goiás**. 2000, 149 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Centro

de Estudos e Pesquisa em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

EVENO, Régine *et al.* L'industrie face aux mutations de l'agriculture. **Problèmes Économiques**. Paris, n. 2302, p.27-32, dez. 1992.

FNP CONSULTORIA E COMÉRCIO. **Anuário da pecuária brasileira 2000 (ANUALPEC)**. São Paulo: Editora Argos, 2000.

_____. **Anuário da pecuária brasileira 2002 (ANUALPEC)**. São Paulo: Editora Argos Comunicação, 2002.

FAFCHAMPS, M.; JANVRY A. de; SADOULET, E. Transaction costs, market failures, competitiveness and the state. In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF AGRICULTURAL ECONOMISTS, 22., 1994, Harare. **Proceedings...** Harare, Zimbabwe: Plenary Papers, PL-4B, 1994. p.12

FAJNYLBER, Fernando. Competitividad internacional: evolución y lecciones. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n. 36, p.22-36, 1989.

FARINA, M. M. E. Q. Organização industrial no agribusiness. In: ZILBERSZTJAN, D.; NEVES, M. F. (Org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

FARINA, M. M. E. Q.; ZYLBERSTAJN, Décio. Deregulation, chain differentiation and the role of government. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON AGRICULTURAL CHAIN MANAGEMENT, 1., 1997, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1997. p.40-59.

_____. **Competitividade e organização das cadeias agroindustriais**. Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1994.

FEENSTRA, R. **Trade policies for international competitiveness**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

FERRAZ FILHO, G. Barreiras técnicas ao comércio internacional. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.52, p.47-56. jul/set., 1997.

FERRAZ, J. Carlos; KUPFER, David e HAGUENAUER Lia. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FOOD and AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Global information and early warning system on food and agriculture. In: _____. **Food outlook**. n. 1, 2002. Rome: FAO, Feb. 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 20 fev. 2002.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). **Barreiras externas às exportações brasileiras 1999**. Brasília, DF: MDIC, 1999. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br>> Acesso em 12 jul. 2001.

GOLDBERG, R. A. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean, and Florida Orange Economies**. Boston: Harvard University, 1968.

GONÇALVES, Reinaldo; BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Campus, 1998.

GUIMARÃES, E.P.; CARVALHO JR., M. C. de.; D'ATHOUGUIA, A. L. B. D. **Política recente de importações no Brasil: um enfoque desagregado das barreiras não-tarifárias**. Rio de Janeiro: FUNCEX, 1987. p.4-6.

HARRISON, R. W.; KENNEDY, L. P. A neoclassical economic and strategic management approach to evaluating global agribusiness competitiveness. **Competitiveness Review**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 14-25, 1997.

HELLEINER G. **Increasing international competitiveness: a conceptual framework.** Lectures notes. Barbados. Mimeo. 1989.

HILLMAN, J.S. **Technical Barriers to Agricultural Trade.** Boulder: Westview Press, 1991.

HOPPEN, N. Avaliação de pesquisa em sistemas de informação: proposta de um guia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 21, 1997, Rio das Pedras. **Anais...** Rio das Pedras: ANPAD, 1997. CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados Agregados (SIDRA):** pesquisa pecuária municipal (PPM). Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDÚSTRIA. **Barreiras Técnicas às Exportações:** ponto focal de barreiras técnicas às exportações. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas>> <Acesso em: 10 jan. 2003>

JANK, S. Marcos. **Competitividade do agribusiness brasileiro:** discussão teórica e evidências nos sistemas de carnes. 1996, 195 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing.** 7. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1998.

KRUGMAN, Paul R. e OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional – teoria e política.** 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2001. p.193-199.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, Marina de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAZZARINI, Sérgio G. Inovação e fatores de sucesso de contratos futuros: o caso do boi gordo na BM&F. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 21, 1997, Rio das Pedras. **Anais...** Rio das Pedras: ANPAD, 1997. CD-ROM.

LEIVA, R. Zamora. **Em busca de uma metodologia de avaliação da competitividade internacional em setores industriais**. 1994, 205. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

LUNA, E.P. **Essencial de comércio exterior de “A a Z”**. - São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MAHÉ, L. P. Environment and quality standards in the WTO: New protectionism in agricultural trade? A European perspective. **European Review of Agricultural Economics** 24, 1977. p.480-503.

MAIA NETO, Adalberto A. A economia gaúcha na década de 90. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre, ano 9, n.10, jan.2000.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

MALUF, N. S. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. Aduaneira. São Paulo, 2000.

MARION, José Carlos; SANTOS, Gilberto José dos. Aspectos sobre administração rural. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE

PÓS-GRADUAÇÃO, 17., 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, vol.5. p.169-177, 1993.

MEZZOMO, C. P. L.; RIBEIRO, M. T. F. Agroindustrial system of frozen vegetables in Brazil: Transaction cost economics and neo-schumpeterian theories approaches. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CHAIN MANAGEMENT IN AGRIBUSINESS AND THE FOOD INDUSTRY, 3., 1998, Wageningen. **Proceedings...** Wageningen, The Netherlands: Wageningen Agricultural University, 1998. p. 427-436.

MIRANDA, S. H. Galvão de. **Quantificação dos efeitos das barreiras não-tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina.** 2001, 233 f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

MIRSHAWKA, Victor; MIRSHAWKA JR., Victor. **QDF: a vez do Brasil.** São Paulo: Makron Books, 1994.

MONTIGAUD, J. C. **Filière Agroalimentaires:** les filieres fruits et legumes et la grande distribution methods d'analyse et resultants. Montpellier, France: Institut Agronomique Mediterranéen de Montpellier, 1991. p.2.

MORGAN, Nancy. **Global meat markets:** short/medium term outlook for the international meat congress in Berlin. Roma: FAO, 2002. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 23 out. 2002.

MORIN, Edgar. **O método I.** Mira-Sintra – Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1987. Parte I, cap. II, p. 92–145.

MOTTA, Fernando C. P. **Teoria geral da administração:** uma introdução. São Paulo. Pioneira, 1974. p.43-57.

NAKHLA, M. Lês systèmes de gestion de production assistée par ordinateur dans les industries agro-alimentaires. Spécificités, mise en oeuvre et pilotage. **Revue Française de Gestion Industrielle**, Paris, n.2, 1994, p.39-59.

NEHMI FILHO, Victor A. Commodities: boi gordo. In: STOLF, Luiz Carlos. **Commodities**. São Paulo: Plêiade, 1999. p.39-84.

PADUA, Jorge. **Técnicas de investigación aplicadas a las ciencias sociales**. 5. ed. México: Encuadernadora Progreso, 1993.

PEDROZO, Eugênio A. Análise de cooperativas agrícolas através da utilização de estratégias industriais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 17, 1993, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 1993. p.122-136.

_____. **Apontamentos de aula**. Curso de Doutorado em Agronegócio. Material não publicado. Porto Alegre: CEPAN/UFRGS, 2001.

_____. **Cadre conceptuel pour le management des cooperatives agricoles**: léconomie des conventions, la systématique et la complexité. 396 f. Tese (Doutorado). Institut National Polytechnique de Lorraine. Nancy, França, 1995.

PEDROZO, Eugênio A. *et al.* **O sistema integrado agronegocial (SIAN)**: uma visão interdisciplinar e sistêmica. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DE SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2, 1999, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999. p.21-32.

PEROSA, J. M. Y. Coordenação e competitividade na cadeia da carne bovina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: Suprema, 1998. p.429-440.

PIGATTO, G. **Determinantes da competitividade da indústria frigorífica de carne bovina do estado de São Paulo**. 2001. 221 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2001.

_____; SILVA, A. L. da; SOUZA FILHO, H. M. de. **Alianças mercadológicas: a busca da coordenação na cadeia de gado de corte brasileira**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos/DEP/GEPAL, 2000.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconômica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

PINHEIRO, Armando C.; HORTA, Maria H. A. **Competitividade das exportações brasileiras no período 1980/88**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.22 nº 3. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p. 437-474.

PORTER, Michael E.. **A vantagem competitiva das nações**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

_____. **Choix stratégiques et concurrence – techniques d’analyses des secteurs et de la concurrence dans industrie**. Paris: Economica, 1990.

_____. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROPPA, L. Perspectivas da Suinocultura. In: **Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína**. São Paulo: ABIPECS, 2001.
Disponível em: <<http://www.abipecs.com.br>>. Acessado em: 21 dez. 2002.

SCHMIDT, Christian; HÖPER, Ute. Efficient consumer response – importance and consequences for fresh products from milk in Germany. In: INNOVATION OF FOOD PRODUCTION SYSTEMS: PRODUCT QUALITY AND CONSUMER

ACCEPTANCE, 1., 1998, Wageningen. **Proceedings...** Wageningen, The Netherlands: Wageningen Press, 1998. p. 369-376.

SILVA, Carlos A. B. da; BATALHA, M. O. Competitividade em sistemas agroindustriais: metodologia e estudo de caso. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO E SISTEMAS AGROALIMENTARES, 2., 1999, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1999. p.9-21.

SILVA, J. Graziano da. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, São Paulo, vol.21, set/dez. 1991.

SIMÕES, Roberto; FERREIRA, R. Cotta. Entraves comerciais às exportações de carne bovina. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v.21, n.205, p.23-29, jul/ago, 2000.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNES E DERIVADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório dos frigoríficos exportadores de carne bovina**. Porto Alegre: SICADERGS, 2002.

SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, Mário O. A indústria de carne no Brasil e no mundo: panorama setorial e principais empresas. In: **Comportamento Tecnológico das Empresas**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos/DEP/GEPAL, 2001.

STERRENBURG, P.; RUTTEN, L. C. J. The changing consumer: a challenge to the beef production chain. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CHAIN MANAGEMENT IN AGRIBUSINESS AND THE FOOD INDUSTRY, 3., 1998, Wageningen. **Proceedings...** Wageningen, The Netherlands: Wageningen Agricultural University, 1998. p. 933-943.

THORSTENSEN, Vera. **Organização mundial do comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. **Análise da pesquisa social**. Petrópolis: Alves, 1975.

United States America (USA). Department of Agriculture's: **USDA economics and statistics system**. Washington, DC, 2002. Disponível em: <<http://www.usda.gov>>. Acessado em: 22 jan. 2003.

VAN DUREN, E.; MARTIN, L.; WESTGREN, R. Assessing the competitiveness of Canada's agrifood industry. **Canadian Journal of Agricultural Economics**, Ottawa, v. 39, p.727-738, 1991.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The WTO Agreements Series 4: Sanitary & Phytosanitary Measures**. Geneva: WTO, 1998.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZILBERSZTJAN, D.; NEVES, M. F. (Org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.1-20.

ZYLBERSZTAJN, Décio; FARINA, M. M. E. Q. Agri-systems management: recent developments and applicability of the Concept. In: BRAZILIAN WORKSHOP ON AGRI-CHAIN MANAGEMENT, 1., 1997, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: PENSA/FEA/USP, 1997. p. 19-39.

APÊNDICE

Apêndice A

Pesquisa – Barreiras Comerciais às Exportações de Carne Bovina: A Percepção dos Frigoríficos Exportadores do Rio Grande do Sul.

Senhor Dirigente,

A presente pesquisa está sendo desenvolvida junto ao Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPAN/UFRGS), com o objetivo de identificar as barreiras comerciais que afetam as exportações de carne bovina do Rio Grande do Sul.

A entrevista é composta por sete seções que visam confrontar teorias sobre as barreiras comerciais no contexto do comércio exterior. Procura-se diagnosticar a presença das restrições que dificultam o acesso dos frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul ao mercado internacional.

Os frigoríficos exportadores de carne bovina do Rio Grande do Sul que auxiliarem com o fornecimento de informações, poderão receber, se assim desejarem, relatório com as principais conclusões das mesmas.

Muito obrigado por sua colaboração.

Mestrando: ALEXANDRE RIBEIRO DIAS

PROF. DR. EUGÊNIO ÁVILA PEDROZO

E-mail: diasalex@terra.com.br

Apêndice B - Questionário

I – Identificação da Empresa

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

II – Caracterização da Empresa

1. Idade da empresa: _____ 2. Idade da planta industrial: _____

3. Idade dos equipamentos: _____ 4. Área ocupada pela planta: _____

5. Capacidade instalada: _____ 6. Nº de abates/dia-atual: _____

7. Ociosidade atual: _____ 8. Capacidade da (s) câmara (s) fria (s): _____

III – Mercado Mundial de Carne Bovina

9. Qual a demanda internacional – atual e potencial do mercado mundial da carne bovina?

10. Na sua opinião, qual a tendência do mercado mundial de carne bovina para os próximos anos? Marque com “X” em aumentará, permanecerá inalterado ou diminuirá.

Alternativas:	Aumentará	Permanecerá Inalterado	Diminuirá
Consumo	()	()	()
Comente: _____			
Segmentação de mercado	()	()	()
Comente: _____			
Volume de vendas	()	()	()
Comente: _____			
Controle ambiental	()	()	()
Comente: _____			
Exigências sanitárias	()	()	()

Comente: _____

Subsídios () () ()

Comente: _____

Alternativas: Aumentará Permanecerá Inalterado Diminuirá

Acordos internacionais () () ()

Comente: _____

Concorrência internacional () () ()

Comente: _____

Concorrência carne de suínos () () ()

Comente: _____

Concorrência carne de aves () () ()

Comente: _____

Outros: _____

11. Na sua opinião o ambiente institucional informal como: normas, tabus, costumes, convenções sociais e outros, dificultam as exportações de carne bovina? Porque?

12. Na sua opinião como as empresas devem agir para enfrentar o ambiente institucional formal: legislação e normas de governos, barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias e barreiras técnicas?

13. Na sua opinião qual (is) a (s) melhor (es) estratégia (s) para enfrentar negociações entre países, blocos econômicos, OMC, e outros?

14. Qual (is) medida (s) concreta (s) atualmente poderia contribuir para melhorar os resultados dos frigoríficos exportadores?

IV – Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul:

15. Você concorda ou discorda da política brasileira de exportações de carne bovina? Justifique sua resposta.

16. Há quanto tempo sua empresa exporta carne bovina?

17. Qual a quota de exportação destinada a sua empresa?

() Quota Hilton () Outras quotas: _____

18. Quais os principais produtos exportados?

19. Como se dá a distribuição das quotas? Quais são os critérios?

20. Quais são os mecanismos de negociações utilizadas por sua empresa? (admite respostas múltiplas)

- () Direta com a empresa importadora (indústria, rede hotéis, supermercados, etc).
- () Via trading
- () direta com trading do país importador
- () direta com os governos dos países importadores
- () Consórcios
- () Representante local

21. Dentre as linhas de financiamento, exclusivamente para as atividades de exportações, assinale com um "x" quais são as de seu conhecimento e se já utilizou.

Linhas de Financiamentos	Conhece		Já utilizou	
	Sim	Não	Sim	Não
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)				
Adiant. Contrato de Câmbio após Embarque – ACE				
Linhas do BNDS				
PROEX				
Outros:				

22. Quais as formas de pagamento mais utilizadas por sua empresa, nas exportações?

- () Pagamento antecipado
- () À vista
- () A prazo, via Letra de Câmbio
- () Carta de Crédito
- () outros: _____

23. Quais os tipos de incoterm utilizado? (admite respostas múltiplas)

- () CIF – Cost, Insurance and Freight (...porto de destino designado)
- () FAS – Free Alongside Ship (Livre no costado do navio...porto de embarque designado).
- () FOB – Free on Boord (Livre a bordo...porto de embarque designado)
- () Outros: _____

24. Qual (is) o (s) documento (s) exigido (s) na exportação? (admite respostas múltiplas)

- Registro de Exportação
- Registro de Venda
- Registro de Operação de Crédito
- Solicitação de Despacho/Declaração de Despacho de Exportação
- Licença de Exportação
- Comprovante de Exportação
- Certificação de Origem
- Certificado Sanitário
- Rastreabilidade
- Controle Ambiental
- Especificação dos insumos no processo produtivo (hormônio, conservantes, antibióticos, transgênicos, etc)
- Outros: _____

25. Quais os fatores que afetam as exportações de carne boina “*in natura*” ? (admite respostas múltiplas)

- Fatores não preço (design e marca, informações do produto, propaganda, etc).
- Questões tributárias
- Entraves burocráticos
- Questões sanitárias do Brasil
- Exigências sanitárias externas
- Desembaraço aduaneiro no importador
- Preços no mercado internacional
- Preços domésticos
- Política cambial
- Canais de distribuição
- Protecionismo
- Fatores relacionados ao mercado de boi gordo (volume de abate)
- Registro no Siscomex
- Benefício fiscal, tipo drawback
- Sazonalidade

() Outros: _____

26. Quais os fatores que são considerados para a formação de preço para mercado internacional de carne “*in natura*”, corned beef (carnes enlatadas) e frozen cooked beef (carne cozida congelada)?

27. Na sua opinião, quais são os principais fatores relacionado às políticas públicas? (admite respostas múltiplas)

() Missões, Participações em feiras e seminários

() Consórcios de exportações

() Logística - Canais de escoamentos (vias)

() Infra-estrutura (energia, telecomunicações e etc.)

() Outros: _____

V – Competitividade nas Exportações de Carne Bovina do Rio Grande do Sul:

28. Quais fatores que determinam a competitividade nas exportações de carne bovina? (admite respostas múltiplas)

() Preço do boi no Brasil

() Existência de linhas de financiamento para exportação

() Investimentos em qualidade: embalagem, marca e outros

() Tributação interna do boi

() Status sanitário reconhecido pelos países importadores

() Transporte (rodovias, portuário, etc)

() Taxa de câmbio

() Acordos bilaterais entre o Brasil e países importadores

() Outros: _____

29. Quais as dificuldades encontradas pela empresa no desenvolvimento de novos produtos? (admite respostas múltiplas)

() Pouca disponibilidade de matérias-primas

() O mercado não é receptivo

() Não acompanha a velocidade da concorrência

() Outros: _____

30. Como a empresa busca informações para inovar seus produtos, processos e transferir tecnologia? (admite respostas múltiplas)

- Pesquisa das necessidades e expectativas dos clientes
- Comportamento da concorrência
- Reclamações ou sugestões dos clientes
- Informações dos fornecedores
- Tendências de feiras nacionais / internacionais
- Revistas especializadas
- Centros de tecnologia
- Outros: _____

31. Assinale os serviços que a empresa busca junto a Institutos de pesquisa, universidades e centros tecnológicos para melhorar seu desempenho nas exportações.

- Não utiliza
- Assistência técnica
- Testes e ensaios
- Capacitação de recursos humanos
- Pesquisada aplicada
- outros: _____

32. Quais as oportunidades de treinamento / aperfeiçoamento, que a empresa oferece aos seus profissionais? (admite respostas múltiplas)

- Não oferece
- Cursos/seminários no Brasil
- Cursos/seminários no exterior
- Cursos de especialização/mestrado/doutorado
- Estágios específicos
- Acesso à base de dados
- Publicações técnicas
- Outras: _____

33. Na sua opinião, quais as estratégias preconizadas na empresa para alavancar as exportações?

34. Existem estratégias para internacionalização da empresa? Se, Sim quais?

35. Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: “á medida que os produtos sofrem algum tipo de processamento, as barreiras comerciais também aumentam”? Justifique sua resposta.

36. A empresa considera a questão ambiental no desenvolvimento de seus produtos?

() Sim () Não

37. A empresa desenvolve gestão da qualidade como: ISO 9000, 14000, TQC, etc.

() Não

() Sim → Qual? _____

38. A empresa utiliza Boas Práticas de Fabricação (BPF)?

() Sim () Não

39. A empresa utiliza normas técnicas baseadas no sistema do HACCP (Harzad Analysis Critical Control Point)

() Sim → Qual? _____

() Não

VI – Identificação e Classificação das Barreiras Comerciais:

40. Considerando sua experiência e vivência no comércio de exportação de carne bovina, manifeste seu grau de influencia nas negociações. A escala graduada em 7 (sete) pontos significa que: quanto mais à direita você colocar o “X”, maior é o impacto que você atribui a barreira comercial, quanto mais à esquerda menor é o impacto que você lhe atribuirá.

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (7)

Pouco Importante

Muito Importante

Tarifas Alfandegárias				Grau de Importância							
Qual (is) Tarifa (s) seu (s) produtos vem sofrendo?	Sim	Não	Qual (is) país (es)	Baixo Alto							
				1	2	3	4	5	6	7	
1. Tarifa Específica											
2. Tarifa Ad valorem											
3. Tarifa Mista											
4. Outro Tipo de Tarifa											
Justifique sua avaliação:											

5. Custo de seguro e frete (destino)	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

6. Despesas com aduana no país importador	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

7. Outras:...	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

Barreiras Não-Tarifárias	Em qual (is) país (es) sua empresa sofre esta barreira?	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

2. Registro do produto	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

3. Registro do estabelecimento exportador – credenciamento no SIF	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

4. Requisitos de etiquetas	Qual (is) país (es)	Grau de Importância								
		Baixo	Alto	1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:										

5. Requisitos de inspeções	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

6. Inspeção prévia	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

7. Trâmites aduaneiros excessivos	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

8. Compras governamentais	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

9. Regulamentações técnicas e padronização	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

10. Certificações técnicas	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

11. Regulamentação do transporte	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

12. Normas de impostos indiretos	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

13. Sanitárias	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								
Quais as mais freqüentes?								

14. Requisitos ambientais (ISSO 14000)	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

15. Outras:...	Qual (is) país (es)	Grau de Importância						
		Baixo			Alto			
		1	2	3	4	5	6	7
Justifique sua avaliação:								

VII – Aspectos Gerais da Cadeia Agroindustrial Exportadora de Carne Bovina do Rio Grande do Sul:

41. Na sua opinião, qual o impacto das Portarias 304 e 145 convergem para uma legislação comum no âmbito do Mercosul e outros países fora do bloco?

42. Quais os benefícios da tipificação e classificação de carcaças para as exportações?

43. Quais as principais características do mercado doméstico? Ele beneficia ou prejudica a exportações? Explique:

44. Na sua opinião, o Sistema de Inspeção Federal é capaz de garantir o controle sanitário? Se sim ou não, por que?

45. Qual a sua opinião sobre a relação Pecuarista-Indústria-Varejo?

46. Algumas considerações finais:

Dados Complementares:

1. Máquinas e equipamentos adquiridos nos últimos 2 (dois) anos?
2. Número de empregados (média dos últimos 12 meses): _____
3. Qual a forma de gestão?
() Cooperativa () Sociedade por Cota Respons. Limitada () Sociedade Anônima
4. Pertence a algum grupo/conglomerado?
() Sim → Qual? _____
() Não
5. Qual a origem do capital?
() Local () Nacional () Estrangeiro
6. Caso seja estrangeiro. Qual país de origem? _____
7. Possui planta (s) em outro (s) estado (s)?
() Sim → Quantas? _____
() Não
8. Caso seja local ou nacional. Quantas plantas possuem? _____
9. Em qual (is) estado (s)? _____
10. Possui plantas no exterior ou desenvolve parcerias?
() Sim → Quantas e qual o tipo? _____
() Não
11. Quais são os principais produtos da empresa?
12. Quantos produtos da empresa estão no mercado?
13. Dos produtos atualmente no mercado, quantos e quais produtos a empresa lançou nos últimos 2 (dois) anos? _____
14. Qual a extensão do mercado atendido pela empresa e qual o percentual de participação destes mercados em relação à produção da empresa?

DESTINAÇÃO DAS MERCADORIAS	Participação em t.e.c.*		
	1999	2000	2001
Municipal			
Estadual			
Nacional			
Internacional (exportação)			
TOTAL			

* tonelada equivalente em carcaças.

Identificação do entrevistado:

Nome	Cargo
Telefone:	E-mail

Apêndice C – Países Importadores da Carne Bovina Gaúcha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	AELC			Europa Oriental			Demais Países Europa Ocident			Ásia (Exclusive Oriente Médio)			Tigre Asiáticos			África		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	8.080	3.323	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218	9.800	0	0	9.800	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	28.059	0	0	292.011	1.540.388	0	0	73.800	837.262	1.070.015	1.238.814	837.262	1.020.015	1.238.814	0	0	52.214
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	84.058	13.811	0	0	0	0	0	0	0	8.143	0	0	8.143	0	0	0	0	40.070
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.000	2.514	20.036	22.000	2.514	20.036	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	683.264	732.681	267.707	520.679	638.381	267.707	0	0	212.086
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000	0	11.662
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	60.438	168.072	30.800	0	0	0	0	0	0	67.141	569.510	287.898	67.141	569.510	287.898	0	0	0
Subtotal (1)	152.576	213.265	30.800	0	292.011	1.540.388	0	0	73.800	1.618.810	2.374.938	1.824.255	1.455.225	2.230.420	1.824.255	50.000	0	316.032
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	0	0	0	0	16.682	35.462	64.941	296.184	332.404	34.272	279.048	241.632	34.272	36.557	72.624	195.839
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.376	209.626	0	63.744	209.626	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	5.918	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.702	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	5.918	0	0	0	0	0	16.682	35.462	64.941	296.184	399.482	243.898	279.048	305.376	243.898	36.557	72.624	195.839
TOTAL GERAL = (1) + (2)	158.494	213.265	30.800	0	292.011	1.540.388	16.682	35.462	138.741	1.914.994	2.774.420	2.068.153	1.734.273	2.535.796	2.068.153	86.557	72.624	511.871

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Oriente Médio			OPEP											
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	111.590	228.773	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	34.509	0	48.770	34.509	0	48.770	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	248.548	378.513	550.677	213.603	351.670	550.677	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	65.476	0	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	6.251	0	0	6.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	51.806	6.079	1.000	51.806	6.079	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	3.095	0	0	0	0	11.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	1.000	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	515.024	613.365	608.698	299.918	357.749	619.698	0								
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	203.616	132.300	500.380	117.936	139.536	181.428	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	203.616	132.300	500.380	117.936	139.536	181.428	0								
TOTAL GERAL = (1) + (2)	718.640	745.665	1.109.078	417.854	497.285	801.126	0								

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	ALADI (Exclusivo Mercosul)			MERCOSUL			Comunidade Andina			CARICOM			Demais Países América Latina			Demais Países da América		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	3.446.247	2.859.158	1.080.815	0	114.298	117.855	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	2.251.193	2.045.773	546.692	267.905	110.030	363.744	24.012	0	0	0	0	16.855	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	23.049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	36.112	24.000	773.575	924.242	1.006.164	0	0	24.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	5.720.489	4.941.043	1.651.507	1.041.480	1.148.570	1.487.763	24.012	0	24.000	0	0	16.855	0	0	0	0	0	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	22.024	963	36.709	260.451	209.407	130.720	21.355	963	33.113	489.954	809.478	477.751	0	71.832	70.380	17.626	51.408	35.904
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	42.062	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	22.024	963	36.709	302.513	209.407	130.720	21.355	963	33.113	489.954	809.478	477.751	0	71.832	70.380	17.626	51.408	35.904
TOTAL GERAL = (1) + (2)	5.742.513	4.942.006	1.688.216	1.343.993	1.357.977	1.618.483	45.367	963	57.113	489.954	809.478	494.606	0	71.832	70.380	17.626	51.408	35.904

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco Econômico: AELC - Associação Européia de Livre Comércio (Suíça e Noruega)

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

Países da Europa Oriental: Bulgária, Malta e Macedónia

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Bulgária			Suíça			Malta			Macedónia			Noruega			Total Geral		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	8.080	3.323	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.080	3.323	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	292.011	1.540.388	0	28.059	0	0	0	0	0	0	73.800	0	0	0	0	320.070	1.614.188
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	84.058	13.811	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	84.058	13.811	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	10.127	53.196	30.800	0	0	0	0	0	0	50.311	114.876	0	60.438	168.072	30.800
Subtotal (1)	0	292.011	1.540.388	102.265	98.389	30.800	0	0	0	0	0	73.800	50.311	114.876	0	152.576	505.276	1.644.988
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	0	0	0	0	16.682	35.462	64.941	0	0	0	0	0	0	16.682	35.462	64.941
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	5.918	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.918	0	0
Subtotal (2)	0	0	0	5.918	0	0	16.682	35.462	64.941	0	0	0	0	0	0	22.600	35.462	64.941
TOTAL GERAL = (1) + (2)	0	292.011	1.540.388	108.183	98.389	30.800	16.682	35.462	64.941	0	0	73.800	50.311	114.876	0	175.176	540.738	1.709.929

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Bloco Econômico: ALADI - Associação Latino Americana de Integração

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco Econômico: CAN - Comunidade Andina

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

Bloco Econômico: MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Argentina			Bolívia			Chile			Paraguai			Uruguai			Peru		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	30.075	28.539	0	0	0	3.446.247	2.859.158	1.080.815	0	0	0	0	84.223	89.316	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	267.905	110.030	363.744	0	0	0	2.497.181	2.045.773	546.692	0	0	0	0	0	0	24.012	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	23.049	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	300.560	117.000	49.400	0	0	0	0	36.112	0	0	0	66.000	473.015	807.242	890.764	0	0	24.000
Subtotal (1)	568.465	257.105	441.683	0	0	0	5.966.477	4.941.043	1.627.507	0	0	66.000	473.015	891.465	980.080	24.012	0	24.000
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	187.003	21.432	0	21.355	963	33.113	669	0	0	13.049	139.407	41.433	60.399	48.568	89.287	0	0	0
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.062	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	187.003	21.432	0	21.355	963	33.113	669	0	0	13.049	139.407	41.433	102.461	48.568	89.287	0	0	0
TOTAL GERAL = (1) + (2)	755.468	278.537	441.683	21.355	963	33.113	5.967.146	4.941.043	1.627.507	13.049	139.407	107.433	575.476	940.033	1.069.367	24.012	0	24.000

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

Bloco Econômico: ALADI - Associação Latino Americana de Integração

Bloco Econômico: CAN - Comunidade Andina

Bloco Econômico: MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Cuba												Total Geral		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	3.596	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	0	0	3.596	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL = (1) + (2)	0	292.011	1.540.388	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco: CARICOM - Comunidade e Mercado Comum do Caribe

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Antigua e Barbuda			Bahamas			Barbados			Belize			Dominica			Jamaica		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	16.855	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Figados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	16.855	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	35.252	0	0	86.333	155.886	157.488	141.008	107.712	65.231	34.455	69.974	39.964	0	17.952	0	158.144	340.042	131.428
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	35.252	0	0	86.333	155.886	157.488	141.008	107.712	65.231	34.455	69.974	39.964	0	17.952	0	158.144	340.042	131.428
TOTAL GERAL = (1) + (2)	35.252	0	0	86.333	155.886	174.343	141.008	107.712	65.231	34.455	69.974	39.964	0	17.952	0	158.144	340.042	131.428

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco: CARICOM - Comunidade e Mercado Comum do Caribe

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Trinidad e Tobago												Total Geral					
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.855
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.855
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	34.762	117.912	83.640	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	489.954	809.478	477.751
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	34.762	117.912	83.640	0	0	0	489.954	809.478	477.751									
TOTAL GERAL = (1) + (2)	34.762	117.912	83.640	0	0	0	489.954	809.478	494.606									

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN
 Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco: APEC - Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

Bloco: ASEAN - Associação da Nações do Sudeste Asiático

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	China			Cingapura			Filipinas			Hong Kong			Indonésia			Japão		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	218	0	0	0	0	0	0	0	0	9.800	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	38.003	124.218	0	0	50.000	0	799.259	895.797	1.238.814	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.143	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.000	2.514	20.036	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	10.000	46.380	0	0	0	0	0	0	0	520.679	638.381	267.707	0	0	0	152.585	47.920	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	67.141	569.510	287.898	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	10.000	46.598	0	38.003	124.218	0	0	50.000	0	1.417.222	2.106.202	1.824.255	0	0	0	153.585	47.920	0
							0	0					0	0	0			
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	0	17.544	0	34.272	0	51.408	0	0	0	0	17.136	34.272	0	0	0	2.644
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	1.702	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	0	1.702	0	17.544	0	34.272	0	51.408	0	0	0	0	17.136	34.272	0	0	0	2.644
							0											
TOTAL GERAL = (1) + (2)	10.000	48.300	0	55.547	124.218	34.272	0	101.408	0	1.417.222	2.106.202	1.824.255	17.136	34.272	0	153.585	50.564	0

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco: APEC - Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

Bloco: ASEAN - associação das Nações do Sudeste Asiático

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Coreia do Sul			Formosa (Taiwan)			Malásia									Total Geral		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	218	9.800
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	837.262	1.070.015	1.238.814
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.143	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.000	2.514	20.036
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	683.264	732.681	267.707
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	67.141	569.510	287.898
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.618.810	2.374.938	1.824.255
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	261.504	210.144	0	0	31.488	0	0	2.448	0	0	0	0	0	0	0	296.184	332.404	34.272
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	63.744	209.626	0	0	0	0	1.632	0	0	0	0	0	0	0	0	65.376	209.626
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.702	0
Subtotal (2)	261.504	273.888	209.626	0	31.488	0	0	4.080	0	296.184	399.482	243.898						
TOTAL GERAL = (1) + (2)	261.504	273.888	209.626	0	31.488	0	0	4.080	0	1.914.994	2.774.420	2.068.153						

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco: NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Canadá			Estados Unidos			Porto Rico			México			Total Geral		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	4.794	0	0	0	0	0	0	0	0	4.794
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	76.010	0	0	0	0	0	0	0	0	76.010
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	80.804	0	0	0	0	0	0	0	0	80.804
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	261.495	389.158	147.077	4.556.458	5.795.012	3.782.132	1.301.765	1.423.512	1.287.998	0	0	0	0	0	6.119.718
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	12.700	34.849	635	115.598	177.596	177.238	0	0	0	0	0	0	0	0	128.298
Subtotal (2)	274.195	424.007	147.712	4.672.056	5.972.608	3.959.370	1.301.765	1.423.512	1.287.998	0	0	0	0	0	6.248.016
TOTAL GERAL = (1) + (2)	274.195	424.007	147.712	4.672.056	5.972.608	4.040.174	1.301.765	1.423.512	1.287.998	0	0	0	0	0	6.248.016

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco Econômico: UE - União Européia

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Alemanha			Bélgica			Dinamarca			Espanha			França			Finlândia		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	11.178	291.489	66.033	0	0	0	0	0	0	135.798	742.875	116.559	0	31.395	0	0	40.948	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	21.174	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	1.036.242	370.264	63.199	11.846	0	0	0	0	150.000	533.010	1.708.782	362.265	12.414	0	19.929	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	23	0	0	12.006	0	0	0	0	0	0	0	0	57.570	43.146	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	87	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.650	0	12.022	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.850	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	1.838	0	0	23.489	0	0	0	0	0	0	0	47.194	73.026	6.160	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	533.724	313.269	595.269	0	0	0	0	0	0	265.037	409.918	437.250	9.486	0	16.500	0	0	0
Subtotal (1)	1.602.428	976.860	724.501	23.852	23.489	0	0	0	150.000	933.845	2.874.075	916.074	138.686	147.567	42.589	0	40.948	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	496.944	753.984	279.888	0	34.272	322.320	0	0	0	0	0	17.136	0	0	0	0	0	0
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	15.113	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	496.944	769.097	279.888	0	34.272	322.320	0	0	0	0	0	17.136	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL = (1) + (2)	2.099.372	1.745.957	1.004.389	23.852	57.761	322.320	0	0	150.000	933.845	2.874.075	933.210	138.686	147.567	42.589	0	40.948	0

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN
 Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco Econômico: UE - União Européia

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Grécia			Irlanda			Itália			Países Baixos			Portugal			Suécia		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	87.163	166.811	78.200	233.171	144.699	149.458	11.521	149.947	11.510	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	16.150	0	65.930	0	39.848	37.670	497.202	660.333	433.746	235.331	433.955	23.722	140.394	318.604	54.083	0	0	12.599
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	37.256	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	527.389	845.301	439.570	188.100	505.725	0	55.073	62.700	73.200	0	0	0
Subtotal (1)	16.150	0	65.930	0	39.848	37.670	1.111.754	1.709.701	951.516	656.602	1.084.379	173.180	206.988	531.251	138.793	0	0	12.599
	0			0												0		
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	0	0	0	190.573	0	0	0	1.130.976	788.256	514.080	0	0	0	0	16.320	50.592
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	15.113	0	44.272	58.039	80.391	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	0	0	0	0	0	190.573	0	15.113	0	1.175.248	846.295	594.471	0	0	0	0	16.320	50.592
	0			0												0		
TOTAL GERAL = (1) + (2)	16.150	0	65.930	0	39.848	228.243	1.111.754	1.724.814	951.516	1.831.850	1.930.674	767.651	206.988	531.251	138.793	0	16.320	63.191

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Bloco Econômico: UE - União Européia

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Reino Unido			Ilhas Canárias			Áustria						Total Geral					
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	33.090	108.642	17.048	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	511.921	1.676.806	438.808
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.174	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	79.455	947.589	171.730	28.951	19.438	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.590.995	4.498.813	1.394.873
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	9.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	69.599	43.146	9.413
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.109	41.906	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.850	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47.194	98.353	6.160
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	33.318	80.130	125.400	0	0	0	0	0	0	1.612.127	2.217.043	1.687.189
Subtotal (1)	112.545	1.056.231	198.191	28.951	19.438	0	33.318	80.130	125.400	0	0	0	0	0	0	4.865.119	8.583.917	3.536.443
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	3.280.293	4.382.418	5.753.639	0	0	91.212	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.908.213	5.975.250	7.219.440
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44.272	88.265	80.391
Subtotal (2)	3.280.293	4.382.418	5.753.639	0	0	91.212	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.952.485	6.063.515	7.299.831
TOTAL GERAL = (1) + (2)	3.392.838	5.438.649	5.951.830	28.951	19.438	91.212	33.318	80.130	125.400	0	0	0	0	0	0	9.817.604	14.647.432	10.836.274

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Países da África (Exclusive Oriente Médio)

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	África do Sul			Angola			Congo, Rep. Democrática			Egito			Gabão			Madagascar		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	52.214	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	40.070	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	201.086	0	0	0	0	0	11.000	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	50.000	0	11.662	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	50.000	0	63.876	0	0	241.156	0	0	0	0	0	11.000	0	0	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	36.557	18.768	20.808	0	0	0	0	0	0	0	0	47.999	0	0	0	0	0	38.098
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	36.557	18.768	20.808	0	0	0	0	0	0	0	0	47.999	0	0	0	0	0	38.098
TOTAL GERAL = (1) + (2)	36.557	18.768	20.808	50.000	0	63.876	0	0	241.156	0	0	47.999	0	0	11.000	0	0	38.098

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Países da África (Exclusive Oriente Médio)

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Maurício			Nigéria									Total Geral					
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52.214
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.070
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	212.086
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000	0	11.662
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.000	0	316.032
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	17.126	0	53.856	71.808	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.557	72.624	195.839
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	0	0	17.126	0	53.856	71.808	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.557	72.624	195.839
TOTAL GERAL = (1) + (2)	0	0	17.126	0	53.856	71.808	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86.557	72.624	511.871

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Demais Países da América

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Anguilla			Panamá									Total Geral					
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	17.626	51.408	35.904	0	71.832	70.380	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.626	123.240	106.284
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	17.626	51.408	35.904	0	71.832	70.380	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.626	123.240	106.284
TOTAL GERAL = (1) + (2)	17.626	51.408	35.904	0	71.832	70.380	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17.626	123.240	106.284

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - RES.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Países do Oriente Médio

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Arábia Saudita			Chipre			Emirados Árabes			Israel			Jordânia			Libano		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	111.590	228.773	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	34.509	0	48.770	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	213.603	351.670	485.172	0	0	0	0	0	65.505	13.484	0	0	0	0	0	21.461	26.843	0
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	65.476	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	6.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	51.806	6.079	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.095	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (1)	299.918	357.749	533.942	0	0	0	0	0	74.756	78.960	0	0	0	0	0	136.146	255.616	0
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	100.800	51.408	34.272	0	0	17.136	0	0	75.348	0	0	242.248	102.816	68.544	86.088	0	12.348	45.288
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	100.800	51.408	34.272	0	0	17.136	0	0	75.348	0	0	242.248	102.816	68.544	86.088	0	12.348	45.288
TOTAL GERAL = (1) + (2)	400.718	409.157	568.214	0	0	17.136	0	0	150.104	78.960	0	242.248	102.816	68.544	86.088	136.146	267.964	45.288

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Países do Oriente Médio

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	Bahrein			Catar			Kuwait			Irã			Iraque			Total Geral		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	111.590	228.773	0
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34.509	0	48.770
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	248.548	378.513	550.677
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65.476	0	1.000
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.251
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51.806	6.079	1.000
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.095	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000
Subtotal (1)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	515.024	613.365	608.698
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	203.616	132.300	500.380
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal (2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	203.616	132.300	500.380
TOTAL GERAL = (1) + (2)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	718.640	745.665	1.109.078

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios - CEPAN

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA "IN NATURA" E INDUSTRIALIZADA

Períodos: JAN-DEZ/1999; JAN-DEZ/2000 e JAN-DEZ/2001

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

Sistema Harmonizado	OCDE			G-8			União Européia			NAFTA			ALCA			ALADI		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
0201.10.00 - Carcaças e Meias Carcaças, de Bovino, Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos. Fresco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Frescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0201.30.00 - Carnes de Bovino, Desos., Frescas ou Resfriadas	520.001	1.680.129	438.808	131.431	598.337	161.281	511.921	1.676.806	438.808	0	0	0	3.446.247	2.973.456	1.198.670	3.446.247	2.973.456	1.198.670
0202.20.10 - Quartos Dianteiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.20 - Quartos Traseiros, de Bovino, Não Desos., Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.20.90 - Outras Carnes de Bovino, Não Desos., Congeladas	21.174	0	0	21.174	0	0	21.174	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0202.30.00 - Carnes de Bovino, Desossadas, Congeladas	2.590.995	4.526.872	1.394.873	1.625.313	1.978.186	688.604	2.590.995	4.498.813	1.394.873	0	0	0	2.789.098	2.155.803	927.291	2.789.098	2.155.803	910.436
0206.10.00 - Miudezas Comestíveis, de Bovino, Frescas ou Resfriadas	70.599	43.146	9.413	58.593	43.146	9.413	69.599	43.146	9.413	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.21.00 - Línguas de Bovino, Congeladas	96.167	55.717	0	12.109	37.256	0	12.109	41.906	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.22.00 - Fígados de Bovino, Congelados	0	7.850	0	0	0	0	0	7.850	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.10 - Rabos de Bovinos, Congelados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0206.29.90 - Outras Miudezas Comestíveis de Bovino, Congelados	199.779	146.273	10.954	199.779	122.784	10.954	47.194	98.353	6.160	0	0	4.794	23.049	0	4.794	23.049	0	0
0210.20.00 - Carnes de Bovino, Salgadas, em Salmoura, Secas, Defumadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0504.00.11 - Tripas de Bovinos, Frescas, Refrig.Congel.Salg.Defumadas	1.672.565	2.385.115	1.793.999	1.070.599	1.158.570	1.127.349	1.612.127	2.217.043	1.687.189	0	0	76.010	773.575	960.354	1.106.174	773.575	960.354	1.030.164
Subtotal (1)	5.171.280	8.845.102	3.648.047	3.118.998	3.938.279	1.997.601	4.865.119	8.583.917	3.536.443	0	0	80.804	7.031.969	6.089.613	3.236.929	7.031.969	6.089.613	3.139.270
1602.50.00 - Preparações Alimentícias e Conservas de Bovino	9.987.670	12.372.208	11.148.649	8.595.190	11.323.216	9.962.736	4.908.213	5.975.250	7.219.440	6.119.718	7.607.682	5.217.207	6.892.147	8.699.362	5.965.075	282.475	210.370	167.429
1602.90.00 - Outras Preparações Alimentícias Conservas de Carnes, Miúdos	0	63.744	209.626	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1603.00.00 - Extratos e Sucos, de Carnes, de Peixes, de Crustáceos	178.488	300.710	258.264	128.298	242.671	177.873	44.272	88.265	80.391	128.298	212.445	177.873	170.360	212.445	177.873	42.062	0	0
Subtotal (2)	10.166.158	12.736.662	11.616.539	8.723.488	11.565.887	10.140.609	4.952.485	6.063.515	7.299.831	6.248.016	7.820.127	5.395.080	7.062.507	8.911.807	6.142.948	324.537	210.370	167.429
TOTAL GERAL = (1) + (2)	15.337.438	21.581.764	15.264.586	11.842.486	15.504.166	12.138.210	9.817.604	14.647.432	10.836.274	6.248.016	7.820.127	5.475.884	14.094.476	15.001.420	9.379.877	7.356.506	6.299.983	3.306.699

Fonte: Elaborada pelo Autor, dados extraídos do Sistema Alice - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SECEX / DECEX com base nos registros de exportações - REs.

OBS.: Peso Total das Mercadorias em Kg.

ANEXOS

Anexo 1 - Relação dos Frigoríficos Credenciados à Exportação.

<p>Empresa: BE COM. IND. IMP. EXP. S/A (PAMPEANO) Endereço: Estação Santo Antonio – Km 32 Cidade: Hulha Negra CEP: 96433-000 Fone: (53) 249-1519 / 249-1520 SIF: 226</p>	<p>Estado: RS Contato: James Cleary</p>
<p>Empresa: COML. AGROPECUÁRIA OURO BRANCO LTDA Endereço: Av. Padre Roque Gonzáles, s/n Cidade: Tupanciretã CEP: 98170-000 Fone: (55) 272-1371 / 272-1700 SIF: 3187</p>	<p>Estado: RS Contato: Pedro A. Burtet</p>
<p>Empresa: CONSERVAS ODERICH S/A Endereço: Rua Oderich, 807 Cidade: São Sebastião do Cai CEP: 95760-000 Fone: (51) 635-1609 / 984-7050 SIF: 064</p>	<p>Estado: RS Contato: Marcos Oderich</p>
<p>Empresa: COOP.REG. CASTILHENSE DE CARNES E DERIV. LTDA Endereço: Rua Aparício Correa de Barros, 22 Cidade: Júlio de Castilho CEP: 98130-000 Fone: (55) 271-1313 / 271-8144 SIF: 760</p>	<p>Estado: RS Contato: Leonardo</p>
<p>Empresa: COOP. TRIT. ERECHIM LTDA - CORTELDA Endereço: Av. Sto. Dal Bosco, 860 Cidade: Erechim CEP: 99700-000 Fone: (54) 522-1721 / (51) 3346-4372 SIF: 772</p>	<p>Estado: RS Contato: Luiz A. Albertoni</p>
<p>Empresa: FAZENDA ANA PAULA E CARNES LTDA Endereço: Rua Visconde de São Leopoldo, 545 - Vicentina Cidade: São Leopoldo CEP: 93025-400 Fone: (51) 589-5511 / (55) 243-223600 SIF: 3766</p>	<p>Estado: RS Contato: Carlos / Diego</p>
<p>Empresa: FRIGORÍFICO AB LTDA Endereço: RS 239 Km 24 – Cx Postal 91 – Campo Vicente Cidade: Parobé CEP: 95630-000 Fone: (51) 565-1313 / 565-1281 SIF: 1847</p>	<p>Estado: RS Contato: Elir / Anderson</p>

<p>Empresa: FRIGORÍFICO EXTREMO SUL S/A Endereço: BR 116 – Km 526 Cidade: Capão do Leão CEP: 96030-001 Fone: (53) 284-2700 SIF: 1651</p>	<p>Estado: RS Contato: José A. Knorr / Eduardo</p>
<p>Empresa: FRIGORÍFICO MERCOSUL LTDA – BAGÉ Endereço: Rua Anselmo Garrastazu, s/n Cidade: Bagé CEP: 96400-570 Fone: (53) 241-1636 SIF: 232</p>	<p>Estado: RS Contato: Mauro Pilz / Henrique</p>
<p>Empresa: FRIGORÍFICO RIO GUAÍBA LTDA Endereço: Rua Barão do Ibirapuitã, 3156 Cidade: Livramento CEP: 97573-970 Fone: (55) 243-1600 / (51) 3340-3331 SIF: 168</p>	<p>Estado: RS Contato: Raul / César Poa-frigrq@terra.com.br</p>
<p>Empresa: FRIGORÍFICO RIOGRANDENSE LTDA Endereço: Rua Raimundo Paschero, 221 Cidade: Farroupilha CEP: 95180-000 Fone: (54) 268-1033 SIF: 234</p>	<p>Estado: RS Contato: Fernando / Fábio</p>
<p>Empresa: FRIGORÍFICO SILVA S/A Endereço: Rod. BR 392 Km 8 – Passo das Tropas Cidade: Santa Maria CEP: 97007-970 Fone: (55) 211-1212 / (53) 230-1499 SIF: 1733</p>	<p>Estado: RS Contato: Ivon / Cleber da Silva</p>
<p>Empresa: GENERAL MEAT FOOD EXP. E IMP. LTDA Endereço: Rua Juan Marcos Bertoldi, 10 Cidade: Santana do Livramento CEP: 97573-970 Fone: (54) 243-1671 / 243-1642 SIF: 007</p>	<p>Estado: RS Contato: Carlos Kerber</p>

Fonte: SICADERGS

Anexo 2 - Blocos Econômicos e Países:

Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)

- Canadá, Estados Unidos e México.

África (Exclusive Oriente Médio)

- África do Sul; Angola; Argélia; Benin; Botsuana; Burkina Faso; Burundi; Cabo Verde; Camarões; Chade; Comores, Ilhas; Congo; Congo, República Democrática; Costa do Marfim; Djibuti; Egito; Etiópia; Fezzan; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné Equatorial; Guiné-Bissau; Lesoto; Libéria; Líbia; Madagascar; Malvi; Mali; Marrocos; Maurício; Mauritânia; Moçambique; Namíbia; Niger; Nigéria; Quênia; República Centro-Africana; Ruanda; Saara Ocidental; Santa Helena; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Seychelles; Somália; Suazilândia; Sudão; Tanzânia; Togo; Tunísia; Uganda; Zâmbia e Zimbábue.

Ásia (Exclusive Oriente Médio)

- Afeganistão; Bangladesh; Brunei; Butão; Cachemira; Camboja; China; Cingapura; Coreia do Sul; Coreia do Norte; Filipinas; Hong Kong; Índia; Indonésia; Jammu; Japão; Laos, República Popular de; Lebuân, Ilhas; Macau; Malásia; Maldivas; Myanmar (Birmânia); Mongólia; Nepal; Paquistão; Sikkim; Sri Lanka; Tailândia; Taiwan (Formosa); Timor Leste; Vietnã; Vietnã do Norte.

Associação Latino Americana de Integração (ALADAI)

- Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Cuba; Equador; México; Paraguai; Peru; Uruguai e Venezuela.

Associação Européia de Livre Comércio (AELC)

- Islândia; Liechtenstein; Noruega e Suíça.

Comunidade dos Estados Independentes (CEI)

- Armênia; Azerbaijão; Belarus; Cazaquistão; Moldávia, República; Quirguiz, República; Rússia, Federação da; Tadjiquistão; Turcomenistão; Ucrânia e Uzbequistão.

Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM)

- Antígua e Barbuda; Bahamas; Barbados; Belize; Dominica, Ilha de; Granada; Jamaica; Montserrat; Saint Kitts e Nevis; Santa Lúcia; São Cristóvão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Trinidad e Tobago.

Demais da América

- Anguilla; Antilhas Holandesas; Aruba; Bermudas; Cayman, Ilhas; Falkland (Ilhas Malvinas); Groelândia; Guadalupe; Guiana Francesa; Martinica; São Pedro e Miquello.

Demais da América Latina

- Haiti; Panamá; República Dominicana; Suriname; Turcas e Caicos, Ilhas; Virgens, Ilhas (Americanas); Virgens, Ilhas (Britânicas) e Zona do Canal do Panamá.

Demais da Europa Ocidental

- Andora; Bósnia-Herzegovina; Croácia; Eslovênia; Feroe, Ilhas; Gibraltar; Iugoslávia; Macedônia; Malta; Turquia; Vaticano, Estado da Cidade do.

Europa Oriental

- Albânia; Alemanha, República Democrática; Armênia; Azerbaijão; Belarus; Bulgária; Cazaquistão; Eslovaca, República; Estônia; Geórgia; Hungria; Letônia; Lituânia; Moldava, República; Polônia; Quirguiz, República; Romênia; Rússia, Federação da; Tadjiquistão; Tcheca, República; Tchecoslováquia; Turcomenistão; Ucrânia; União República Socialista Soviética.

Grupo do G-8

- Alemanha; Canadá; Estados Unidos; França; Grã-bretanha; Itália; Japão e Rússia.

Mercado Comum Centro Americano (MCCA)

- Costa Rica; El Salvador; Guatemala; Honduras e Nicarágua.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

- Argentina; Brasil; Paraguai e Uruguai.

Oceania

- Austrália; Christmas (Navidad); Cocos (Keeling), Ilhas; Cook, Ilhas; Fiji; Guam; Johnston, Ilhas; Kiribati; Marianas do Norte, Ilhas; Marshall, Ilhas; Micronésia, Midway, Ilhas; Nauru; Niue; Norfolk, Ilhas; Nova Caledônia; Nova Zelândia; Pacífico, Ilhas; Palau; Papua Nova Guiné; Pitcairn; Polinésia Francesa; Salomão, Ilhas; Samoa; Samoa Americana; Tonga; Toquelau; Tuvalu; Vanuatu; Wake, Ilha; Wallis e Futuna, Ilhas.

Organização de Cooperação para Desenvolvimento Econômico (OCDE)

- Alemanha, Alemanha, República Democrática da; Austrália; Áustria; Bélgica; Brasil; Canadá; Canal, Ilhas do; Canárias, Ilhas; Coreia, República da (Sul); Dinamarca; Eslovaca, República; Espanha; Estados Unidos; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Islândia; Itália; Japão; Liechtenstein; Luxemburgo; Madeira, Ilha; Man, Ilha de; México; Mônaco; Noruega; Nova Zelândia; Países baixos (Holanda); Polónia; Portugal; Reino Unido; San, Marino; Suécia; Suíça; Tcheca, República; Tchecoslováquia e Turquia.

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)

- Arábia Saudita; Argélia; Catar; Emirados Árabes; Gabão; Indonésia; Irã, Iraque; Kuwait; Líbia; Nigéria e Venezuela.

Oriente Médio

- Abu Dhabi; Alboran-Perejil, Ilhas; Arábia Saudita; Bahrein; Catar; Chipre; Coveite; Dubai; Emirados Árabes; Gaza e Jerico; Iêmen; Iêmen Democrático; Irã, República Islâmica do; Iraque; Israel; Jordânia; Líbano; Omã e Síria, República Árabe da.

Tigres Asiáticos

- Cingapura; Coreia do Sul; Hong Kong e Taiwan (Formosa)

União Européia (UE)

- Alemanha; Áustria; Bélgica; Canal, Ilhas do; Canárias, Ilhas; Dinamarca; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Madeira, Ilha; Man, Ilha de; Mônaco; Países Baixos (Holanda); Portugal; Reino Unido; San Marino e Suécia.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

- Antígua e Barbuda; Argentina; Bahamas; Barbados; Belize; Bolívia; Canadá; Chile; Colômbia; Costa Rica; Dominica, Ilha de; El Salvador; Equador; Estados Unidos; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Porto Rico; República Dominicana; Saint Kitts e Nevis; Santa Lúcia; São Cristóvão e Nevis; São Vicente e Granadinas; Suriname; Trinidad e Tobago; Uruguai e Venezuela.

Fonte: elaborado pelo autor, dados extraídos do Sistema Alice (BRASIL, 2002).

Anexo 3 - Container

Usado para transporte de mercadoria. Constitui um equipamento do veículo transportador, que se caracteriza pela resistência e facilidade de transporte de mercadorias, por um ou mais modais.

Tipos de Container Marítimo:

Tipo	Comprimento (Pés)	Dimensão Externa CxLxA (mm)	Dimensão Interna CxLxA (mm)	Capacidade Peso/Volume T/m ³
Dry Box	20'	6.058x2.438x2.591	5.900x2.352x2.395	21,6/33,2
Dry Box	40'	12.192x2.438x2.591	12.022x2.352x2.395	26,5/67,7
Dry/High Cube	40'	12.192x2.438x2.896	12.022x2.352x2.696	26,3/76,2
Reefer	20'	6.058x2.438x2.591	5.498x2.270x2.267	25,4/28,3
Reefer	40'	12.191x2.438x2.591	11.151x2.225x2.169	26,0/55,0
Open Top	20'	6.058x2.438x2.591	5.900x2.352x2.395	21,6/3,2
Open Top	40'	12.192x2.438x2.591	12.020x2.350x2.432	26,5/67,7
Flat Rack	20'	6.058x2.438x2.591	5.798x2.408x2.336	21,6/33,2
Flat Rack	40'	12.192x2.438x2.591	12.092x2.404x2.002	26,5/67,7

Fonte: Amello – Assessoria e Consultoria em Comércio Exterior, 2000.